

# Revista Mutirão

Folhetim de Geografias Agrárias do Sul

RECIFE, VOL. 5, Nº 1, 2024



ISSN: 26753472

Foto: Beatriz Barbosa



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## Editorial

---

É com muita satisfação que a Revista Mutirão - Folhetim de Geografias Agrárias do Sul apresenta para seu público o primeiro número de seu quarto volume. A Mutirão chegou no seu quarto ano de atividade. Ao longo desse tempo proporcionou diálogos epistêmicos e se consolidou como um espaço editorial de afirmação e revisão do pensamento crítico latino-americano e caribenho. Essa edição está composta por sete artigos científicos que abordam temas variados e abrangentes, divididos em duas seções.

A primeira seção está composta por quatro artigos que expressam a abrangência temática do periódico, trazendo estudos com temáticas variadas, pensando distintas questões concernentes ao espaço agrário. A segunda seção é um demonstrativo das pesquisas apresentadas no X Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), que aconteceu na USP entre os dias 14 e 18 de novembro de 2023 com o tema: Ocupar! Aquilombar! Retomar! A Geografia Agrária e a Luta de Classes no Brasil. Como na edição anterior, publicamos artigos selecionados pelos avaliadores dos Grupos de Trabalho do SINGA e avaliados por pareceristas da Revista.

Abre a edição o artigo intitulado: O Nevado de Toluca e sua recategorização. Trata-se de um estudo crítico que analisa as transformações geradas pelas políticas de proteção e recategorização da Área Natural Protegida Nevado de Toluca, no México. Na sequência dois artigos debatem a questão indígena a partir de pontos distintos de observação, um intitulado “Ógapysy da nhandesy Guarani-Nhandéva Dona Tereza na Reserva Indígena de Dourados e Tupã, e o canto, e a dança”, reflete sobre as casas de rezas Kaiowá e Guarani (*ógapysy*), com vistas a produzir um monumento artístico a esses povos originários a ser elaborado para Lisboa, Portugal. O segundo é de cunho

teórico sobre educação indígena e visa realizar um mapeamento das produções bibliográficas acerca da Educação Indígena e da Educação Escolar Indígena em Alagoas, tendo como título “O Estado da Arte sobre a Educação Escolar Indígena no estado de Alagoas: premissas para uma pesquisa sobre políticas públicas educacionais”. Fecha a primeira seção um estudo no campo da agroecologia realizado no agreste pernambucano, com o título “Organização do território e as concepções de natureza no brejo de altitude pernambucano”, onde a autora analisa a produção da noção moderna de território e as divergências com práticas comunitárias.

A segunda seção está contida de dois artigos que discutem a questão de gênero e um o processo de financeirização do setor sucroenergético. O artigo, intitulado “A sexualidade na Geografia Agrária: desafios de um fenômeno transversal”, visa problematizar os desafios da Geografia Agrária de trabalhar a sexualidade, no contexto das múltiplas ruralidades, das relações campo-cidade e da homonormatividade. O artigo, “O AGRO (NEJO) é POP: A Violência invisível do gênero musical mais ouvido do Brasil”, analisa o mais recente subgênero surgido na música sertaneja, o Agronejo, buscando entender a sua relação com o agronegócio. Fecha a edição o artigo intitulado “Financeirização do setor sucroenergético no Vale do Ivinhema (MS): breves considerações a partir do RenovaBio”, que analisa as transformações recentes no setor sucroenergético no Mato Grosso do Sul.

Animados/as com a abrangência dos temas submetidos à revista Mutirão, desejamos uma ótima leitura!

**Os editores:**

Anderson Camargo Rodrigues Brito

Beatriz Barbosa da Silva

Claudio Ubiratan Gonçalves

Gerlane Gomes da Rocha

Thiago Henrique Araújo Silva



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## El Nevado de Toluca y su recategorización: poder, política y discurso hídrico en lo turístico

Bonifacio Doroteo Pérez Alcántara<sup>I</sup> , Marcelino Castillo Nechar<sup>II</sup> , Nestor Iván Cruz Montalvo<sup>III</sup> , Graciela Cruz Jiménez<sup>IV</sup> 

<sup>I</sup> Geógrafo/Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca, México EM, México  
Orcid:<https://orcid.org/0000-0003-0578-6957>

<sup>II</sup> Licenciado en Turismo/Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca, México EM, México  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4894-8813>

<sup>III</sup> Licenciado en Turismo /Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca, México EM, México  
Orcid:<https://orcid.org/0009-0002-4022-0393>

<sup>IV</sup> Licenciada en Turismo/Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca, México EM, México  
Orcid:<https://orcid.org/0000-0003-0608-4682>

### RESUMEN

El artículo presenta una crítica a las políticas de protección y recategorización del Área Natural Protegida Nevado de Toluca (ANPNT), en torno al Desarrollo Turístico Sostenible (DTS) que proclama la preservación de esta área, del recurso hídrico y los beneficios esperados para los actores involucrados. La metodología emplea el análisis crítico del discurso relativo a esta recategorización. Igualmente, entrevistas a profundidad sobre la preservación del recurso hídrico en proyectos de desarrollo turístico. Los resultados muestran, desde el poder, el manejo estratégico de esta recategorización, para posicionar a una hidrocracia turística que despoja a las comunidades con fines mercantilistas.

**Palabras clave:** discurso y poder; Nevado de Toluca; desarrollo turístico sostenible.

## O Nevado de Toluca e sua recategorização: poder, política e discurso da água no turismo

O artigo apresenta uma crítica às políticas de proteção e recategorização da Área Natural Protegida Nevado de Toluca (ANPNT), em torno do Desenvolvimento Turístico Sustentável (DTS) que proclama a preservação desta área, dos recursos hídricos e dos benefícios esperados para os atores envolvidos. A metodologia utiliza a análise crítica do discurso relacionado a essa recategorização. Da mesma forma, entrevistas em profundidade sobre a preservação dos recursos hídricos em projetos de desenvolvimento turístico. Os resultados mostram, a partir do

poder, a gestão estratégica desta recategorização, para posicionar uma hidrocracia turística que desapropria comunidades para fins mercantilistas.

**Palavras-chaves:** discurso e poder; Neva em Toluca; desenvolvimento turístico sustentável

## **The Nevado de Toluca and its recategorization: power, politics and water discourse in tourism**

### **ABSTRACT**

The article presents a critique of the protection and recategorization policies of the Nevado de Toluca Protected Natural Area (ANPNT), around the Sustainable Tourism Development (DTS) that proclaims the preservation of this area, the water resource, and the expected benefits for the actors involved. The methodology employs critical discourse analysis related to this recategorization. Likewise, in-depth interviews on the preservation of water resources in tourism development projects. The results show, from power, the strategic management of this recategorization, to position a tourist hydrocracy that dispossesses communities for mercantilist purposes.

**Keywords:** discurs and power, Nevado of Toluca, sustainable tourism development.

### **INTRODUCCIÓN**

El problema de la disponibilidad, el abasto y calidad del agua en México se ha convertido en una de las más grandes preocupaciones sociales, políticas, económicas y ambientales. Este problema se ha magnificado a partir de la creciente intervención del estado-gobierno por el uso y el abuso de sus facultades que ejerce a través de sus principales operadores: funcionarios, “científicos, intelectuales”, empresas y gente cercana a los círculos de poder quienes, al amparo del gobierno en sus distintos niveles, con frecuencia direccionan las acciones del supuesto cuidado y aprovechamiento en beneficio propio o de ciertos intereses.

Esta situación se puede observar en la geografía nacional, caracterizada por una serie de contrastes que en unas regiones evidencian mayores problemas que en otras: la disponibilidad de agua es desigual y, no solo por las mismas condiciones geográficas, sino porque la situación se torna más complicada por diversos intereses socioeconómicos manifiestos en determinados lugares del país.

En el caso de la zona del Nevado de Toluca o volcán Xinantécatl -denominada legalmente Área Natural de Protección de Flora y Fauna (ANPFF), referida como Área Natural Protegida Nevado de Toluca (ANPNT), por su recategorización- las complicaciones e intereses se hacen manifiestos para analizar diversos problemas en el

manejo de sus recursos que inciden en la Zona Metropolitana del Valle de Toluca (ZMVT) y en la metrópoli más grande del país: la Zona Metropolitana de la Ciudad de México (ZMCM).

En este artículo, se realiza una aproximación a los aspectos de carácter normativo que regulan el uso y aprovechamiento de los recursos del volcán, con especial atención en el recurso hídrico, desde una mirada crítica; igualmente, se contrasta la normatividad con el discurso oficial de protección y aprovechamiento, cuyas contradicciones son cada vez más evidentes. También se considera la voz de los actores más importantes: los pobladores locales, quienes -de un modo u otro- se benefician o perjudican con las decisiones tomadas.

El trabajo aborda la importancia del manejo de los recursos naturales, bajo el enfoque del Desarrollo Turístico Sostenible (DTS), en el marco de sistemas de reproducción de capitales en los que se ha visto inmerso el país desde hace ya algunas décadas, favorecido por el propio sistema de gobierno, cuya política -en materia ambiental- se aleja cada vez más del fin para el que fue creado; el diseño metodológico es un estudio de caso que, sus resultados, contrastan con el discurso oficial y académico en materia de turismo y sustentabilidad en el ANPNT con el de la comunidad, para cerrar con algunas reflexiones de cambio.

## **1. Importancia y manejo de los recursos naturales: el papel del agua en el desarrollo turístico sostenible**

El aprovechamiento, uso y proyección que tienen los recursos naturales, como en el caso del agua, suele ser un tema trascendental del cual diversos investigadores han señalado la manipulación del recurso. Garavito (2012), Rolland y Vega (2010) han señalado que este recurso se ha manipulado a intereses empresariales elitistas que se apropian de los lugares, espacios y territorios para beneficio propio, como en el caso de empresas embotelladoras, la industria del ocio y de la piscicultura y, en menor medida, para las comunidades locales que hacen uso de ellos.

En los siguientes párrafos se revisa -grosso modo- el problema global y regional del agua derivado de las industrias transnacionales y de servicios, más allá de la línea de trabajo económico-administrativa y del uso de los recursos bajo la condición capitalista

de la maximización de las ganancias, para analizar el discurso, las instituciones y las relaciones de poder en el contexto político estatal y federal en el manejo del agua.

A nivel mundial, los problemas de despojo y mal uso de recursos hídricos para servicios agroalimentarios y de ocio no son exclusivos de algún continente o región, ya que la mercantilización del agua forma parte de un problema global que se da lo mismo en países desarrollados -con fortaleza institucional y democracias “consolidadas” como Estados Unidos de América, Australia, Sudáfrica, Chile, Omán, Inglaterra (CHESTNEY y BAIRD, 2011)-, como en algunos de América Latina, por ejemplo en el Desierto de Atacama (PRIETO, 2017); en Antioquia (JIMÉNEZ Y PEÑA, 2017) y en Perú (DAMONTE, 2015), así como en México donde se han impulsado propuestas de desarrollo agropecuario, de vivienda, servicios o industriales.

La Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO, 2013) menciona que la escasez del agua repercute en la crisis del ámbito agroalimenticio, financiero, económico, medio ambiental e incluso genera problemas de terrorismo en algunos países de la región del medio oriente.

En este contexto, los problemas del agua están igualmente relacionados con la industria turística, más específicamente con el segmento “Turismo de Sol y Playa” y sus desarrollos hoteleros, contruidos para recibir al denominado “turismo de masas”, el cual demanda grandes cantidades de recursos naturales para funcionar, principalmente el recurso hídrico. En diversos destinos turísticos españoles este problema ya ha sido denunciado, dada la explotación proveniente de empresas hoteleras y por la débil gestión de las administraciones públicas (GARCÍA, 2004). La enajenación de recursos y territorios turísticos, por parte de empresas turístico-hoteleras españolas de las Islas Baleares, es tan conocido que ha adquirido un término adyacente a su concepción verbal de origen, el de la “balearización”, como un modelo de negocios y financieros en el cual los recursos naturales son tomados para su uso desmedido, que se expande por regiones empobrecidas (Latinoamérica principalmente), y en el que las instituciones son utilizadas como ticket de entrada a los territorios, por lo laxo de su política y normativa ambiental (BLÁZQUEZ et al., 2011).

Evidentemente México no es ajeno a esta situación, no sólo a nivel litoral, sino incluso al interior del territorio nacional. Castillo Nechar (2013) afirma que el discurso de la política turística se caracteriza por aludir al desarrollismo en detrimento de los

desarrollos solidarios pues, en tal política, predomina una visión reduccionista, con énfasis en el positivismo científicista, ya que el fenómeno turístico -desde el accionar político- es visto únicamente como generador de divisas. Durante los últimos 30 años la política mexicana ha adoptado una tendencia economicista y culturalista, ligada al desarrollo “sostenible” o “sustentable”, apostando por el paradigma de “cambio” de la agenda económica financiera internacional, impuesta desde de las instituciones globales, como sucede en el área objeto de estudio, el ANPNT.

En materia turística, el tema de la sustentabilidad ya es parte de las políticas públicas mexicanas y de su discurso como una condición de respeto y conservación esgrimida desde la entonces Agenda 21; característica de las tendencias ambientalistas mundiales, que se ve reflejada en la vinculación del Plan Nacional de Desarrollo (PND) del 2018 y del actual Programa Sectorial de Turismo 2020. Este último contempla las tendencias que proyectan el turismo a largo plazo, inserto en los sectores económicos predominantes y con mayor capacidad de reproducción de capitales.

La idea del desarrollo sostenible en el turismo ha aparecido como una panacea en las tres dimensiones con las que se proyecta: la ambiental, económica y social, formado parte de los discursos oficiales de los actores políticos que conviven con el fenómeno turístico, los cuales son visualizados en planes de manejo territorial. Pero esta idea se ha vuelto indispensable para que los grupos hegemónicos tengan el control de la política pública ligada a la modernización, la cual tiene por fin la reorganización de los sistemas que regulan y controlan los procesos de la reproducción de capitales, para una mayor acumulación de riquezas, a costa del deterioro y consumo desmedido de los recursos naturales y culturales (FLORES y MARINHA, 1999).

La situación entre la actividad turística y el impacto que tiene en los recursos naturales son problemas ya demostrados. Si bien no son exclusivos del sector, hoy es más notable por la precarización de los entornos y la disminución de la calidad de vida en los mismos centros de desarrollo turístico mexicano, particularmente aquellos que fueron destinos “planeados” dentro de un marco político global-regional (OEHMICHEN, 2010; DÁVILA, 2014; MCCOY, 2017; y OSORIO, et al., 2019).

Los problemas por abastecimiento hídrico en México datan de hace tiempo, dada la explotación que ha tenido por parte de sus diversas actividades económicas. Baja California en diversos de sus territorios vitivinícolas (MONTIEL et al., 2018;

REYES et al., 2018). Los municipios de San Pedro Cholula, Tlaltenango y Coronango, en Puebla, muestran desposesión hídrica. La sobre explotación de los manantiales, que provienen del Volcán Iztaccíhuatl, por una empresa transnacional de refrescos, ha dejado a miles de pobladores sin agua (LLAVEN, 2021). Casos similares suceden en Chiapas, con la empresa refresquera Coca-Cola (LÓPEZ y JACOBS, 2018).

En el Estado de México, dos casos, entre muchos más, son Chimalhuacán e Ixtapan de la Sal. En el primero, “Antorcha Campesina”, se ha posicionado como principal fuerza política hegemónica para hacerse de los recursos públicos y manejarlos de manera clientelar con la comunidad (VALVERDE y MENDOZA, 2016). El segundo, Ixtapan de la Sal, su territorio ha sufrido reconversiones en actividades económicas, principalmente en el sector agrario impactado por la actividad turística. Los problemas de desposesión y despojo de recursos naturales, como el hídrico, al amparo de una política estatal proclive a grupos de poder: actores políticos y empresarios, ha dejado una gran marca en el tejido social (CRUZ et al., 2012).

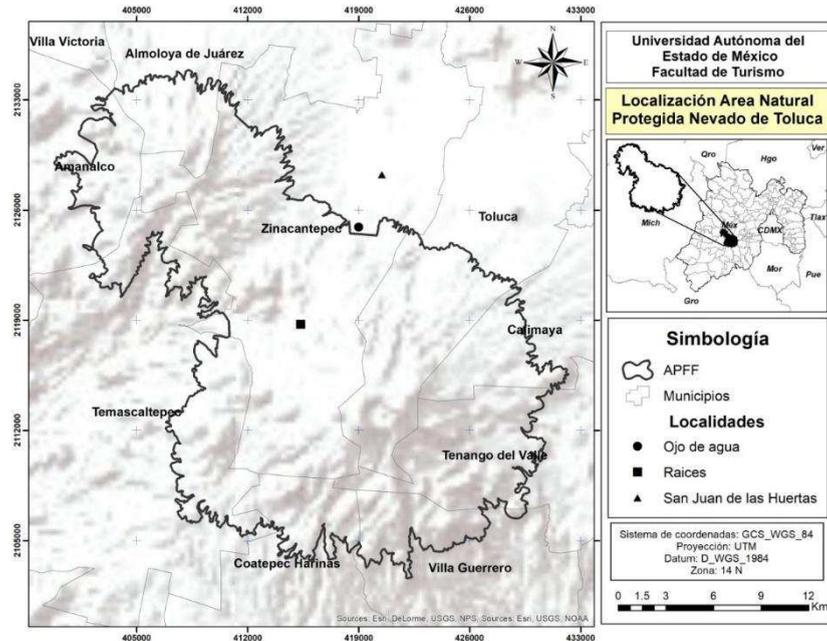
## **2. Situación del ANPNT: el manejo del recurso hídrico**

Analizar la situación del ANPNT es reconocer que, si bien, se han realizado estudios sobre ella como los de Brunett et al., (2010), en cuanto al pago por servicios ambientales hídricos; los de Endara y Herrera, (2016), sobre el deterioro de NT y el papel de los actores sociales; y, el de De la Cruz et al., (2016) sobre la desincorporación del ANPNT y el impacto en los recursos forestales; así como los de Rodríguez-Velázquez et al., (2013), respecto a la planificación del Desarrollo Turístico Sustentable, y el de Ruiz-Torres (2019), en cuanto a los modos de vida rurales en el ANP, es vital -para esta investigación- ubicar el área de estudio actualmente, considerando los cambios jurídicos y normativos que se arguyen para su aprovechamiento, incluyendo el turístico.

El ANPNT se encuentra ubicada a 48 kilómetros de la capital del Estado de México, Toluca. Su denominación jurídica inicial fue como Parque Nacional (PN) por órdenes presidenciales, bajo la regulación ambiental de ANP en 1937; pero en 2013 se da su recategorización como Área de Protección Natural de Flora y Fauna (ANPFF), con el fin de proteger la zona de la depredación forestal, hídrica y del uso desmedido de sus recursos biológicos.

Como se observa en la figura 1, el ANPNT tiene colindancia con nueve municipios, pero gran parte de su territorio lo abarca principalmente el municipio de Zinacantepec.

**Figura 1 - Mapa de localización del Área de Protección de Flora y Fauna Nevado de Toluca**



Fuente: Elaboración propia con datos de la Comisión Nacional para el Conocimiento y Uso de la Biodiversidad (2022) y el Instituto Nacional de Estadística y Geografía (2021).

A pesar del decreto de 1937, fue hasta 1947 cuando se decreta una veda total en los terrenos para procurar la conservación del recurso forestal. Sin embargo, la explotación seguía dándose hasta los años 70. De hecho, fue en este año cuando se levanta la veda para el “aprovechamiento” del recurso forestal con la empresa paraestatal Protectora e Industrializadora de Bosques (PROTINBOS) precursora de la ahora Protectora de Bosques del Estado de México (PROBOSQUE). Dada las condiciones de deterioro forestal, el gobierno federal puso en marcha un programa de manejo para la reforestación, por lo que algunas zonas del ANPNT lograron densidades de alrededor de 2500 árboles/ha., (SEMARNAT-CONANP, 2016).

El nuevo manejo público, descentralizado de la cobertura forestal e hídrica, se dio en 1990 con PROBOSQUE. La empresa ya no comercializaría materiales maderables y frutales, pues sus actividades quedarían acotadas a la conservación y preservación, derivado de la agenda sostenible que estaba integrando la administración

federal. Las reestructuraciones a nivel local impactaron en planes de manejo cambiando el uso de suelo y con ello el tipo de proyectos e infraestructura a desarrollar como el que, de 1996 al 2000, se construyeran 212 presas en los municipios adyacentes al ANPNT (GONZÁLEZ, 2020).

En los dos mil, la Comisión Nacional Forestal (CONAFOR) fue la encargada de llevar a cabo los proyectos de restauración de suelos y microcuencas en el Valle de Toluca. En el año 2010, PROBOSQUE y CONAFOR se unen con un convenio de colaboración para el aprovechamiento del uso de suelos y materiales. Aunque el modelo estipulaba la ayuda económica a zonas prioritarias que tenían una mayor erosión, solo se contemplaron cuatro tipos de solicitantes desde el marco legal: dos de ellos ejidos y comunidades y, los otros dos, eran personas físicas y morales, representando a los pequeños propietarios, quienes abarcaban menor superficie del ANPNT (GONZÁLEZ, 2020). Esta situación sigue vigente, tanto en los programas como en la disponibilidad de los recursos, respectivamente.

Según CONAGUA (2010), el Volcán tiene una gran importancia hidrológica, ya que de las elevaciones que conforman el ANPNT desciende una cantidad considerable de arroyos y cuerpos de agua que abastecen principalmente a la parte alta de la región hidrológica Lerma-Santiago. Esta cuenca y subcuencas hidrológicas tienen un peso muy importante para el flujo y escurrimientos de cuerpos de agua que abastecen gran parte de la Zona Metropolitana del Valle de Toluca y del Valle de México (COLÍN y NUNCIO, 2006).

En los servicios ambientales, el ANPNT proporciona abundantes recursos naturales para las comunidades aledañas al sitio, del mismo modo ayuda a la recarga de mantos acuíferos que abastecen de agua a las zonas previamente referidas. Desafortunadamente, debido al mal manejo de los recursos, aspectos como la regulación del clima, del refugio de especies, la fijación de carbono y la recreación se han visto afectados por los múltiples cambios de uso de suelo establecidos por dependencias institucionales (FRANCO et al., 2009).

El ANPNT representa una gran parte de los recursos naturales para actividades agrícolas, ganaderas y de turismo de las comunidades locales, además de albergar a una gran cantidad de especies de flora y fauna; por ejemplo, el 9% de la avifauna nacional y el 5% de especies de reptiles, siendo esta última símbolo del patrimonio cultural

intangibles -presente en rituales tradicionales, usualmente practicados en los cráteres de los volcanes y en las lagunas-, representativo de las culturas que existieron en la zona (LUNA et al., 2009; SEMARNAT-CONANP, 2016).

Ante toda esta riqueza forestal, hídrica y natural, el capitalismo y los intereses hegemónicos del poder no son ajenos a este territorio. En los últimos años, se tejió una red de poder con políticos y grupos empresariales para “aprovechar” los recursos del ANPNT, en especial los hídricos. Y, aunque los problemas se han denunciado desde hace ya casi veinte años (PÉREZ et al., 2009), hoy parece que la vulnerabilidad del sitio continúa siendo álgida, con fuertes presiones de los grupos de poder político y económico en las comunidades.

### **3. Diseño metodológico y estudio de caso**

En las siguientes líneas, se precisan algunos detalles para la selección de actores a quienes se entrevistaron, los indicadores que se indagaron, instrumentos aplicados y las cuestiones que se abordaron en lo discursivo referente a textos, normas y planes, así como de la política del ANPNT, para la obtención de resultados.

Las etapas para el desarrollo del estudio fueron tres.

- En la primera, se realizó la selección biblio-hemerográfica para el análisis y reconocimiento de las condiciones discursivas pronunciadas por quienes se relacionan directamente con la situación de recategorización del ANPNT crítico del discurso.
- En la segunda etapa, se llevó a cabo la selección y determinación de la muestra, así como el acercamiento a los entrevistados -durante abril de 2021- que fue de tipo selectivo. Hernández-Sampieri et al., (2014), indica que este muestreo de corte cualitativo realiza una cuidadosa y controlada determinación de ellos, porque la selección de casos y “actores” es a través de características determinadas por el investigador, quienes conviven con el problema de manera más íntima.
- En un tercer momento, se aplicaron los instrumentos (entrevistas a profundidad, guías de observación y cédulas de evaluación) obteniéndose los hallazgos para análisis y discusión.

Entre los entrevistados, destacan diez personas de la comunidad local (2 San Juan de las Huertas, 1 Zaragoza de Guadalupe, 4 Raíces y 3 Loma Alta), diez visitantes (6 nacionales y 4 extranjeros), tres transportistas, siete locatarios (4 vendedores de alimentos y 3 vendedores de artesanías) y cinco dependencias oficiales vinculadas al ANPNT: la Secretaría de Medio Ambiente del Estado de México, la Comisión Nacional de Áreas Naturales Protegidas (CONANP), PROBOSQUE, la Comisión Estatal de Parques Naturales y de la Fauna (CEPANAF) y la Comisión Nacional del Agua (CONAGUA). Finalmente, se contactó a cinco investigadores (de la Facultad de Ciencias Agrícolas, de la Facultad de Geografía, del Instituto de Ciencias Agropecuarias y Rurales -ICAR-, de Protección Civil y del Centro Latinoamericano de Formación y Capacitación para Guías de Turismo -CENLATUR-).

El estudio de caso mostró que las comunidades que más conviven con los visitantes, durante su desplazamiento al ANPNT, son: San Juan de las Huertas y Ojo de Agua, ubicadas dentro del polígono del ANPNT. Los turistas, tanto nacionales como extranjeros, suelen realizar actividades de senderismo y turismo cinegético. En cuanto a los locatarios, estos ofrecen servicio de hospedaje y de alimentos y bebidas a turistas en el ANPNT, donde se encontraron cinco cabañas con palapas y mesas para capacidad de 15 a 35 personas. Además, se identificaron brigadas de jornaleros comunales y ejidales que se dedican a hacer los viajes en camionetas tipo pick up, contabilizándose nueve de ellas.

Para las comunidades, se visitaron sus colonias de forma anónima, acudiendo a tiendas de conveniencia y puntos concurridos, abordando los ejes de análisis -de forma indirecta-.

Con respecto a los visitantes, se realizaron actividades de senderismo dentro del volcán con la finalidad de tener un acercamiento con ellos en el área. En la opinión de los turistas y visitantes, sobresalen comentarios como el mal manejo en el cobro de las entradas al sitio y las malas condiciones de caminos e infraestructura del lugar, así como la mala atención, y muchos se preguntan cómo es administrada su cuota de acceso. Respecto a los temas de interés de las entrevistas, sobre política hídrica y el DTS, resaltaron hallazgos respecto al desconocimiento de la recategorización, a la nula empatía por problemas ambientales y comentarios sobre la falta de mantenimiento del sitio.

En cuanto a los locatarios, resaltan opiniones de vendedores de alimentos y bebidas que anteriormente trabajaron para la administración pública relacionada con el volcán, destacando el tráfico de influencias entre grupos de poder en los núcleos de administración ejidal, mientras que con los investigadores y personal del CENLATUR, comentaron sobre el tráfico de intereses en los servicios ambientales y la elaboración de drogas sintéticas dentro del volcán por parte de grupos criminales, así como la resistencia de los ejidatarios para capacitaciones por parte de la administración pública.

Con respecto a los ejes de análisis (DTS, la cuestión forestal política hídrica y los intereses en torno al ANPNT), para los habitantes, no son temas de gran relevancia, pues les preocupa más su seguridad y la amenaza de violencia que viven por parte de grupos criminales, así como la falta de empleos en la zona. En cuanto a la cuestión forestal y la política hídrica, se suman comentarios que aluden a la corrupción siendo los administradores ejidales quienes los conocen con precisión, sin atreverse a divulgarlos, debido a las represalias que eso pudiera representar para ellos, observándose una situación de poca transparencia. Algunos locatarios destacan que la situación forestal es preocupante porque grandes territorios son propiedad de cierto ejido o de tales ejidatarios, los cuales se vuelven centros de interés para los grupos criminales. También se indica que muchas veces los secretarios generales del ejido tienen intereses e influencias con el crimen organizado, algunos voluntariamente y otros forzados, para talar y vender sus recursos maderables a costa de su integridad física.

Entre tanto, los servidores públicos indicaron que los locatarios que se encuentran dentro del ANPNT son partícipes de la elaboración de drogas sintéticas, utilizando sus comercios como bodegas de químicos para su posterior elaboración, donde destacan personas de grupos criminales y cárteles. Algunos funcionarios estatales no pronuncian nada al respecto y en las entrevistas realizadas evadieron temas como la cuestión forestal, hídrica e intereses de grupos.

Al analizar las declaraciones, se observa que el discurso de la recategorización del ANPNT, más que beneficios, destaca afectaciones por las condiciones de inseguridad social y despojo por parte de ciertos grupos hegemónicos, tanto del poder ejidal como del crimen organizado, que toman decisiones sin que ninguna autoridad ponga orden de por medio. Debido a lo hermético del asunto, la información de las condiciones de manejo del recurso hídrico, así como de los miembros de los ejidos del

ANPNT que están relacionados con los grupos del crimen organizado y de las autoridades que utilizan el discurso del DTS para despojar de territorios y recursos a la población, se sustenta en una retórica ambientalista y economicista del beneficio colectivo, divulgada por instituciones y funcionarios públicos que evidencia una falta de justicia social y ambiental en el ANPNT.

#### **4. Discurso, poder, turismo y sustentabilidad en el Nevado de Toluca**

Cuando se conoció que el ANPNT tendría una recategorización, pasando de Parque Natural (ANP) a Área de Protección de Flora y Fauna, como se denomina actualmente, organizaciones sociales, líderes de opinión y medios periodísticos argumentaban que los fines no eran más que la explotación de los recursos con los que contaba la zona (HÉRITIER y LEBRETON, 2017 y TOSCANA Y GRANADOS, 2015). Pero, según la SEMARNAT-CONANP (2016), el NT requería una nueva recategorización, dado al deficiente manejo forestal y de otros recursos que había tenido en los últimos 30 años. Así, en el año 2013 el sitio cambiaba de categoría y de denominación (DOF, 2013). Según distintas autoridades, el proceso de recategorización del sitio fue la mejor opción para su cuidado y preservación; de igual modo, en la publicación de la SEMARNAT-CONANP (2016) se aseguraba que la reforma y nuevo estatus del área se habían sondeado favorablemente entre las comunidades locales y grupos de trabajo en los municipios adyacentes al polígono del sitio.

Algunos de los actores que han participado en la transformación legal y jurídica del sitio son de la vida política estatal, mientras que otros forman parte de un círculo que usualmente se desenvuelven en el ámbito legislativo, académico e incluso activistas a nivel regional y local. Por ello, para mostrar la red de actores, discursos y política se deben destacar los intereses a los cuales están ligados tales actores a los recursos del volcán.

Cabe indicar que la controversia de la recategorización estuvo casi al mismo tiempo cuando se quería reformar la Ley General de Aguas Nacionales (LGAN) (DOF, 2016). Esta reforma era parte de la agenda política de la administración federal del presidente Enrique Peña Nieto (EPN). David Korenfeld Federman fue el actor político que se encargó de presentar la iniciativa de la corrupta LGAN (JALIFE, 2015). Entre los principales cambios, la concesión a perpetuidad de cuerpos de agua bajo un esquema public/private, pero esa Ley Korenfelt (LK) fue derogada en el Congreso de la Unión

por la cantidad de rechazos de la sociedad civil. Años posteriores, a unos meses de terminar el sexenio de EPN, fue de nuevo introducida por un diputado federal llamado Ignacio Pichardo Lechuga (JALIFE, 2018), hijo del exgobernador Ignacio Pichardo Pagaza, quien era presidente de la Comisión de Agua Potable y Saneamiento en el año 2017. Esa “nueva” iniciativa de LGAN, no tenía cambios significativos de la antigua LK: era una copia transcrita, por lo que se congeló hasta la legislatura LXIV en el Congreso. El hito más importante de esa iniciativa de política hídrica nacional y la recategorización del ANPNT tiene que ver justo con que los actores políticos intelectuales de ambas iniciativas fueron padre e hijo vinculados a grupos de poder político y económico del país.

Pichardo Lechuga utilizó el Fondo Editorial del Estado de México para configurar textos y discursividades en el campo ambiental del ANPNT y el DTS como actividad adjunta y ligada al sitio, en favor de la recategorización del NT, siendo aludido como un cambio sustentable. En el libro: *El guardián del Valle. Hacia la Sustentabilidad del Nevado de Toluca*, Pichardo (2015) hace referencia al extenso trabajo elaborado con universidades, instituciones y comunidades en pro de la reconversión del NT. También se alude que hubo un Estudio Previo Justificativo con consultas públicas en el año 2013, donde las comunidades participaron en esta toma de decisión:

De ese Estudio Previo Justificativo (EPJ), se desprendió la conveniencia de declarar al sistema montañoso Parque Nacional Nevado de Toluca como Área de Protección de Flora y Fauna. El EPJ se puso a la consideración de la opinión en general; también se sometió a una consulta pública organizada (PICHARDO, 2015, p. 147).

El argumento anteriormente esgrimido forma parte de ese discurso oficializado que buscaba contribuir con la oleada de escritos, noticias y mensajes publicados de forma paralela al proceso de recategorización. El propio Pichardo Lechuga comentó que la reconversión tenía un antecedente de más de 20 años, por lo que cumplía con los lineamientos y principios provenientes de la política agraria keynesiana propuesta por el presidente Lázaro Cárdenas, formulada 80 años atrás. Bajo esa lógica era bastante permisible la recategorización, ya que el discurso no era propio de él, sino de una lógica discursiva oficialista histórica del desarrollo como beneficio social:

Aun manteniendo el objetivo principal de la conservación de las condiciones naturales del Parque Nacional, el presidente Lázaro Cárdenas dio pie al

aprovechamiento racional de una parte de los recursos naturales del mismo; algo similar a lo que ahora reconoce y autoriza el Decreto de 2013. Un segundo antecedente, muy a la distancia, fue el Programa de Manejo del Parque Nacional Nevado de Toluca. En este se destaca la necesidad de recategorizar el Parque Nacional a la condición de Área de Protección de Recursos Naturales (PICHARDO, 2015, p. 197).

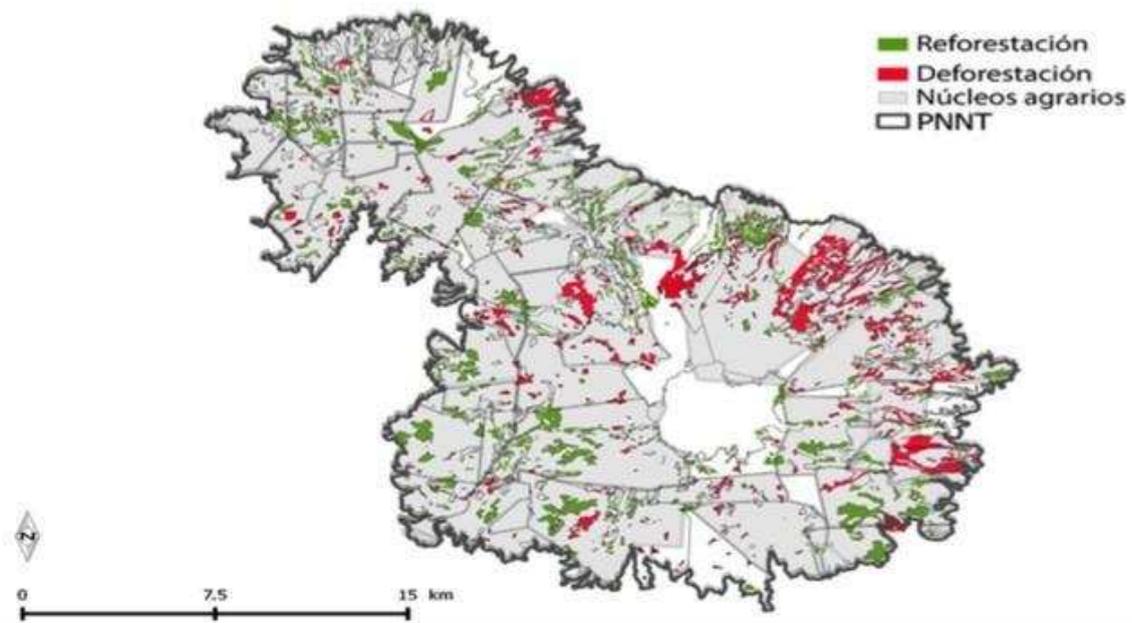
El texto de Pichardo Lechuga menciona que la polémica de la recategorización proviene de actores que no se informan lo suficiente. Al respecto, el entonces secretario de Medio Ambiente y Recursos Naturales, Guerra Abud, sostuvo un debate televisivo con un director de una sociedad civil ambiental que denunciaba el mal uso de los recursos en la recategorización. Cabe destacar que Guerra Abud, además de haber sido secretario en la SEMARNAT, desempeñó varios puestos en relación con el agua y medio ambiente, como presidente de los Consejos Técnicos de la CONAGUA y CONAFOR (SISTEMA DE INFORMACIÓN LEGISLATIVA, 2021). Incluso, cuando Guerra Abud era secretario federal, Pichardo Lechuga, en su diputación federal, era parte de la comisión especial de la Cuenca del Sistema Cutzamala. Posteriormente también fungió como secretario de la Comisión de Recursos Hidráulicos y después como presidente de la Comisión de Recursos Hidráulicos e integrante de las comisiones de Protección Ambiental y de Desarrollo Turístico y Artesanal.

En cuanto a los académicos que se pronunciaron a favor de la recategorización estuvo Luis Fueyo Mac Donald, científico, investigador y exservidor público. En su momento, Fueyo argumentó que era necesaria la recategorización para aprovechar de una forma “sustentable el recurso”, por lo que “era necesario incrementar la cobertura forestal para aumentar la capacidad de recarga de este, a la vez de que con la nueva categoría se autorizaba a los habitantes a aprovechar de manera sustentable los recursos de la zona” (Pichardo Pagaza, 2015: 200). Cabe indicar que Fueyo, estuvo comisionado en la SEMARNAT de 2010 a 2015 y fue asesor del secretario de la SEMARNAT, Guerra Abud, durante 2015 y 2016.

Otra académica e investigadora en biología, Julia Carabias (2013), también defendió la recategorización señalando que el abandono por parte de las dependencias que administraban el sitio era el principal causante de ese deterioro. Julia Carabias también fue secretaria de Recursos Naturales y Pesca en el sexenio de Ernesto Zedillo, donde Pichardo Pagaza fue secretario de Energía (Zepeda-Bustos et al., 2012).

Un académico más y servidor público, que defendió la recategorización del ANPNT, fue Jorge Olvera García. Como rector de la UAEMex, durante 2013 a 2017, publicó un libro, junto con Pichardo Pagaza donde se mencionan los retos del ANPNT y los programas de conservación en pro del desarrollo sostenible (OLVERA et al., 2017). Sin embargo, en un peritaje científico elaborado por dos investigadoras francesas, Héritier y Lebreton (2017), mostraron que hasta ese momento no existía tal impacto en la cobertura forestal, salvo una pequeña variabilidad positiva respecto a las hectáreas que se habían deforestado. Si se analizan las áreas deforestadas y reforestadas en el ANPNT, desde mediados de los dos mil hasta el peritaje realizado, se puede ver el impacto real en el área de estudio en la figura 2.

**Figura 2 – Cambios de la cobertura forestal entre 1951 y 2014**



Fuente: Elaboración propia con base en datos de Franco et al., (2006) y Héritier y Lebreton (2017).

El análisis hasta aquí realizado conduce a preguntar si en verdad la recategorización del ANPNT era una condición necesaria por el daño “ambiental” causado o simplemente respondió a intereses ajenos al sitio. Distintos medios periodísticos estatales y nacionales señalaron que el cambio de estructura orgánica no era más que un disfraz jurídico para la explotación de los recursos forestales e hídricos (MARTÍNEZ, 2016; EXPANSIÓN, 2013 y VERA, 2013). Arredondo y Mastretta (2014) afirman que los análisis del deterioro forestal -mostrado en textos como el de Pichardo (2015) y en el borrador de la SEMARNAT-CONANP (2016)- eran erróneos,

ya que el daño a la cobertura forestal en realidad fue 70 veces menor al mostrado en dichos documentos.

Huerta (2019) también demostró que diversos grupos ejidales -que viven en las partes bajas del ANPNT- ya habían denunciado irregularidades en proyectos turísticos construidos en zonas que antes no eran permitidas. Y no es que estuvieran en contra de los proyectos turísticos, sino de la incertidumbre sobre el impacto a la frágil estructura hídrica en el territorio, además de no incluirlos en las decisiones de esos proyectos.

## **CONSIDERACIONES FINALES**

Los problemas de la explotación de los recursos naturales, la enajenación del espacio, la precariedad en los servicios básicos, así como la mercantilización del recurso hídrico y forestal, el fenómeno turístico necesita estudiarse desde otra perspectiva.

A pesar de la abundancia de documentos, planes, programas, proyectos y acciones respecto a los daños que ha provocado la “industria turística”, aún es muy ambigua la forma en que se analizan esos impactos. Es por eso por lo que, con ayuda de los aportes de la perspectiva crítica se puede comprender de mejor manera cómo actúan los sistemas de dominación, reconocimiento y las prácticas sociales del lenguaje (discurso) cuando se alude a desarrollo turístico sostenible, a sus modelos de política pública y al supuesto aprovechamiento de los recursos, siendo en realidad, reflejo de enajenación y despojo de ellos.

Desde el abordaje tridimensional del discurso, se pudo observar que aquel actúa como práctica discursiva abarcando a los sujetos y cómo interactúan con el lenguaje; segundo, al mostrarse como práctica social se definió desde dónde se pronuncian los discursos y tercero, las finalidades explícitas o encubiertas. El artículo mostró que el discurso como texto proviene de una combinación de los anteriores abordajes, por lo que se pudo ejemplificar, desde los documentos y experiencias, la manera en la que se expresan las políticas públicas asumidas, para el supuesto aprovechamiento de los recursos en un territorio determinado. Además, se pudieron observar eventos discursivos que tienen particularidades respecto a su utilización específica, por lo que el discurso tiene un poder que construye relaciones o interacciones en el campo de la realidad.

La agenda política nacional, en las administraciones federales 2006-2012 y 2012-2018, evidenció cómo el recurso hídrico se entregó a embotelladoras, cerveceras, inmobiliarias, aserraderos, empresas hoteleras y parques de diversiones, en detrimento de las comunidades locales. En el plano local fungió como reestructurador territorial y económico de muchos núcleos poblacionales, sin tener en cuenta el impacto ambiental y social a largo plazo, lo que refleja un modelo político que sigue apostando por lo convencional del modelo de desarrollo sostenible.

El discurso producido por actores e instituciones -en la recategorización del ANPNT- ha sido muy criticado hasta el día de hoy. Los intereses que se manejan dentro y fuera del territorio, delimitado jurídicamente, han sido el principal motivo de las controversias, derivado de los servicios ambientales que puede ofrecer la demarcación territorial y quienes tengan el derecho de administrarlos, que en su mayor parte es de carácter ejidal y comunal con escasos beneficios.

Los acercamientos a la realidad muestran una entramada red de intereses, principalmente por líderes ejidales, funcionarios públicos federales y grupos criminales que obtienen beneficios bajo la displicencia de autoridades estatales. Resalta la réplica de lucha de poderes e intereses que ponen en una situación de controversia a la actividad turística, derivada de los efectos colaterales que van desde la pérdida de bioma hasta la reducción de visitantes, por sensaciones de inseguridad.

Es necesario ahondar en el Análisis Crítico del Discurso (ACD), como herramienta útil para abordar la realidad en su multidimensionalidad, con base en los problemas sociales, económicos, políticos y ambientales, que hacen evidente la necesidad de un enfoque interdisciplinario, propio de esta perspectiva, que redimensiona de forma correcta a tales problemas en el contexto sociocultural.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARREDONDO, Libertad; MASTRETTA, Alicia. **La recategorización del Nevado de Toluca no favorecerá su conservación**. Animal Político, 16 de julio, Editorial Animal, Ciudad de México, 2014. Disponible en: <https://acortar.link/P3Tczp>

BLÁZQUEZ, Maciá; BUADES, Joan; CAÑADA, Ernest; MURRAY, Ivan. **La balearització global: conflictes socioambientals de la construcció d'hotels balears a El Carib i Amèrica Central.**, Universitat de les Illes Balears (UIB), Palma de Mallorca, 2011. Disponible en: <https://acortar.link/mrFm4a>

BRUNETT, Edgar; BARÓ, Emilio; CADENA, Edel; ESTELLER, María. (2010) **Pago por servicios ambientales hidrológicos: caso de estudio Parque Nacional del Nevado de Toluca, México**, Ciencia Ergo Sum, Toluca, v. 17, n. 3, Toluca, Universidad Autónoma del Estado de México, p. 286-294. 2010. Disponible en: <https://acortar.link/R6YOoy>

CARABIAS, Julia. **Nevado de Toluca**, Ciudad de México. 2013. Disponible en: <https://acortar.link/WDSVav>

CASTILLO NECHAR, Marcelino. **Un acercamiento critico-conceptual a la modernización de la política turística**, Rosa dos Ventos, v. 5, n. 1, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Brasil. p. 170-185. 2013. Disponible en: <https://acortar.link/gP1AQZ>

CHESTNEY, Nina; BAIRD, Jane. Factbox: **Water trading schemes around the world**. [Green Business News]. 2011. Disponible en <https://acortar.link/49ZhFN>

COLÍN, Alejandro; NUNCIO, Alejandra. **El abatimiento del manto freático en el municipio de San Mateo Atenco en el periodo 1970-2000**, tesis de licenciatura, Facultad de Geografía. Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca, 2006.

COMISIÓN NACIONAL PARA EL CONOCIMIENTO Y USO DE LA BIODIVERSIDAD. **Portal de Geoinformación 2022. Conabio, Ciudad de México**, 2022. Disponible en: <http://www.conabio.gob.mx/informacion/gis/>

COMISIÓN NACIONAL DEL AGUA (CONAGUA). **Estadísticas del Agua en México, edición 2010. Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales**, México, 2010. Disponible en: <https://acortar.link/nhqk2T>

CRUZ, Graciela; CADENA, Cecilia; SERRANO, Rocío del C. **La Transición de una Comunidad Agrícola a Turística: Ixtapan de la Sal, México**, Rosa dos Ventos, v. 4, n. 2, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Brasil, p. 222-234. 2012. Disponible en: <https://acortar.link/yd0Gzo>

DAMONTE, Gerardo H. **Redefiniendo territorios hidrosociales: control hídrico en el valle de Ica, Perú (1993-2013)**, Cuadernos de Desarrollo Rural, v. 12, n. 76, Bogotá, Colombia, editorial Pontificia Universidad Javeriana, p. 99-134. 2015.

Disponible en: <<https://acortar.link/Shzifq>>

DÁVILA, Arturo. Centros integralmente planeados (CIPS) en México. **Las piezas del proyecto turístico de FONATUR**. Universidad Politécnica de Cataluña. Generalitat de Catalunya, 2014.

DE LA CRUZ, José Antonio; ÁVILA, Víctor Daniel; RIVERA Herrejón, María Gladys; VIZCARRA, Ivonne. **La desincorporación, disminución de categoría o de superficie en Áreas Protegidas (fenómeno PADD) y su efecto en el manejo de recursos forestales en un ejido el Nevado de Toluca, México**, Teoría y Praxis, Chetumal, Universidad Autónoma de Quintana Roo, p. 95-118. 2016. Disponible en:

<<https://acortar.link/CpfnDj>>

DIARIO OFICIAL DE LA FEDERACIÓN (DOF). DECRETO que reforma, deroga y adiciona diversas disposiciones del diverso publicado el 25 de enero de 1936, por el que se declaró Parque Nacional la montaña denominada "Nevado de Toluca", que fue modificado por el diverso publicado el 19 de febrero de 1937. Presidencia de la República, México, 2013. Disponible en: <https://acortar.link/vg0xxh>

DIARIO OFICIAL DE LA FEDERACIÓN (DOF). **Ley de Aguas Nacionales**. Secretaría de Gobernación, Ciudad de México, 2016. Disponible en:

<https://acortar.link/HUxz97>

ENDARA, Ángel Rolando; HERRERA, Francisco. **Deterioro y conservación de los bosques del Nevado de Toluca y el rol de los actores locales**, Ciencia Ergo Sum v. 23, n. 3, Toluca, Universidad Autónoma del Estado de México, p. 247-257. 2016.

Disponible en: <https://acortar.link/4Te6hu>

EXPANSIÓN. **El Nevado de Toluca muestra las fallas del modelo de protección de parques**. Revista Digital Expansión, Tendencias, Ciudad de México, 2013.

<https://acortar.link/VEz2o2>

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA (FAO), **Afrontar la escasez de agua. Un marco de acción para**

**la agricultura y la seguridad alimentaria.** FAO, Informe sobre temas hídricos 38. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura – FAO Roma, 2013. Disponible en: <https://acortar.link/5AxHzU>

FLORES, Víctor; MARÍÑA, Abelardo. **Crítica de la globalidad: dominación y liberación en nuestro tiempo.** F.C.E., Ciudad de México, 1999.

FRANCO, Sergio; OSORIO, Maribel; NAVA, Gabino; REGIL Héctor. **Evaluación multicriterio de los recursos turísticos.** Parque Nacional Nevado de Toluca, Estudios y Perspectivas en Turismo, v. 18, n. 2, Buenos Aires, Argentina, Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos. 2009. Disponible en: <https://acortar.link/BIuzjJ>

FRANCO, Sergio; REGIL, Héctor Hugo; GONZÁLEZ, Carlos; NAVA, Gabino. **Cambio de uso del suelo y vegetación en el Parque Nacional Nevado de Toluca,** México, en el periodo 1972-2000, Investigaciones Geográficas, Boletín 61, Distrito Federal, México, Instituto de Geografía, p. 38-57. 2006. Disponible en <https://acortar.link/1A5UwH>

GARAVITO, Leonardo. **La movilización social por el agua en la Cuenca de México. Una perspectiva desde las organizaciones sociales, Territorios,** Bogotá, Colombia, Universidad del Rosario, p. 35-62. 2012. Disponible en <https://acortar.link/7AX9rr>

GARCÍA, Leandro. Agua y turismo. **Nuevos usos de los recursos hídricos en la Península Ibérica. Enfoque integral.** Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles, no. 37, España, AGE, p. 239-255. 2004. Disponible en: <https://acortar.link/4xJ4yW>

GONZÁLEZ, Giovanni. **Análisis de la política pública de conservación de suelos en el Área de Protección de Flora y Fauna, Nevado de Toluca,** tesis de doctorado, Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca, México, 2020. Disponible en: <http://hdl.handle.net/20.500.11799/109352>

HÉRITIER, Stéphane; LEBRETON, Clotilde. From ‘Revolutionary’ to Contested Park. **Mobilization and Conflicts in the Recategorization Process of the Nevado de Toluca National Park (Mexico),** Journal of Urban Research, v. 16, Cairo, Faculty of Urban and Regional Planning (FURP) at Cairo University. 2017. Disponible en: <https://doi.org/10.4000/articulo.3279>

HERNÁNDEZ-SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ-COLLADO, Carlos; BAPTISTA-LUCIO, Pilar. **Metodología de la Investigación**. Mc Graw Hill Education, Edo. de México. 2014.

HUERTA, Violeta. **Denuncian ejidatarios proyecto turístico en el Nevado de Toluca**, El Sol de Toluca, 8 de agosto, Organización Editorial Mexicana, Toluca, 2019. Disponible en: <https://acortar.link/Ekhv09>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA. **Marco Geoestadístico**, diciembre 2021. INEGI, Ciudad de México, 2021. Disponible en: <https://www.inegi.org.mx/app/biblioteca/ficha.html?upc=889463849568>

JALIFE, Alfredo. **La fétida ley Korenfeld: la corrupta privatización del agua en México**, 15 de abril, teleSURtv.net, TeleSur, Venezuela, 2015. Disponible en: <https://acortar.link/7rIXIB>

JALIFE, Alfredo. **La Crisis del Agua con Fracking BC/Tabasco/NL/Jalisco**, Conferencia Magistral. [YouTube], 11 de mayo de 2018. 2018. Disponible en: <https://acortar.link/QXGpN0>

JIMÉNEZ, Andrés; PEÑA, Javier Francisco. **Criando la montaña, el agua y la vida: procesos hidrocomunitarios campesinos y acumulación por despojo hídrico en el Complejo de Páramos de Sonsón en Antioquia**”, tesis de maestría, El Colegio de San Luis, A. C. San Luis Potosí, México, 2017. Disponible en: <https://acortar.link/7k0hgY>

LLAVEN, Yadira. **Extrae Bonafont un millón 400 mil litros de agua diarios de veneros del Iztaccihuatl**, La Jornada de Oriente, 24 de marzo, Sierra Nevada Comunicaciones, Sección secundarias, Puebla, 2021. Disponible en: <https://acortar.link/zR5BQC>

LÓPEZ, Óscar; JACOBS, Andrew. **En una ciudad con poca agua, la Coca-Cola y la diabetes se multiplican**, The New York Times, 16 de julio, The New York Times Company, América Latina, Ciudad de México, 2018. Disponible en: <https://acortar.link/f651Ns>

LUNA, Pilar; MONTERO, Arturo; JUNCO, Roberto (coords.) **Las aguas celestiales. Nevado de Toluca, Instituto Nacional de Antropología e Historia**, Ciudad de México, 2009. Disponible en: <https://acortar.link/VDJ9HS>

MARTÍNEZ, Paris. **La SEMARNAT aprueba la tala comercial del 33% del Nevado de Toluca**, Animal Político, Grupo Editorial Criterio, Ciudad de México, 2016.

Disponibile en: <https://acortar.link/wFZ63I>

MCCOY, Christine. **El espejismo de Cancún. Análisis del desempeño y evolución de un destino turístico**. Alba Sud Editorial, Barcelona, 2017. Disponible en:

<https://acortar.link/G0f5hK>

MONTIEL, Julio; DÍAZ, Isis; LOZANO, María. **Las Buenas Prácticas para el ecoturismo sustentable en el Valle de Guadalupe, Ensenada, Baja California, México**. Un enfoque desde las Ciencias Sociales y Administrativas, El Periplo Sustentable, n. 37, Toluca, México, Facultad de Turismo y Gastronomía de la UAEMex, p. 62-91. 2018. Disponible en: <https://doi.org/10.36677/elperiplo.v0i37.9210>

OEHMICHEN, Cristina. Cancún: **la polarización social como paradigma en un México Resort**, Alteridades, n. 40, Ciudad de México, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa, p. 23-34. 2010. Disponible en:

<https://acortar.link/RCYh0p>

OLVERA, Jorge; PICHARDO, Ignacio. **Área de Protección de Flora y Fauna Nevado de Toluca**. Retos y oportunidades, Universidad Autónoma del Estado de México, México, 2017.

OSORIO, Maribel; DEVERDUM, Marie; MENDOZA, Martha; BENÍTEZ, Jazmín. **La evolución de Ixtapa-Zihuatanejo, México, desde el modelo del ciclo de vida del destino turístico**, Región y Sociedad, n. 31, Hermosillo, El Colegio de Sonora, p. 1-25. 2019.

PÉREZ, Carlos; Zizumbo, Lilia; MONTERROSO, Neptalí. **Turismo e identidad de resistencia: La oposición local a proyectos turísticos en el Parque Nacional Nevado de Toluca, México**, Estudios y Perspectivas en Turismo, v. 18, n. 1, Buenos Aires, Argentina, Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos, p. 36-52. 2009. Disponible en: <https://acortar.link/64yynN>

PICHARDO, Ignacio. **El guardián del Valle Hacia la sustentabilidad del Nevado de Toluca**, Fondo Editorial del Estado de México, Toluca de Lerdo, 2015. Disponible en:

<https://acortar.link/h3uaej>

PRIETO, Manuel. **El Riego que el Mercado no Quiere Ver: Historia del Despojo Hídrico en las Comunidades de Lasana y Chiu-Chiu (Desierto de Atacama, Chile)**, Journal of Latin American Geography, v. 16, n. 2, Austin, University of Texas Press, p. 69-91. 2017.

REYES, Marisa; OLAGUE DE LA CRUZ, José; VERJÁN, Ricardo. **Estrategia de gestión pública para un enoturismo sustentable a partir de la percepción de problemas ambientales en El Valle de Guadalupe (México)**, Estudios y Perspectivas en Turismo 2, Buenos Aires, Argentina, Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos, pp. 375-378. 2018. Disponible en: <<https://acortar.link/rKUH47>>

RODRÍGUEZ-VELÁZQUEZ, Vanessa; OSORIO, Maribel; NAVA, Gabino; FRANCO, Sergio; REGIL-GARCÍA, Héctor. **Planificación del desarrollo recreativo turístico sustentable en el ejido La Peñuela, Parque Nacional Nevado de Toluca, México**, Teoría y Praxis, n. 14, Chetumal, Universidad Autónoma de Quintana Roo, p. 25-58. 2013. Disponible en: <<https://acortar.link/JZJ5Xw>>

ROLLAND, Louise; VEGA, Yenny. **La gestión del agua en México**, Polis, v. 6, n. 2, Ciudad de México, Departamento de Sociología de la Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa, p. 155-188, (2010). Disponible en: <<https://acortar.link/yM1VVJ>>

RUIZ-TORRES, Mónica. **Modos de vida rurales en el Área de Protección de Flora y Fauna Nevado de Toluca**, Ciencia Ergo Sum, v. 26, n. 1, Toluca, Universidad Autónoma del Estado de México, p. 1-8. 2019. Disponible en: <<https://doi.org/10.30878/ces.v26n1a5>>

SECRETARÍA DE MEDIO AMBIENTE Y RECURSOS NATURALES - COMISIÓN NACIONAL DE ÁREAS NATURALES PROTEGIDAS (SEMARNAT-CONANP). **Programa de Manejo Área de Protección de Flora y Fauna Nevado de Toluca, Gobierno de la República**, Ciudad de México, 2016. Disponible en: <https://acortar.link/tBVhYQ>

SISTEMA DE INFORMACIÓN LEGISLATIVA. **Proteger el medio ambiente es una prioridad del gobierno federal: Juan José Guerra Abud, Gobierno de México**, Ciudad de México, 2021. Disponible en <<https://acortar.link/oY6nHC>>

TOSCANA, Alejandra; GRANADOS, Rebeca. **Recategorización del Parque Nacional Nevado de Toluca**, Política y Cultura, n. 44, Ciudad de México, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, p. 79-105. 2015. Disponible en <<https://acortar.link/KxtYxu>>

VALVERDE, Brenda N.; MENDOZA, Joel. **La racionalización de la administración financiera del servicio de agua potable y el Movimiento Antorchista en el municipio de Chimalhuacán, Estado de México**, Revista IAPEM, n. 96, Toluca, Instituto de Administración Pública del Estado de México, A.C., p. 153-173, 2016. Disponible en: <https://acortar.link/9s7EcA>

VERA, Rodrigo. **Ejidatarios del Nevado de Toluca: "no permitiremos el despojo"**, Proceso, 25 de noviembre, Ciudad de México, Revista Proceso, Nacional, 2013. Disponible en: <<https://acortar.link/qzpX9F>>

ZEPEDA-BUSTOS, Carmen; URIBE, Mónica. **El presente de Zedillo y de su equipo, El Cotidiano**, 172, Distrito Federal, México, Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Azcapotzalco, p. 87-98. 2012. <https://acortar.link/ZgKkHE>

---

**Bonifacio Doroteo Pérez Alcántara**

Doctor en Ciencias de la Educación, Colegio de Estudios de Posgrado de la Ciudad de México, área de investigación: Investigación Educativa, Enseñanza de la Geografía y Geografía del Turismo.

Email: [bonipa62@gmail.com](mailto:bonipa62@gmail.com)

**Marcelino Castillo Nechar**

Doctor en Investigación Turística. Universidad Autónoma del Estado de México, área de investigación: Investigación en Políticas públicas de gobierno y Estudios Críticos del Turismo

Email: [marcanec62@gmail.com](mailto:marcanec62@gmail.com)

**Nestor Iván Cruz Montalvo**

Egresado de la Maestría en Estudios Turísticos. Universidad Autónoma del Estado de México, área de investigación: Estudios Turísticos

Email: [ncruz036@alumno.uaemex.mx](mailto:ncruz036@alumno.uaemex.mx)

**Graciela Cruz Jiménez**

Doctora en Investigación Turística. Universidad Autónoma del Estado de México, área de investigación: Investigación en Políticas Públicas del Turismo

Email: [gcruzj@uaemex.mx](mailto:gcruzj@uaemex.mx)



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## Óga pisy da *nhandesy* Guarani-Nhandéva Dona Tereza na Reserva Indígena de Dourados e Tupã, e o canto, e a dança

Leticia LarínI<sup>1</sup> 

<sup>1</sup>CIEBA/VICARTE, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (FBAUL), Lisboa, Portugal

Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-5173-1298>

### RESUMO

O objetivo que mobiliza este artigo é captar instâncias das casas de reza (*óga pisy*) Kaiowá e Guarani (respectivamente, Guarani-Kaiowá e Guarani-Nhandéva), aptas a constar num monumento artístico a esses povos originários, a ser elaborado para Lisboa, Portugal. Para tanto, as *óga pisy* são reflexionadas a partir de duas falas que escutei da *nhandesy* (rezadora) Guarani-Nhandéva Dona Tereza, quando estive em sua casa de reza, *Oga Mitã'i Poty Rory*, na Aldeia Bororó, Reserva Indígena de Dourados, ao realizar um trabalho de campo na região de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. Com isso, estes escritos podem ser entendidos, a um só tempo, como um relato de campo e um aprofundamento em noções antigas e contemporâneas concernentes às casas de reza Kaiowá e Guarani. Os temas abordados, além de Tupã, do canto e da dança, são os rituais de batismo *kunumi pepy* e *ñemõgarai*, as interações coletivas como o *jeroky* e as rezas em geral, os percursos purificadores e acesso a outros mundos encaminhados em bençãos e ritos, assim como as conversas com divindades e espíritos. Contrapondo-se à mundivisão ocidental, colocam-se, também, relações entre corpo e pureza, e entendimentos sobre Deus e o termo «Mato Grosso». Por fim, além das considerações finais sobre motes a constarem no referido monumento, ressalta-se a importância das dimensões do *aguyje* e da escuta para essas cosmovisões indígenas, assim como a importância da rezadora para a região e a causa Kaiowá e Guarani.

**Palavras-chaves:** casa de reza; reserva indígena de Dourados; Kaiowá e Guarani; Tupã; monumento

## Guarani-Nhandeva *Nhandesy* Dona Tereza's *óga pisy* in the Dourados Indigenous Reserve and Tupã, and the chant, and the dance

### ABSTRACT

The objective of this article is to clarify aspects of prayer houses (*óga pisy*) Kaiowa and Guarani (respectively, Guarani-Kaiowa and Guarani-Nhandeva), which can inspire the elaboration of an artistic monument for Lisbon, Portugal, to these originary people. For this, the *óga pisy* are reflected considering two speeches I heard from the Guarani-Nhandeva *nhandesy* (prayer) Dona Tereza, when I was in her prayer house, *Oga Mitã'i Poty Rory*, in Aldeia Bororó, Dourados Indigenous Reserve, developing a fieldwork in the Dourados region, state of Mato

Grosso do Sul, Brazil. Therefore, these writings can be understood, at the same time, as a field report and a deepening on ancient and contemporary notions concerning the Kaiowa and Guarani prayer houses. The topics covered, in addition of Tupã, the chant and the dance, are the *kunumi pepy* and *ñemôgarai* baptism rituals, the collective interactions such as *jeroky* and prayers in general, the purifying trajectories and access to other worlds, being both guided through blessings and rites, as well as the conversations with deities and spirits. Opposing the Western worldview, relationships between body and purity, and understandings on God and the term «Mato Grosso» are also presented. Lastly, in addition to the final considerations on notions to be revealed at the mentioned monument, significances of the dimensions, to these indigenous worldviews, of *aguyje* and of listening are highlighted, as well as the importance of the *nhandesy* for the region and for the Kaiowá and Guarani struggle.

**Keywords:** prayer house; Dourados indigenous reserve; Kaiowa and Guarani; tupã; monument.

## ***Óga pysy* de la *nhandesy* Guaraní-Ñandeva Dona Tereza en la Reserva Indígena de Dourados y Tupã, y el canto, y la danza**

### **RESUMEN**

Este artículo busca captar nociones sobre las casas de reza (*óga pysy*) Kaiowá e Guaraní (respectivamente, Guaraní-Kaiowá y Guaraní-Ñandeva), para inspirar la elaboración de un monumento artístico para Lisboa, Portugal, a esos pueblos originarios. Para eso, las *óga pysy* son reflexionadas desde dos hablas que he escuchado de la *nhandesy* (rezadora) Guaraní-Ñandeva Dona Tereza, cuando he estado en su casa de reza, *Oga Mitã'i Poty Rory*, en la Aldea Bororó, Reserva Indígena de Dourados, al desarrollar un trabajo de campo en la región de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. Con eso, estos escritos pueden ser comprendidos, al mismo tiempo, como un relato de campo y una profundización en nociones antiguas y contemporáneas concernientes a las casas de reza Kaiowá y Guaraní. Los asuntos tratados, además de Tupã, del canto y de la danza, son los rituales de bautismo *kunumi pepy* y *ñemôgarai*, las interacciones colectivas como el *jeroky* y las rezas en general, los recorridos purificadores y acceso a otros mundos encaminados en bendiciones y ritos, así como las conversaciones con divinidades y espíritus. Contraponiéndose a la mundivisión occidental, están, también, relaciones entre cuerpo y pureza, y entendimientos sobre Dios y el término «Mato Grosso». Por fin, además de las consideraciones finales sobre aspectos que pueden estar en el monumento en cuestión, se subraya el significado de las dimensiones del *aguyje* y de la escucha para esas cosmovisiones indígenas, así como la importancia de la rezadora para la región y la causa Kaiowá y Guaraní.

**Palabras clave:** casa de reza; reserva indígena de Dourados; Kaiowá y Guaraní; tupã; Monumento.

### **INTRODUÇÃO**

À casa de reza de Dona Tereza<sup>1</sup>, na Aldeia Bororó, Reserva Indígena de Dourados (RID), eu fui três vezes, no dia 24 de abril de 2020 com um casal Kaiowá e Terena que quis fazer uma consulta à *nhandesy* (rezadora), e nos dias 24 de julho e 23 de agosto de 2020 junto à Guaraní-Nhandeva Kunhã Ysapy (Rosilei Souza, Reserva Indígena de Dourados, 1978). Nessa última visita, Kunhã Ysapy e eu fomos instalar umas bandeiras que desenvolvemos

<sup>1</sup> Enquanto Graciela Chamorro (Mota e Cavalcanti, 2019: 11) nomeia a *nhandesy* de “Teresa Martins”, aparece num vídeo (Oga Mitã'i Poty Rory, 2008) “Tereza Marins”. Sendo «Martins» um sobrenome comum no Brasil, é mais provável que ele, e não «Marins», identifique a família da rezadora. Por outro lado, o vídeo no qual consta “Tereza Marins” foi encontrado no canal do You Tube *Oga Mitã'i Poty Rory*, inaugurado em 26 de outubro de 2020, cerca de dois meses após eu deixar a região de Dourados. Nele figura o nome “Tereza” por diversas vezes, insistência gráfica, numa conta criada especialmente à *óga pysy* de Dona Tereza, que torna mais plausível a sábia indígena chamar-se «Tereza» ao invés de «Teresa». Outras contas a seguir, referentes à *Oga Mitã'i Poty Rory*, são as do Instagram (@oficial\_ogamitai), do Twitter (@MitaiPoty) e do Facebook (@mitaipotyry).

conjuntamente<sup>2</sup>, de modo a conscientizar a população local quanto ao uso de remédios indígenas –do mato– nos cuidados referentes à COVID-19. Quanto à indicada penúltima visita, ela é abordada neste artigo, no tocante a dimensões ritualísticas e que referenciam a divindade Tupã. Considerando que não me foi possível presenciar nenhum ritual e que desenvolvi –durante seis meses– um atípico trabalho de campo na região de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul (MS), Brasil, devido à pandemia, estes escritos buscam desvelar aspectos fundamentais da referida casa de reza, a partir de duas falas de Dona Tereza: uma sobre o batismo e outra sobre a passagem de Tupã.

Nessa visita –penúltima– também emergiram, como relevantes à minha investigação de doutoramento, a própria estrutura da *óga pisy* e, no interior da mesma, os resquírios duma fogueira com cadeiras e um banco ao redor da mesma, o *takwapu* (instrumento sonoro em bambu utilizado por mulheres) e, por fim, o artefato da cultura material Guarani-Nhandéva “Tata rendy’y- altar sagrado -que significa força do poder do Tupã Guasu. Seria Deus Grande” (Vera, 2020a). Dada a atenção –espacial, num texto– requerida para observar, que seja minimamente, a importância desses elementos para os povos Kaiowá e Guarani do MS, eles serão reflexionados noutra local. Quanto à minha pesquisa, realizada na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, ela possui como principal objetivo artístico-prático a elaboração dum monumento, para a maior cidade de Portugal –Lisboa–, que dê conta de “fraturar” o imaginário imperial português (Peralta, 2017) pela infiltração –incorporação– de dimensões da causa –e da cosmovisão– dos e das Kaiowá e Guarani do MS. Com isso, para tão “espinhoso” enredo, além de dialogar, dentro do possível, com habitantes da RID, averiguo aspectos materiais e imateriais imiscuídos em elementos das culturas materiais desses povos originários, de modo a inspirar o vislumbre do monumento em questão.

### **1. Batismos: *kunumi pepy* e *ñêmõgarai***

De maiores dimensões que a do *nhanderu* (rezador) Guarani-Kaiowá Roberto Chipé (Roberto Arce Isnard, 1956, Aldeia Jaguapiru), na Aldeia Jaguapiru, RID, a casa de Dona Tereza pareceu-me ter sido erguida como lugar e referente para a relação entre deuses e vivos. *Oga Mitã’i Poty Rory* (Casa Menino Lindo Contente<sup>3</sup>) (Fig. 1), segundo a líder espiritual, nomeia essa casa por ela ser dedicada ao batismo de crianças: “Quando chegar, assim, na

---

<sup>2</sup> Essas bandeiras integram o projeto *Hayhu Nhanderetê (a gente ama a vida da gente): remédio indígena*, de autoria de Kunhã Ysapy e Letícia Larín.

<sup>3</sup> A tradução é minha.

semana santa, dia de... no mês de abril, assim, você vem apresentar pra batizar a criança, né, você senta e batiza” (Martins, 2020). É provável que, ao dizer «senta», Dona Tereza indique o “*apyka* (pequeno banco de madeira inteiriça, feito especificamente para cada menino que participará da cerimônia)” (João, 2011, p. 75). Entretanto, essa sentença de Izaque João refere-se ao *kunumi pepy*, festa cuja “realização (...) era entendida como forma de afirmação de identidade e também para articular melhor os componentes do grupo para o enfrentamento com os não índios, confiantemente pela força da reza” (João, 2011, p. 47).

**Figura 1 – Placa em madeira, no interior da *óga pysy* de Dona Tereza, com o nome dessa casa de reza**



Fonte: própria, 2020.

Nesse ritual –sendo «*kunumi*», “menino de até uns 13 anos” (Chamorro, 2022, p. 302), e «*pepy*», marca divina–, a identificação espiritual dos Kaiowá, *i.e.*, “o ‘registro do menino’ no plano divino”, era dada pela perfuração do lábio por um *tembeta* (adorno labial). Como parte do protocolo aos “adolescentes do sexo masculino que passaram pelo *kunumi pepy*, a maioria da carne de animais de caça” deveria “ser mordida duas vezes e jogada no fogo, como forma de impedir a encarnação de algumas doenças que seriam adquiridas com o consumo destas carnes” (João, 2011, p. 40-41). A doença, nesse contexto, “é considerada como fogo se propagando lentamente pelo corpo humano” (João, 2011, p. 56), pelo que os rezadores e as rezadoras responsáveis por esses rituais deveriam cuidar, além da esfera espiritual, da saúde física. Segundo a observação de Cajetano Vera (et. al., 2020b), nascido em 1968 na Aldeia Pirajuí, município de Paranhos (MS) –e professor da Escola Estadual Indígena Intercultural

Guateka Marçal de Souza, Aldeia Jaguapiru, RID–, Dona Tereza, atualmente, segue a trabalhar nesses dois planos concomitantemente, pois, a “cacique Tereza é *nhandesy* e possui alto conhecimento como uma médica indígena”.

Segundo Silveira (2011, p. 196-197), “Em 1989, Graciela Chamorro registrou o último rito de furação labial (*kunumi pepy* ou *mitã ka’u*) de que se tem notícia em Mato Grosso do Sul”, pelo que o batismo da criança, atualmente praticado pela rezadora, deve tratar-se, mais bem, do “*ñēmōgarai*”, um ritual de nominação “onde o xamã identifica a origem de sua alma e invoca a ‘*proteção*’ do ñadejara<sup>4</sup> que a envia” (Vietta, 2007, p. 284-285):

Após alguns dias de vida, a criança é levada para o rezador fazer o ritual de *nhemongarai*. Esta reza define a permanência do pássaro guardião<sup>5</sup> definitivamente com a pessoa, integrando-a na sociedade e interagindo com a natureza onde vive. O ritual de *nhemongarai*, por outro lado, é entendido como ato de nominar a criança, para garantir seu status físico e torná-la apta para desenvolver atividades no decorrer de sua vida. (João, 2011, p. 55)

Ao falar comigo, Dona Tereza complementou que, nesses encontros, “Tem chicha”, uma bebida fermentada de milho que provei em meu aniversário, quando Kunhã Ysapy ofertou-ma. Ysapy (Vera et. al., 2020b) comentou-me que, além do milho ser utilizado para fazer “curau, chicha, bolo de milho, biju”, a espécie sagrada Guarani –o “milho branco”– “é mais forte, não precisa muito para fazer chicha”. “A *xíxa*, ou *jakairary*,” é uma “bebida feita de milho saboró, apropriada para todas as divindades, inclusive para o *xiru*,” e é também “denominada *rekory* (caldo do seu próprio corpo)” (João, 2011, p. 28). Coincidentemente, no *kunumi pepy*, no dia anterior à manhã em que teriam o lábio furado e adornado com um *tembeta*, os meninos eram embebedados –anestesiados (Souza, 2009, p. 51)– “com chicha, para amolecer a boca e não terem medo” (Chamorro, 1995 apud Silveira, 2011, p. 197), sendo a chicha do *kunumi pepy* chamada de “*xíxa rekory etépy*” (João, 2011, p. 59).

Chipé (et. al. 2020) explicou-me, indicando a crescente perda de interesse pela chicha, por parte dos e das habitantes da RID, que “A bebida que não tem mais [chicha] é remédio, [são] três, quatro dias de fermentação [no preparo da mesma]. Não tem função de embebedar, é para abrir o lado espiritual, para relaxar”. Segundo o rezador, *kunumi* é “aquele que fica só dentro de casa, que não tem contato com homem” (Chipé et. al., 2020). Nesse período de

<sup>4</sup> Sendo «*ñande*», «nosso», e «*jara*», «dono».

<sup>5</sup> Nesse ritual, “o pássaro guardião assenta definitivamente no ombro do menino, com o objetivo de guiar o” seu “destino” (João, 2011: 78). Esse pássaro, “enviado do espaço de origem”, assenta no ombro da pessoa no seu “primeiro momento de respiração (...) no mundo físico” (João, 2011: 54) e, quando “a doença ataca a pessoa, esse pássaro se retira do seu corpo e sobrevoa no espaço” (João, 2011: 56).

reclusão na casa de reza, os *kunumi* só interagem com “homens que já passaram pelo mesmo ritual”, sendo por esses instruídos. Para poderem tornar-se “bons homens”, eles ganham conhecimentos sobre como “cuidar de roça,” ser “bons maridos e bons pais futuramente,” relacionar-se “bem com os parentes e com os não indígenas. Aprendem também cantos, rezas e danças tradicionais, conhecimentos que caracterizam a cultura kaiowá” (Souza, 2009, p. 49). No ritual, embora a bebida deva ser preparada pelas mulheres, “se não tiver vai outra pessoa, tudo bem” (Chipé et. al., 2020).

Essa fala do *nhanderu*, num contexto em que o *kunumi pepy* praticamente não mais se realiza, indica que, na falta de *kunhã* (mulher) para preparar a chicha, qualquer outra pessoa pode fazê-la. Essa flexibilidade na articulação da cultura denota, não uma displicência com respeito à mesma, se não, a vontade de que ela siga a existir, do modo que possível for. O *ñemõgarai*, por sua vez, embora refira-se, além da “cerimônia de nomeação de criança”, à “cerimônia de iniciação das colheitas” e à de “inauguração de casa” (Chamorro, 2022, p. 411), em sua instância de nomeação pode ser paralelizado com a prática ancestral Kaiowá de, invariavelmente, “batizar” “todo local habitado ou explorado”. Nessa, ao menos um líder religioso, por inspiração, reconhece –ou confere– o nome, o que cria um vínculo entre as pessoas a estarem no lugar “e os *jara* associados a ele” (Vietta, 2007, p. 284).

Contudo, (...) “batizar” um local não determina um sentimento de exclusividade de posse por uma dada parentela, a possibilidade de fazê-lo representa um indicativo que Naderu cria aquele local para os Kaiowa. Pois como afirma Lauro [Kaiowá de Panambizinho]: “O Kaiowa não pode mudar para outro lugar que ele não conhece. É esse o nosso lugar! Já foi dado nome kaiowa para todos os lugares daqui”. (Vietta, 2007, p. 285)

Esse “*nhande rekoaty*”, “nosso local específico”, trata-se, assim sendo, duma área que permite “a fixação do grupo com segurança e condições de continuar as atividades” (João, 2011, p. 38) Kaiowá e Guarani, assim como o “batismo” duma pessoa permite à alma fixar-se adequadamente no corpo indígena, tornando-o apto a “seguir as regras do *teko porã*” e “alcançar a vida em *aguyje*” (João, 2011, p. 54), um estado de plenitude (João, 2011, p. 24), um “estado perfeito do corpo físico e da alma” (João, 2011, p. 32). Com isso, assim como ao equilíbrio da convivência entre corpo e alma,

o Kaiowá e outros povos de língua guarani acreditam que a reza é instrumento extremamente importante para proceder ao controle do espaço social, de acordo com seus valores, na perspectiva de manter o equilíbrio e o domínio do grupo. Dessa maneira, a reza é entendida como a estratégia de melhor eficácia para o controle do

comportamento nas grandes aglomerações de pessoas, nos encontros, em vários locais do *tekoha guasu*. (João, 2011, p. 38)

## 2. Interações coletivas e *jeroky*: rezas, cantos e danças

A primeira vez que tomei conhecimento sobre Dona Tereza foi ao conversar com Cajetano Vera (et. al., 2020b), ao pensarmos em possíveis monumentos que eu –enquanto artista– poderia elaborar para dar visibilidade às causas das culturas Kaiowá e Guarani: ele sugeriu-me fazer uma “estátua de Dona Tereza”. Entretanto, devido ao meu interesse por buscar inspiração nas formas das culturas materiais –e imateriais– desses povos, e não na História da Arte conformada desde uma ótica europeia, desenvolvo estas reflexões em torno à *óga pysy*, procurando captar a relevância da rezadora para a RID e, também, para as populações Kaiowá e Guarani, em geral, da região de Dourados.

Ao pensar-se na dimensão –ocidental– de monumento averiguada nessas casas de reza, embora hajam espectros do passado recaídos no presente, a advertirem sobre o futuro –sejam ensinamentos dos antigos e das antigas que incorrem num certo, ou não desejado, futuro, sejam elementos das culturas material e imaterial–, o eixo principal manifesta-se, não em corpos defuntos sob a terra, como nos *kurusu* (cruzes) tumulares Kaiowá e Guarani (Larín, 2020), se não, em corpos vibrando em consonância –em vivências coletivas festivas, ritualísticas, de passagem, comunhão, socialização, sociabilização, convivência, entre outras. É certo que o ato de revisitar os mortos contempla, entrelaçadas, as dimensões cerimonial e comunitária, porém, são corpos falecidos que alinhavam essa prática. Já nas *óga pysy*, embora as dinâmicas guiem-se usualmente por substâncias espirituais, como as divindades, a motriz primigênia das mesmas insta nos próprios corpos vivos em relação –sendo os objetos manuseados *in situ* entendidos, também, como corpos que mobilizam sensibilidades, realidades e energias (Larín, 2019).

Para essas reuniões, e inclusive “em uma *aty guasu*, a grande assembleia, ou mesmo em uma manifestação na cidade, em audiências públicas, seminários e espaços em universidades etc.” (João, 2011, p. 38), é necessário preparar o espaço por dias. O “efeito da reza toma conta” do local em questão, tornando-o “*ogueroguyje* (‘espaço maduro, despoluído, protegido e preparado para receber grande número de pessoas’)” e, portanto, apto a hospedar um encontro permeado por boas energias, pois, “Se nesses eventos não for feito *jehovasa*, podem acontecer imprevistos e desentendimentos” (João, 2011, p. 38). Esse enfoque, nas relações interpessoais tecidas num –e que tecem um– coletivo, é reconhecido na seguinte adaptação

dum relato da *nhandesy* Dona Tereza sobre o *jeroky*, “ritual de canto-dança” (Chamorro, 2022, p. 238) ou, simplesmente, “a dança ritual” (Ortiz, 2019, p. 145):

O Sol vai se pondo no *Tekohá*, membros de várias parentelas vão chegando com seus apetrechos (*Xirú*, *Mbaraká*, *Mymby* e *Takuapú*) para passar a noite a dançar no ritmo do *Jeroky Pukú* (canto longo), acompanhados de seus filhos vão acomodando-se pela *Nhanderogaii* (residência *Nhandeva*), a gritaria/tumulto é total, com as crianças a correr, a rir, outras a chorar; os *Jaguá* (cachorro) se encontram e se estranham, a provocar em seus donos gritaria para que cada animal retorna a casa. Enquanto não chega a hora, os homens preparam a roda de *Teréréiii* (bebida típica do Mato Grosso do Sul, similar ao mate gaúcho, mas com adaptação *Nhandeva*) e as mulheres se juntam aos mesmos ou formam outra roda de *Kaá’y* (chimarrão ou mate, mais utilizadas pelas mulheres *Nhandeva*). (Ortiz, 2019, p. 145)

Essa festividade, chamada “*Jeroky Pukú*”, foi realizada em 2019 e presenciada por Rosalvo Ivarra Ortiz (2019, p. 146), cuja perspectiva apreendeu “os cantos e as danças executados no ritual Guarani” a abrirem

caminhos através dos quais os mesmos viajam por e para outras dimensões onde se encontram as aldeias celestes, lá conversam com os ancestrais, com *Nhanderú Vussú* (nosso Pai/Deus maior), e todos os seres que porventura possam encontrar no caminho dos espíritos, o visível e o invisível se visitam, iniciando o estabelecimento de um futuro parentesco, uma rede social espiritual é formatada.

Em ambas falas, de Dona Tereza e de Ortiz, gestos, falas, expressões e presenças de corpos e espíritos estão em fricção, sobreposição e interação, compondo uma atmosfera tecida pela soma das –livre– espontaneidades individuais. Quando o canto é entoado, o ambiente transmuta-se num de solenidade, já que o grupo se organiza em prol dum ritmo comum ao além. Esse fulgor espiritual detona o nível mais explícito da tradicional existência Kaiowá e Guarani, pondo em marcha estados de transe que acionam processos de resistência e de R-Existência (Porto-Gonçalves, 2006, p. 51) originários calcados nos modos de fazer das antigas e dos antigos. Uma *nhandesy* “da Terra Indígena Panambizinho” (Mota, 2011, p. 147-148) confere nessa transcendência, obtida entre o canto e a dança que conformam a reza de verdadeiros indígenas –*i.e.*, as e os Guarani-Kaiowá, aquelas e “aqueles que sabem rezar e não se encantaram pelo mundo do *Karaí*” (Mota, 2011, p. 147), *i.e.*, das pessoas não indígenas (Chamorro, 2022, p. 280)–, o corpo a flutuar ou levitar.

Essa instância reverbera numa narração de Métraux (1928, p. 202) sobre um movimento migratório místico de Guarani-Nhandeva entre 1810 e 1912, provavelmente em direção ao oceano Atlântico, com a intenção de cruzá-lo para chegar à terra sem mal, a “terra privada de maldade” (“*yvy marãne’y*”) (Chamorro, 2022, p. 570). Aqueles e aquelas que conseguiam

chegar à beira-mar tinham, como primeiro cuidado, construir uma casa de dança onde todos e todas, munidos de bastões de ritmo (*takwapu*) e chocalhos (*mbaraka*), pudessem imprimir movimentos constantes em seus corpos, de modo a dar-lhes leveza suficiente para atravessar as ondas com os pés secos. Havia, inclusive, quem pensasse que a casa voaria com elas e eles até as portas do céu e, daí, para *yvy marãne 'y* (Métraux, 1928, p. 204-205). No “*jerosy puku* (...) *jerosy* ‘reza’ + *puku* ‘longa’, (...) reza longa [que pertence ao ciclo de celebrações do milho e do menino]” (Chamorro, 2022, p. 239) na *óga pysy* de Dona Tereza, por sua vez, Ortiz (2019, p. 147) captou a dança a exprimir

o fervor e o fortalecimento religioso; ficar leve facilita a caminhada ao mundo da imaterialidade, é denominada de *Jeroky Hatã* (dança com marcação acelerada); a segunda é mais lenta, límpida, formal, solene, é denominada de *Nheëngaraí* ou *Jeroky Mbegue*, tem a premissa de encantamento, invocação, reverência, respeito, lamento. No caso das mulheres o movimento do corpo é comumente denominado de *Syryry* (deslizar) ou *Kunã Jeroky* (dança feminina Nhandeva) (...). (Ortiz, 2019, p. 147)

Essas danças, por conseguinte, “seguem marcações rítmicas do maestro *Mbaraka Jú* aos seus dançarinos, acompanhados pela batida dos *Takuapú* (bastão rítmico feito de bambu) utilizadas exclusivamente pelas mulheres Guarani” (Ortiz, 2019, p. 147). Segundo o xamã Júlio Ortiz Benites (apud João, 2011, p. 75), de *Sucuri'y*, junto a essas danças, em circunstâncias com “grande aglomeração de pessoas”, como “a festa de *jeroky guasu* ou *jerosy puku* e do *kunumi pepy*, há a manifestação das divindades (*jára yvyrendyre*) de acordo com sua especialidade”. Esse espaço, “onde há rastro de seres humanos, é considerado,” então, “*oka reko avaete*”, pois, ao ser

constituído a partir de muita dança, a força do canto o transforma em lugar puro, onde os espíritos divinos operam positivamente, deixando o povo Kaiowá ser plenamente realizado e feliz. Os Kaiowá passam a ter um corpo leve em todos os sentidos da vida, permitindo viver harmoniosamente e ativo em todas as atividades realizadas. (Júlio Ortiz Benites apud João, 2011, p. 75)

### 3. Percursos purificadores e acesso a outros mundos

Essa “transformação do terreiro da casa, após muita prática de dança e canto, em lugar puro e, por conseguinte, sagrado” (João, 2011, p. 75), é perene, já que “O local em que havia uma casa com *oka guasu* (terreiro grande), onde no passado se praticava a dança,” permanece “sagrado e é denominado *oka monky rakue* ou *oka mbojegua hague*, ou seja, ‘local transformado puro e protegido através de inúmeros cantos expressados, ou local pintado de urucum’” (João, 2011, p. 79-80). Essa persistência da espiritualidade indígena, seja a de

tempos remotos, explicita a importância do território tradicional para esses povos e torna claro que

É por meio da reza que os Guarani e Kaiowa, como consideram em suas narrativas, conseguem se desligar do mundo material e “participar” de outro mundo, como pontua a Floriza<sup>6</sup> ao dizer que “no mundo de lá, num consegue vê sem rezá”. Este mundo está no âmbito do sobrenatural - mítico religioso e, coloca-se como equilíbrio a todas as relações na terra. (...) Este sair de si mesmo e se “conectar” com outros lugares deve ser compreendido com uma possibilidade de multiterritorialização Guarani e Kaiowa que não se faz materialmente, mas por meio de crenças que possibilita a eles viverem, ou melhor, acionarem “outros mundos”, onde se encontra as divindades, os deuses, sendo estes os responsáveis pelo equilíbrio social e natural. (Mota, 2011, p. 147-148)

Essa busca por outros patamares já ocorreu, para esses povos, num plano terreno, sob a premissa de que *yvy marãne’y* poderia ser alcançada ao cruzar-se o oceano a leste. Numa fala transcrita por Pierre Clastres (1990, p. 132), Tupã é designado como quem indicará aos e às Guarani aonde ir, de modo a atravessarem a grande água, “esta coisa que chamamos mar”. Quando estive na *óga pysy* de Dona Tereza, por sua vez, ela mostrou-me como invoca a divindade Tupã, para que entre pelas –duas– portas da casa de reza:

Quando Tupã vem, o deus Tupã, né, ele vem [entra por uma porta], chega aqui [no “altar”, ao centro da casa de reza], ele faz assim: faz *jeovasa* e faz o... assim. Aí, pra todo família, pra todo o que tem no Bra... Mato Grosso, e pra abençoar, né. Então, essa que vem, ela passou pra lá, aí vem do outro, né, aí vem do outro [entra pela outra porta] pra ir pra lá, e também fazer assim, fazer *jeovasa* e depois fazer assim (Fig. 2) pra abençoar pra todos, né, aí depois fazer assim.

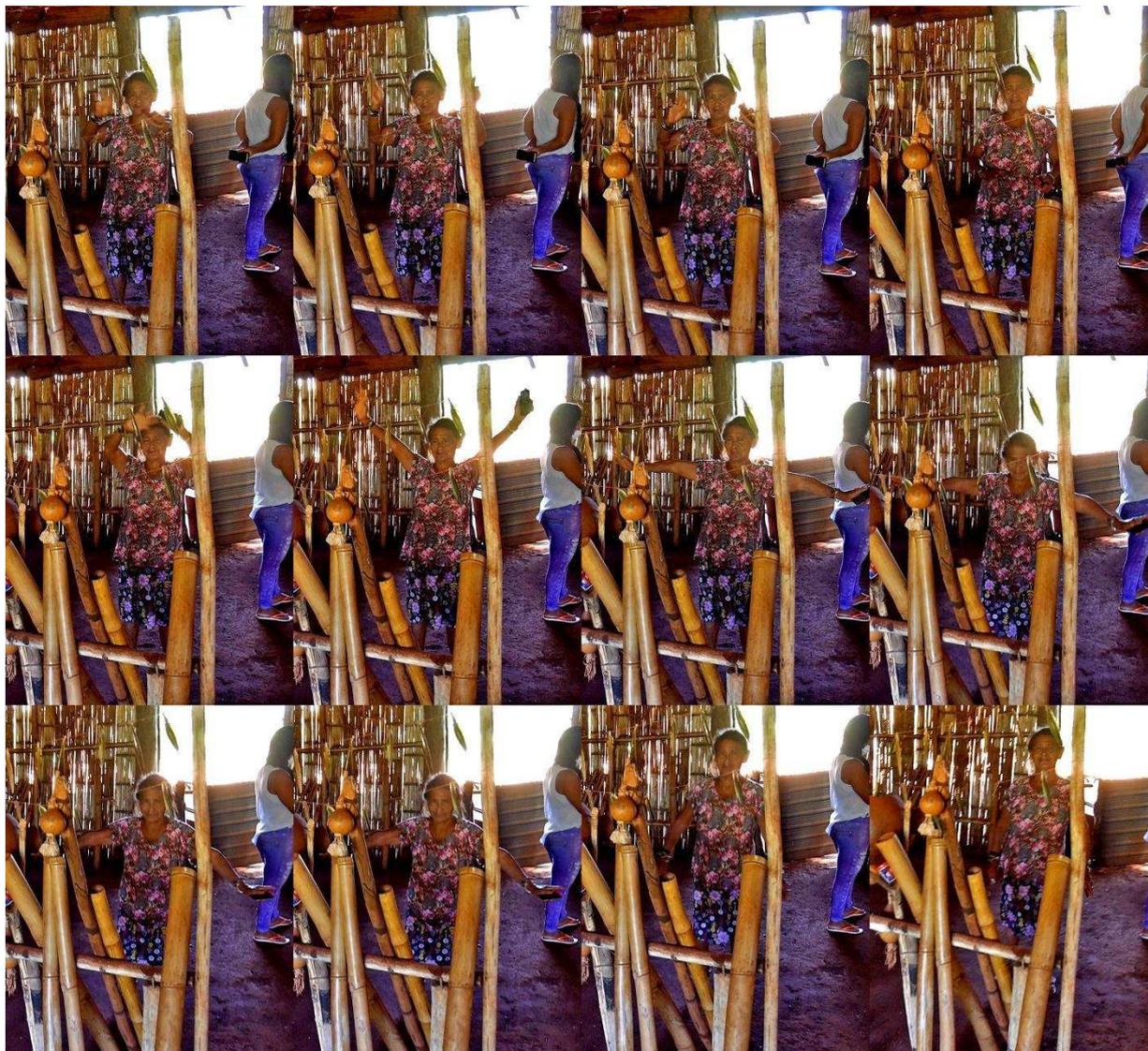
(...)

Ele está deixando toda coisa que é bom aqui, né. Então, essa vem pra cá e pra aí também, assim, ela deixa a sorte pra todos, né, aí que nós sempre têm que rezar, nós, de noite. (...) é igual daquela igreja, também, tem que abençoar, tem que falar pro deus pra tirar essa doença que vem aqui [COVID-19], né, fazer *jeovasa*, fazer pra todo. (Martins, 2020)

---

<sup>6</sup> Nhandesy Kaiowá da RID.

**Figura 2 – Dona Tereza fazendo *jeovasa* e “assim”, para abençoar após a entrada de Tupã na *óga pysy***



Fonte: própria, 2020.

Ao estar essa casa de reza em *yvy*, “Terra” (Mura, 2019, p. 294), a primeira porta por onde ingressa Tupã deve estar ao leste da *Oga Mitã’i Poty Rory*, já que, em *yváy*, “patamar (...) mais elevado do Universo” (Mura, 2019, p. 277) –sendo, “os *yváy*, patamares distribuídos tanto vertical quanto horizontalmente, seguindo os pontos cardeais” (Mura, 2019, p. 294-295)–, “todos os deuses têm o seu território delimitado,” os quais “ficam na posição leste e são considerados impenetráveis pelos espíritos maus e também por aqueles” e aquelas “que não rezam. (...) Com base nesta explicação, pode-se observar que a posição da porta da *ogusu*, que o Kaiowá chama de *okendusú*, fica de frente à nascente do sol” (João, 2011, p. 55). A casa de

reza de Dona Tereza, por sua vez, possui duas portas, uma em frente à outra e uma maior do que a outra (Fig. 3), e Tupã aí entra, primeiramente, pela *okẽ* (porta) maior.

**Figura 3 – A *óga pysy* de Dona Tereza e suas duas portas**



Fonte: própria, 2020.

Essa última, sabendo da consonância entre Tupã e o relâmpago, deve ser a principal, pois “O diálogo entre o xamã e a divindade é feito através do *overá* (relâmpago) que entra pela porta principal da *ogusu*” (João, 2011, p. 55). A “*okẽ ndusu* ‘porta principal da casa de reza (porta maior, a leste)’” (Chamorro, 2022, p. 424) de Dona Tereza, estando voltada para o nascer do Sol, está no lado oposto da área onde se encontra uma casa –de concreto–, na qual vivem Dona Tereza e familiares seus. A constatação desse posicionamento –da porta– inverte a leitura do terreno que eu tive, ao visitar essa casa de reza, aquando captei a *óga pysy* estando no pátio da casa de concreto. Com as apresentadas ideias, portanto, essa perspectiva sofreu um deslocamento: a casa de concreto mostra-se como estando no pátio, ao fundo da *óga pysy*, e a *Oga Mitã’i Poty Rory* aparece como o principal elemento do terreno.

Com isso, regressando à fala de Dona Tereza, Tupã entra primeiro na *óga pysy* pela porta a leste, e, depois, pela porta a oeste. Essa dupla trajetória da divindade parece, dalgum modo, servir de inspiração a pessoas que buscavam fomentar a tranquilidade numa *ogusu*, pois, “No tempo de *Ka’aguyrusu*<sup>7</sup>, como a maioria dos grupos vivia em uma *ogapysy*, os animais do tipo da paca, após a execução, eram levados para a casa grande, entrando por portas diferentes, para evitar o desagrado do *jára* do animal” (João, 2011, p. 41). Essa atenção na contemplação dum certo espaço, pelos vieses possíveis e cabíveis a uma determinada rota, participa, portanto, desse mecanismo protagonizado por Tupã. Essas passagens purificadoras, por sua vez,

<sup>7</sup> Nome da “região hoje compreendida pelos atuais municípios de Dourados, Rio Brillhante, Maracaju, Douradina e Fátima do Sul”, historicamente ocupada “por membros da etnia kaiowá” (Pereira, 2014: 3).

recordam a chegada duma pessoa numa casa “Na época do *Kaguyrusu*”: “qualquer um só chegava à casa de alguém cantando, que é a forma de purificar o ambiente. Hoje a aproximação não tem mais esse caráter, apenas o de cumprimento social – *mba'éixapa*” (João, 2011, p. 71), algo como “bom dia” (Chipé, 2020) ou «olá, como vai»–, sendo o *jeovasa* de tipo intermediário: um passe –e não um canto– purificador.

#### 4. Conversas com divindades e espíritos, relações entre corpo e pureza

Assim como o fogo, segundo a tradição Kaiowá, purifica ambientes e deixa locais limpos para a instalação de grupos (Pereira, 2004a), “no sistema tradicional kaiowá,” para se tornar *johexakáry* (vidente), “é preciso cantar muitos dias e meses, para eliminar totalmente a impureza do corpo”. Nesses cantos, “o futuro *johexakáry* invoca” arduamente a “*nhande ryke'yrusu* (nosso irmão maior)”, o qual, para atender o pedido,

em uma noite qualquer (...) desce do seu reino e purifica a alma do indivíduo aprendiz, eliminando a impureza do seu corpo e retirando dos olhos uma espécie de pele transparente que o impede de visualizar o outro lado do mundo. E do interior do ouvido, após retirar uma minúscula pele, ele recoloca um pequeno objeto para o indivíduo ouvir e entender a linguagem da divindade com maior clareza, em tempo real. (João, 2011, p. 70)

O empenho em tornar-se puro, assim, visa uma melhor qualidade de relação do sujeito com o mundo, tanto material quanto espiritual. O *johexakáry*, por conseguinte e segundo “Ricardo Jorge, xamã do Panambi,” é o único que “pode expulsar definitivamente os espíritos maléficos” dum local, já que ele “Conversa com eles e pede que vá embora”. “A xamã Odilsa Aquino, da Aldeia Panambi,” ainda, “relata que no período do *Ka'aguyrusu*, a força das rezas provocou o deslocamento de diversos seres e animais perigosos para longe do local de circulação humana” (João, 2011, p. 38). Essas passagens purificadoras –ou esses passes que purificam–, resultantes de intenções humanas, distam exponencialmente da onipresença do Deus cristão, que existe –e atua– em todos os lugares e sempre, independentemente das vontades das pessoas. Além dessa premissa da espiritualidade Kaiowá e Guarani, de necessitar instar na consciência humana para existir, outro traço distintivo está no teor dessa almejada limpeza e pureza Guarani. Essa última, ao permitir um contato mais eficiente com entidades, animais, pessoas, atividades etc., não corresponde ao puritanismo cristão, que vincula «pureza» a termos como «castidade» e «inocência».

Mesmo com algumas sintonias comuns, referentes a valores bons e do bem, outro exemplo pode ser reconhecido no próprio “canto ou treinamento de dança, realizado a cada

noite, (...) apenas para o corpo ficar leve e longe da velhice” (João, 2011, p. 82), o qual reverbera na perspectiva, relativa ao cotidiano, de que “lidar com a terra é gastar energia para o próprio bem, para um retorno próprio”. Essa consideração relacional do estado “leve”, numa espacialidade mundana e noutra mística, remete à concepção de que “o alimento é extensão do próprio corpo” e, por conseguinte, na de que o “milho saboró branco e amarelo se refere a Tupã” (Vera, 2020c) –pelo que, portanto, Tupã é uma extensão do ser humano. Aquela capacitação no canto e na dança e essa ação na roça, ao englobarem, a um só tempo, os trabalhos físico e espiritual, divergem do trato à textura do corpo pelo cristianismo. Nesse último, o corpo, se não ignorado ou exercitado no tocante a privações, torna-se pecaminoso e apto a sofrer penitências.

Embora hajam afinidades entre as bênçãos e os batismos de cristãos e de Guarani, primam, portanto, as divergências entre essas espiritualidades. Mesmo que Dona Tereza tenha comparado, para ajudar-me a captar o sentido espiritual de sua ancestralidade, o efeito purificador da presença de Tupã com a bênção cristã, na realidade, “Para os Kaiowá, essa relação de diálogo entre as divindades e as pessoas é sempre coletiva, apesar de ter um cantor principal. É diferente dos cristãos que se relacionam com seu deus individualmente” (João, 2011, p. 59). Além da escolha do nome da criança ser captada por uma *nhandesy* ou um *nhanderu*, estando os pais isentos –e as mães isentas– da posse de chamar filhos e filhas como desejam, a própria maneira Kaiowá e Guarani de alimentar-se denota estar infiltrada, não somente por um âmbito comunitário, mas também por um espiritual. Conforme expressado por Cajetano (Vera et. al., 2020b): “Guarani faz fogo no chão, e ao redor, todo mundo para pra comer. É meio um ritual, é um elemento sagrado, tem um agradecimento direto a Tupã Guasu (Deus)”.

## 5. Deus e Mato Grosso

Essa instância coletiva –entre seres vivos e espíritos, e mesmo junto a entes inertes– marca diversas esferas da maneira de viver desses e dessas indígenas, pois, o povo “Guarani [Nhandéva] sempre trabalhou em grupo: família fazia cabo de enxada junto, comia junto, estudava, planta junto. (...) Depois de um dia de trabalho”, há o “*guaxiré*, um agradecimento a Tupã. O *guaxiré* é um ritual, um gesto do corpo”. Esse “gesto segue o grafismo Guarani, obedece às estações da Lua. É alegre para trabalhar na roça, liberta alma, espírito, dispensa [“despeja”] alegria na atividade” (Vera, 2020c). Desse modo, mesmo quando munidos de “artefatos sagrados em forma de cruz” (Chamorro, 2022, p. 120) –*chiru kurusu*– e com

tendência a primar por um só deus –Tupã–, aqueles e aquelas Kaiowá e Guarani que “atestam que a única saída seria reatualizar o primeiro tempo, que implica em ‘valorizar o que é nosso’, nas palavras do professor Sandro”, sabem que, como disse o professor Tarcísio, ““nós temos a nossa maneira de enxergar a Deus”” (Pereira, 2004b). Essa diferença pode ser exposta utilizando, às avessas, um argumento de León Cadogan. O etnólogo observa que

los Mbyá rinden culto a Ñamandú Ru Eté, Karáí Ru Eté, Jakairá Ru Etéy, Tupã Ru Eté; los Chiripá<sup>8</sup>, a Ñanderuvusú, Kuaray (Sol), Jasy (Luna), Tupã, Kavusú Ypy (la avispa primigenia), y otros; los Pãi o Tavyterã<sup>9</sup>, a Ñane Ramói Jusú Papá (nuestro abuelo grande primigenio), Ñanduá, Jasuká, Mba’ ekuaá, y una pléyade de dioses menores (...). (Cadogan, 1961)

Com isso, ele reconhece que uma divindade tradicional Guarani –“*Curupí*”– ocupa um lugar secundário, o que, “*unido al hecho de invocar Mbyá y Chiripá a Tupá Ru Eté y Tupá respectivamente como dueño de las aguas y dios de los truenos, relámpagos y lluvia hace indispensable examinar (...) el folklore peninsular*” (Cadogan, 1961). É provável que essa conclusão de Cadogan, mesmo reconhecendo serem as culturas Guarani politeístas, relacione, por um lado, Tupã –tanto Tupã, deus de fenômenos relacionados à água, quanto Tupã Ru Ete, dono das águas– ao efeito purificador da água, consagrado no ritual do batismo cristão, pois, “Na Primeira Terra (*Yy Tenonde*)”, ao conceber “*su futura morada terrenal*”, “*Ñamandu Ru Ete tenonde gua – El verdadero Padre Ñamandu, el primero*” (Cadogan, 1959a, p. 28) disse a

*Tupã Ru Ete (...):*

*–Tu tendrás a tu cargo el extenso mar y las ramificaciones del extenso mar en su totalidad. Yo haré que tu te inspires en las leyes mediante las que se refrescará la divinidad. Por consiguiente, tu enviarás repetidamente a la morada terrenal por intermedio de tus hijos los Tupã de corazón grande, aquello que refresca, para nuestros bien amados hijos, nuestras bien amadas hijas. (Cadogan, 1959a, p. 31)*

*–Por ésto, mi hijo Tupã Ru Ete, aquello que yo concebí para refrescamiento (moderación) haz que se aloje en el centro del corazón de nuestros hijos.*

*Unicamente así los numerosos seres que se erguirán en la morada terrenal, aunque quieran desviarse del verdadero amor; vivirán en armonía.*

*Unicamente mediante aquello que refresca (moderación), las leyes que pronuncie para regir el amor no producirán excesivo calor en nuestros futuros amados hijos, en nuestras futuras amadas hijas. (Cadogan, 1959a, p. 32)*

Por outro lado, “*En otra invocación a Tupã, que me dictó Faustino Barrios, aparece como dueño del relámpago, empleándose en dicha invocación la palabra **rerojepoverá** = tu iluminas ((el contenido de las cosas) con la luz de tus relámpagos*” (Cadogan, 1959b, p. 80).

<sup>8</sup> Nhandéva.

<sup>9</sup> Kaiowá.

Essa coincidência entre atributos emanados pelo Deus cristão e por Tupã –água refrescante que torna o amor moderado, não passional e ígneo, e luz que ilumina o conteúdo das coisas– pode sim ter sido engendradora no período em que a Companhia de Jesus esteve nas terras hoje conhecidas como Brasil, pois, nesse contexto, “Com o passar do tempo, para pregar aos índios sobre temas fundamentais da doutrina cristã, falava-se da criação do mundo, por «Deus», por criação do mundo por «Tupã»” (Leite, 1993, p. 155 apud Larín, 2019, p. 298).

Quanto a isso, a passagem de Tupã pela casa de reza, quando chamado por Dona Tereza, abençoa e deixa coisas boas e sorte pra todos, “pra todo o que tem no Bra... Mato Grosso”. Além da emanação de paz a um coletivo, a rezadora, aparentemente, optou por dizer «Mato Grosso» ao invés de «Brasil», o que sugere que ela quis referenciar o território ancestral Kaiowá e Guarani,

o Mato Grosso, o *Ka'aguyrusu*, cruzado por caminhos estreitos que interligam casas de sapé, sem ônibus, caminhões ou motos, sem clareiras, pura mata, em cujo interior vagueiam cotias, tatus, gambás, onças e muitos outros animais que têm alma. O barulho das correntes de água, o canto dos pássaros, as cores do céu e da mata, o gosto das nossas comidas quando ainda não havia nem açúcar nem sal, os gritos de alegria das nossas festas, dos nossos cantos (...). (Anamélia Concianza apud Chamorro, 2022, p. 9)

Essa declaração, duma Kaiowá de Panambizinho, mostra a importância da ativação da memória, para esses povos originários manterem uma consciência referente à ancestralidade indígena, e, pelo que parece, a *nhandesy* quis, também, apreender essa origem em sua fala. Deixo aqui expressa, assim, a ideia de que Kaiowá e Guarani da região de Dourados, ao falarem «Mato Grosso», referem-se às terras que hoje circunscrevem o Brasil e ao “espaço territorial onde eram constituídas as famílias extensas que ocupavam diversas localidades na região da Grande Dourados” (João, 2011, p. 23), assim como Abya Yala, «terra em plena maturidade» para o povo Tule (Kuna) do Panamá e Ocidente de Colômbia, condiz às terras hoje conhecidas como América (López-Hernández, 2004). Se assim for, para esses indivíduos originários, dizer «Mato Grosso» significa abarcar

a história e o importante papel dos líderes religiosos kaiowá e sua determinação política. Isso é feito através da reza, entendida aqui como uma forma de fazer a organização social e o domínio dos grupos familiares, os quais em meados do século passado viviam no *tekoha guasu* (grande território), chamado *Ka'aguyrusu*. (João, 2011, p. 23)

## 6. A força da reza, o *aguyje* e a escuta

Essa conotação em «Mato Grosso» carrega uma apropriação simbólica das terras ancestrais Kaiowá e Guarani, o que desvela dinâmicas tradicionais, soterradas por posturas e políticas alheias e autoritárias com respeito à soberania existencial desses povos originários. Como disse Ambrósio Vilharva († 2013), “a expulsão da (...) comunidade da sua terra tradicional e a vida errante de” famílias “pelas fazendas e reservas”, “interrompeu muitos ciclos de rezas” (Chamorro, 2010, p. 94):

(...) hoje a terra é fraca porque nela a reza é fraca; quando a comunidade ocupar novamente sua terra e puder enfeitá-la com a sua história, que é a sua palavra, então, a terra e a palavra se fortalecerão mutuamente. (...) A retomada da terra tradicional é assim um movimento de reativação do sistema tradicional e a recuperação das rezas é uma condição primeira e necessária para o retorno à terra. (Chamorro, 2010, p. 94)

“Hoje, no entanto, são poucos os rezadores que se interessam”, por exemplo, “pelo canto do *jerosy puku*” (João, 2011, p. 116), o que torna, o protagonismo de Dona Tereza, uma importância extrema aos povos Kaiowá e Guarani no estado de Mato Grosso do Sul. O “canto longo que diz respeito ao *kunumi pepy* e ao batismo do milho – *jerosy itymbyry jakaira pegua* – somente é cantado por um xamã especialista e testado e comprovado por outro xamã ou *hexakára*” (João, 2011, p. 81), sendo necessário, para chegar a entoá-lo, dedicar-se por uma vida. Essa importância dos mais velhos e das mais velhas, para essas culturas, é resumida por Cajetano Vera (et. al., 2020b): “quanto mais antigo, conhece mais”. Ao dizer respeito a *nhandesy* e *nhanderu* pelo termo «cacique», provavelmente por identificar a palavra «cacique» com um papel de liderança, ele também assinala o empenho necessário para tornar-se uma, ou um, líder espiritual Kaiowá e Guarani: “Homem ou mulher pode ser cacique” e, para isso, “a pessoa tem alimentação e convivência diferenciada”:

Na aldeia a gente participa do canto, da reza. Não tinha cacique na [minha] família, mas cresci ouvindo os conselhos dele [dum cacique]. Pra ser cacique, já nasce orientado para isso, é a tendência, mas pode ser [cacique] se decidir, [mesmo] sem família cacique. (Vera et. al., 2020b)

Embora o ideal seja nascer numa família de ancestralidade xamânica, qualquer pessoa pode decidir tornar-se uma *nhandesy* ou um *nhanderu*. Assim como foi comentado sobre a fala de Chipé, essa maleabilidade nos códigos da cultura deve estar intensificada atualmente, onde poucas pessoas articulam, no estado de Mato Grosso do Sul, os conhecimentos dos antigos e das antigas. Essa escassez de interessadas e interessados nas visões de mundo desse povos indígenas, em contraste com a elevadíssima quantidade de evangélicas e evangélicos –com

destaque para o exagerado número de igrejas pentecostais na RID–, é um argumento mais a tornar forçado reconhecer as formas observadas –de purificação promovida por Tupã e por certos protocolos das culturas originárias em questão, de leveza buscada por cantos e danças e, até, de “limpeza” espiritual a primar em trabalhos que visam bons agouros a relações e ambientes– como, simplesmente, resultantes do contato com o cristianismo.

Embora seja, naturalmente, cabível a sucessão de influências nesses costumes indígenas, aquando do contato com a idiossincrasia –por incontáveis vezes imposta– dos *karai* –o que se reconhece na própria perda de território ancestral e no enfraquecimento da cultura tradicional–, a luta dos poucos *nhanderu* e das poucas *nhandesy*, “conhecedores dessas práticas antigas”, na região, por “continuar realizando sua função, que é de assegurar a conquista do *aguyje*, através do diálogo com as divindades e do exercício do *teko porã*” (João, 2011, p. 116), persiste. De certo modo, as práticas que regem os ritos, os quais duram um tanto de horas, refletem os requerimentos diários para a manutenção, a longo prazo, do sistema ao ser Kaiowá e Guarani. No caso do canto –ou da reza–, por exemplo, ele

deve ser executado por completo. Se o canto ocorrer de maneira incompleta, dependendo do grau, inevitavelmente resultará em implicações adversas para o sistema social do grupo. Portanto, para não causar situações negativas, a prática do canto deve ser realizada por inteiro, pois não existe meio canto. (João, 2011, p. 83)

O *aguyje*, por sua vez, só pode ser invocado pela repetição do canto, sendo que os cantos que dizem respeito ao tempo, seja “de produtos agrícolas ou de seres humanos” (João, 2011, p. 83), como o *jerosy puku* e o *jerosy kunumi pepy*, devem ser repetidos até que a voz amadureça e chegue ao *aguyje* –só nessa instância o canto longo pode, então, deixar de ser entoado. A existência das *óga pysy*, assim, mostra-se fundamental para a repetição –e R-Existência– dos cantos –e danças– Kaiowá e Guarani, sendo *nhanderu* e *nhandesy* as pessoas dedicadas a ministrar as reuniões de modo a disseminar, reiteradamente, essas cosmovisões. Assim como o milho, “Depois da colheita, (...) ainda precisa passar pelo *jehovasa*, para depois ser distribuído” (João, 2011, p. 28), esses encontros, com regras precisas, purificam a espiritualidade desses povos, tornando-a especial –amadurecendo-a– e a espalhando –para que ela siga a germinar.

Com isso, o cuidado –cerimonial–, que essas e esses indígenas têm com respeito aos produtos agrícolas, reflete o oferecido à condição das e dos *ava*, “pessoa indígena” (Chamorro, 2022, p. 103). Quanto a isso, o milho –e, aqui, incluo o ser humano– possui um princípio “associado à ideia de tempo, espaço e cultivo”, sendo o seu consumo –ou o que as pessoas

consomem ou absorvem— “viável só após passar pelo *jehovasa*, que dá condições para a organização social, no contexto do grupo” (João, 2011, p. 28). Para a manutenção dessas cosmovisões, altamente conectadas ao sentimento de coletividade e aos espíritos das coisas existentes no mundo, portanto, é necessário que haja uma terra propícia, assim como tempo suficiente para um correto e efetivo cultivo, cujo produto, num passe de benção, seja partilhado às, e nutra as, almas Kaiowá e Guarani.

Esse tipo de sistema funcional das culturas em questão, para estar em manutenção —articulando-se ao *aguyje*—, deve, assim, existir em repetição, num modo cíclico. Como disse Cajetano Vera (2020c), para o “desenvolvimento local da cultura tem que conversar, tem que falar”: o problema é que “nem sempre você para pra ouvir”. E quando não há escuta, o ciclo estanca-se e a ancestralidade desses povos cai no esquecimento. Ao deixar de ser escutada, ela torna-se menos falada e, ao deixar de ser mobilizada em consciências, a espiritualidade Kaiowá e Guarani, simplesmente, pouco a pouco, desaparece. Fica nítido, assim, o eixo descentralizado do poder nessas culturas, já que os modos de ser Kaiowá e Guarani, para existir, necessitam ser coletivamente sentidos e vividos. Esclarece-se, com isso, a lucidez dessas cosmovisões com respeito à responsabilidade dos indivíduos no tocante à realidade que os seres humanos instauram no planeta Terra, assim como a importância do elo comunitário para tanto. Ou seja: não há bem viver sem viver comunitário. Com isso, revela-se a importância —urgente— de Dona Tereza, conhecedora e disseminadora da —e lutadora pela— cultura tradicional na região de Dourados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual situação do modo de ser Kaiowá e Guarani no estado de Mato Grosso do Sul é aterradora, quanto ao vislumbre de possibilidades a essas culturas existirem num estado saudável. Por outro lado, é certo que a ideia dum monumento para Lisboa, a esses povos originários, mesmo que dentro do possível elaborado junto a sujeitos dessas culturas, não é apta a solucionar a realidade dessas e desses indígenas. Ainda assim, o fato de não ignorar essas cosmovisões, dando alguma visibilidade às problemáticas que no presente as permeiam, abre pequenas brechas dentro da mentalidade dominante, de padrão —eurocêntrico— de desenvolvimento moderno-colonial (Quijano, 2000). Como amostra do nível —feroz— dessa matriz mental, apesar da criação do Brasil ter resultado dum processo instaurado pela invasão e colonização, desse território, por parte de Portugal, no espaço público português, assim como

nesse imaginário nacional de predomínio, a apreciação crítica a povos originários de Abya Yala é praticamente inexistente (Elias et. al., 2013).

Segundo esclarecimentos obtidos neste estudo, ao passo em que as espiritualidades Kaiowá e Guarani precisam habitar consciências para existir, o monumento sobre o qual aqui se pensa intenciona implantar, no consciente –seja de pessoas portuguesas, migrantes ou turistas–, alguma memória dessas culturas. Como foi visto um par de vezes neste texto, na impossibilidade da situação ideal a esses povos, é preferível improvisar uma alternativa a estancar a mobilização da cultura ancestral. Relativamente a isso, então, opto por articular essas cosmovisões, mesmo que de modo precário –em cérebros maioritariamente não indígenas–, num local onde essa menção aos povos Kaiowá e Guarani denota um conflito extremo –o qual paraleliza inversamente e simbolicamente a situação, histórica e atual, dessas e desses indígenas no contato com a visão de mundo ocidental–: às margens do Rio Tejo e na zona de Belém, cujo urbanismo recalca e exalta o imaginário imperial português. Com isso, o objetivo é exercitar mentalidades, numa fluidez contra a ignorância concernente ao sucedido –e ao que segue a suceder– com os povos originários das terras nas quais hoje se encontra o Brasil.

Assim como a repetição do canto purifica o ser Kaiowá e Guarani, mentes não indígenas a configurarem –e a reverberarem, e a reiterarem– aspetos do *teko porã*, embora com potência diminuta –por não serem *ava*–, marcam ritmos que, ao se multiplicarem, promovem um amadurecimento social que se direciona ao *aguyje*. Quanto a isso, emerge a ideia de, no referido monumento, haver algum canto Kaiowá e Guarani, escrito mais visivelmente nessas línguas, mas também traduzido a outros idiomas, de modo a que a maioria das pessoas que o veja possa cantá-lo –mesmo que apenas em pensamento. Esse canto, por sua vez, relaciona-se com um dos aspetos vangloriados pela cultura portuguesa, a própria língua –em sua extensão e qualidade–, em homenagens no espaço público a poetas e escritores de países pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), entre outras variadas situações. À noção comunitária implicada nessa perspectiva, que determina nações companheiras por um traço advindo da subordinação (Guha, 1997), portanto, a presença dum canto Kaiowá e Guarani na cidade de Lisboa estabelece, por si só, uma crítica.

Apona-se, ainda, a hipótese desse monumento apresentar um tipo de “entrada”, voltada ao leste –onde o Sol nasce–, ou seja: ao próprio Rio Tejo. Enquanto a luz do Sol nascente pode ser, dalgum modo, captada, para dizer respeito a um relâmpago –a Tupã–, esse percurso iniciado, simbolicamente, por alguém –ou algo– advindo das águas, paraleliza os atos de cruzar

o oceano e de caminhar para o corpo ficar leve e apto a ingressar noutras dimensões –e, quiçá, noutras cosmovisões, *i.e.*: a efetuar a travessia. O desejável é que a realização desse percurso fomenta uma instância de coletividade, embora eu ainda não consiga imaginar uma solução, a isso, melhor do que haver bancos que permitam, às pessoas, olharem-se, conversarem e cantarem. Com as presentes reflexões também me ocorreu haver, no monumento, uma plantação de milho, mas ela requereria uma manutenção constante, o que facilitaria o abandono da obra e transmutaria o ensejado argumento de cultivo –ao passo em que tornaria evidente diferenças nas maneiras de ser, e nas prioridades a fazer, entre ocidentais e Guarani, mas somente para aqueles e aquelas que, de algum modo, estão a par dessa cosmovisão indígena. Como última ideia –e, talvez, solução– sobre a dimensão coletiva, num ambiente marcado pelo individualismo, está a utilização dos sons que os ventos fazem em determinados recipientes: esses últimos, ao comporem a peça artística, possuem formas que vibram ao receberem as ondas de ar. Ao ecoarem, assim, um tipo de canto, que envolve a atmosfera das e dos transeuntes, dotam o cantar solitário e introspectivo duma sensação de preenchimento –a qual algo representa a caminho da plenitude.

## FONTES ORAIS

CHIPÉ, Roberto Arce; REGINALDO, Silvia. **Conversa em visita à casa de Chipé e Silvia**. Interlocutor: Letícia Larín. Aldeia Jaguapiru, Reserva Indígena de Dourados (MS), 8 Mai. 2020.

MARTINS, Tereza. **Conversa em visita à Oga Mitã'i Poty Rory**. Interlocutor: Letícia Larín. Aldeia Bororó, Reserva Indígena de Dourados (MS), 24 Jul. 2020.

VERA, Cajetano. **Troca de mensagens escritas sobre altar sagrado Guarani**. Interlocutor: Letícia Larín. Aplicativo WhatsApp, 21 Nov. 2020a.

VERA, Cajetano; YSAPY, Kunhã (Rosilei Souza). **Conversa em visita ao Mercado Biológico**. Interlocutor: Letícia Larín. Aldeia Jaguapiru, Reserva Indígena de Dourados (MS), 16 Abr. 2020b.

VERA, Cajetano. **Conversa em visita à horta na Escola Estadual Indígena Intercultural Guateka Marçal de Souza**. Interlocutor: Letícia Larín. Aldeia Jaguapiru, Reserva Indígena de Dourados (MS), 13 Abr. 2020c.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CADOGAN, León – Curuzú Yegua – Apostilla a la interpretación psicoanalítica del culto a la cruz en el folklore paraguayo. **Revista de Antropología**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras / USP. 9: 1 e 2, junho e dezembro (1961) [Consult. em linha 30 Ago. 2023] Disponível em: WWW:URL:[https://www.portalguarani.com/793\\_leon\\_cadogan/17845\\_curuzu\\_yegua\\_1961\\_apostilla\\_a\\_la\\_interpretacion\\_psicoanalitica\\_del\\_culto\\_a\\_la\\_cruz\\_en\\_el\\_folklore\\_paraguayo\\_por\\_leon\\_cadogan.html](https://www.portalguarani.com/793_leon_cadogan/17845_curuzu_yegua_1961_apostilla_a_la_interpretacion_psicoanalitica_del_culto_a_la_cruz_en_el_folklore_paraguayo_por_leon_cadogan.html).

CADOGAN, León – Ayvu Rapyta – Textos míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá. **Revista de Antropología**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras / USP. Nº 5, boletim nº 227 (1959a). 217 p.

CADOGAN, León – Como interpretan los Chiripá (Avá Guaraní) la danza ritual. **Revista de Antropología**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras / USP. 7: 1/2, junho e dezembro (1959b) 65-99.

CHAMORRO, Graciela – **Dicionário kaiowá-português**. 1ª ed. Belo Horizonte: Javali, 2022. 582 p. ISBN 978-65-87635-24-8.

CHAMORRO, Graciela – Imagens espaciais utópicas. Símbolos de liberdade e desterro nos povos guarani. **Indiana**. Berlim: Ibero-Amerikanisches Institute. ISSN 2365-2225. Nº 27 (2010) 79-107.

ELIAS, Helena; MARQUES, Inês; LEONOR, Susana – **Arte Pública nas Relações Culturais Luso Brasileiras: temáticas, meios e discursos das intervenções artísticas recepcionadas e comissionadas entre Portugal e Brasil (1940-2010)**. Lisboa: CICANT, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 2013. 18 p. (Projeto Arte Pública). Comunicação

apresentada no III Seminário Internacional sobre Arte Público em Latinoamérica, Santiago de Chile, 2013.

GUHA, Ranajit – **Dominance without Hegemony: history and power in colonial India**. Cambridge: Harvard University Press, 1997, 245 p. ISBN 0-67421482-X; 0-674-21483-8.

JOÃO, Izaque – **Jakaira Reko Nheypyrũ Marangatu Mborahéi: origem e fundamentos do canto ritual Jerosy Puku entre os Kaiowá de Panambi, Panambizinho e Sucuri’y, Mato Grosso do Sul**. Orientação de Jorge Eremites de Oliveira. Dourados: Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da UFGD, 2011. 119 p. Dissertação de mestrado.

LARÍN, Leticia – Missão de impregnar “alma” numa enxada: entre o cruzeiro cristão e o *kurusu*. **Espiral – Revista de Geografía y Ciencias Sociales**. Lima: UNMSM. ISSN 2663-8134. 1: 2 (2020) 227-246.

LARÍN, Leticia – Missão de impregnar “alma” numa enxada: entre a cruz processional cristã e o pau de *chiru* destaca-se a pessoa “adornada” (“nua”) que abre (“Dada”) uma brecha no presente. **Convocarte**. Lisboa: FBAUL / CIEBA. ISSN 2183-6973. Nº 8 (2019) 292-314.

LEITE, Serafim S. J. – **Breve História da Companhia de Jesus no Brasil 1549-1760**. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa (A.I.), 1993. 448 p. ISBN 972-571-294-3.

LÓPEZ-HERNÁNDEZ, Miguelángel – **Encuentros en los senderos de Abya Yala**. Quito: Editorial Abya Yala, 2004. 132 p. ISBN 9978-22-363-0.

MÉTRAUX, Alfred – **La Religion des Tupinamba et ses rapports avec celle des autres tribus Tupi Guarani**. Paris: Librairie Ernest Leroux, 1928. 260 p. Tese de doutoramento, Faculté des Lettres de Paris.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; CAVALCANTI, Thiago Leandro Vieira (Orgs.) – **Reserva Indígena de Dourados: Histórias e Desafios Contemporâneos**. São Leopoldo: Editora Karywa, 2019. 285 p. ISBN 978-85-68730-38-6.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno – **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa: da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à multiterritorialidade.**

Orientação de Jones Dari Goettert. Dourados: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas da UFGD, 2011. 406 p. Dissertação de mestrado.

MURA, Fabio – **À procura do “bom viver”: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2019. 632 p. ISBN 978-85-87942-65-4; CDD 981.00498.

ORTIZ, Rosalvo Ivarra – Artes, Artefatos e Cosmologia entre os Guarani (Nhandeva) em Dourados, Mato Grosso do Sul (Brasil). **Revista Antropológicas.** Recife: UFPE. ISSN 2525-5223. Ano 23, 30: 2, (2019) 120-155.

PERALTA, Elisa – **Lisboa e a memória do império.** 1ª ed. Lisboa: Outro Modo, 2017. 235 p. ISBN 978-95822-9-3.

PEREIRA, Levi Marques – A atuação do órgão indigenista oficial brasileiro e a produção do cenário multiétnico da Reserva Indígena de Dourados, MS. **Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS – GT21 Metamorfoses do rural contemporâneo.** Caxambu: ANPOCS. ISSN 2177-3092. GT: 21 (2014) 28 p.

PEREIRA, Levi Marques – **Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno.** Orientação de Márcio Ferreira da Silva. Dourados: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFGD, 2004a. 441 p. Tese de Doutorado.

PEREIRA, Levi Marques – O pentecostalismo kaiowá: uma aproximação aos aspectos sociocosmológicos e históricos. Em WRIGHT, Robin (Org.) – **Transformando os Deuses.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2004b [Consult. em linha 26 Ago. 2023]

Disponível em: [WWW:URL:https://www.academia.edu/35764697/transformando\\_os\\_deuses\\_pdf](https://www.academia.edu/35764697/transformando_os_deuses_pdf)

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter – De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **GEOgrafia**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. VIII: 16 (2006) 41-55. ISSN 2674-8126; 1517-7793.

QUIJANO, Aníbal – Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Em: LANDER, Edgardo (Ed.) – **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. ISBN 950-9231-51-7. pp. 122-151.

SILVEIRA, Nádia Heusi – **Imagens de abundância e escassez: comida Guarani e transformações na contemporaneidade**. Orientação de Esther Jean Langdon. Florianópolis: Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, 2011. 271 p. Tese de Doutorado.

SOUZA, Ana Maria Melo e – **Ritual, identidade e metamorfose: representações do *kunumi pepy* entre os índios Kaiowá da Aldeia Panambizinho**. Orientação de Graciela Chamorro. Dourados: Programa de Pós-Graduação em História da UFGD, 2009. 135 p. Dissertação de mestrado.

VIETTA, Katya – **Histórias sobre terras e xamãs kaiowá: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowa de Panambizinho (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. Orientação de Dominique Tilkin Gallois. São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da FFLCH-USP, 2007. 512 p. Tese de Doutorado.

---

#### **Letícia Larín**

Doutoranda em Belas-Artes, Universidade de Lisboa, Especialidade Escultura

Email: [leticialarin@gmail.com](mailto:leticialarin@gmail.com)

#### **Agências de Fomento**

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, i.p., no âmbito do projeto «UIDB/04042/2020»



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## Organização do território e as concepções de natureza no Brejo de Altitude Pernambucano

Izabela Cristina Gomes da Silva<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Laboratório GEPPIP, UFS, Aracaju, SE, Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7605-2937>

### RESUMO

Desde seu estabelecimento o estado brasileiro desenvolvimentista se configura na negação dos territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades tradicionais. Utilizamos uma metodologia de base qualitativa, contendo entrevistas semiestruturadas, análise documental, coleta de dados secundários e levantamento bibliográfico. Portanto objetivamos ressaltar que a concepção de território do Brasil é fundamentada na lógica moderna e não considera a multiplicidade de territórios existentes. Essa visão consolidou-se com o positivismo lógico e a relação intrínseca entre Estado-Território. Em contraponto verificamos organizações territoriais, que partem dos conhecimentos tradicionais e das territorialidades. Assim divergindo da dicotomia sociedade-natureza disseminada pela lógica moderna-colonial para conceber a ideia de civilização ocidental.

**Palavras-chave:** territórios tradicionais; natureza; desenvolvimentismo.

## Organization of the territory and the conceptions of nature in Brejo de Altitude Pernambucano

### ABSTRACT

Since its establishment, the Brazilian developmentalist state is configured in the negation of territories traditionally occupied by traditional communities. We used a qualitative methodology, containing semi-structured interviews, document analysis, secondary data collection and bibliographic survey. Therefore, we aim to emphasize that the concept of Brazilian territory is based on modern logic and does not consider the multiplicity of existing territories. This vision was consolidated with logical positivism and the intrinsic relationship between State-Territory. In contrast, we verified territorial organizations, which start from traditional knowledge and territorialities. So in disagreement from the society-nature dichotomy disseminated by modern-colonial logic to conceive the idea of Western civilization.

**Keywords:** traditional territories; nature; developmentalism.

## **Organización del territorio y concepciones de naturaleza en la Altitud Brejo de Pernambucano**

### **RESUMEN**

Desde su creación, el Estado desarrollista brasileño se ha caracterizado por la negación de territorios tradicionalmente ocupados por comunidades tradicionales. Se utilizó una metodología de base cualitativa, que contiene entrevistas semiestructuradas, análisis de documentos, recolección de datos secundarios e investigación bibliográfica. Por lo tanto, pretendemos resaltar que la concepción brasileña del territorio se basa en la lógica moderna y no considera la multiplicidad de territorios existentes. Esta visión se consolidó con el positivismo lógico y la relación intrínseca entre Estado y Territorio. En contraste, vemos organizaciones territoriales, que se basan en conocimientos y territorialidades tradicionales. Divergencia así de la dicotomía sociedad-naturaleza difundida por la lógica moderna-colonial para concebir la idea de civilización occidental.

**Palabras clave:** territorios tradicionales; naturaleza; desarrollismo.

### **INTRODUÇÃO**

Neste artigo trazemos a relevo algumas considerações acerca dos resultados obtidos durante a construção da Tese de Doutorado em Geografia. Desde seu estabelecimento o estado brasileiro desenvolvimentista se configura na negação dos territórios tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas, camponeses, quilombolas, entre outras comunidades tradicionais. Expropriando esses povos de seus territórios com o objetivo de alcançar a supremacia do território nacional, como vimos em Porto-Gonçalves (2002), Solá Pérez (2016), Martin (1993), Martins (1994) e Montenegro Gómez (2006).

Assim consideramos os territórios camponeses de Pernambuco, enquanto América Latina, pois são compostos pela materialização das resistências frente ao projeto desenvolvimentista moderno-colonial. Para Galeano (1978) a América aparecia como uma invenção a mais, incorporada, junto com a pólvora, imprensa, papel e bússola, ao efervescente nascimento da Idade Moderna. Então apesar de o conceito América Latina advir de uma racionalidade colonizadora, as territorialidades enquanto resistências questionam a esfera da modernidade imposta aos povos do sul.

Por conseguinte, cada vez mais há uma desconstrução do discurso moderno-colonial sobre ser latino-americano a partir da apropriação desse conceito pelos povos indígenas e camponeses, o ressignificando em confluência com suas territorialidades expressas na multiplicidade e multidimensionalidade territorial da América Latina.

Nesse contexto faz-se necessário pontuar o quanto a questão agrária brasileira está imersa na conjuntura latino-americana. Pois apesar das particularidades os processos de colonização exploratória e da implantação do projeto desenvolvimentista nos unem. Essa

condição torna controverso pensar o Brasil fora do contexto da América Latina. Para Souza (2011) torna-se cada vez mais latente refletir sobre a ótica latino-americana para então propor uma dissipação das desigualdades.

Então a partir desse âmbito para compreendermos os processos de configuração territorial do campesinato agroecológico pernambucano, torna-se necessário analisar o território sobreposto de Brejo da Madre de Deus. Este município está imerso na concepção unilateral de território e faz parte da unidade da federação Pernambuco.

Temos como objetivo geral ressaltar que a concepção de território do Brasil é fundamentada na lógica moderna e não considera a multiplicidade de territórios existentes. Já o objetivo específico deste artigo é pontuar e notificar a matriz dos saberes-fazeres latino-americanos, materializados nas experiências agroecológicas de Brejo da Madre de Deus - Pernambuco, Brasil.

Utilizamos uma metodologia de base qualitativa abordada como pesquisa participante na perspectiva de Brandão; Borges (2007), contendo entrevistas semiestruturadas com os camponeses brejenses, analisadas a partir da análise do discurso de Bakhtin (2000). Buscando compreender as entrevistas considerando o aspecto da monumentalidade, considerando mais que sua materialidade linguística e significados literais das palavras. Já que seus sentidos não são fixos.

Apesar das múltiplas dimensões que a pesquisa participante engloba, optamos pela proposição de interação horizontalizada (sujeito-sujeito) entre pesquisadores e sujeitos sociais das situações investigadas, apreendendo o ponto de vista desses sujeitos em relação à realidade, para compreender suas visões (cosmovisões) de mundo. Percebidas durante os trabalhos de campo nos sítios em estudo.

Como também realizamos análise documental (fotografias, ofícios, documentos oficiais), coleta de dados secundários em institutos de pesquisa, levantamento bibliográfico (livros, periódicos, Teses, Dissertações) e confecção de mapas. Então propomos para o desenvolvimento desta pesquisa a abordagem do saber ambiental. Questionando a objetividade da razão e trazendo a questão da subjetividade do conhecimento.

Partindo das múltiplas e diferentes relações existentes entre sociedade-natureza Leff (2009) destaca, que o conhecimento não se forma apenas nas relações de validação com a realidade externa e em uma justificação intersubjetiva do saber. Propondo então a construção do saber como parte das experiências dos sujeitos sociais no mundo, levando em consideração os elementos externos/internos e materiais/imateriais da realidade territorial.

À vista disso compreendemos como conhecimento popular tradicional os saberes, que fundamentam as diversas formas de lidar-perceber a natureza passadas através das gerações. A partir da experiência e convivência nos territórios compartilhados/vivenciados. Assim nesse âmbito as territorialidades são componentes relevantes para a concepção e manutenção desses conhecimentos no tempo e nos territórios camponeses latino-americanos.

Segundo Vitte; Silveira (2010) o princípio da experiência estética elucida a ideia de natureza-paisagem. Compreendida como uma totalidade viva e organizada, formada a partir das conexões, que permitem a constituição do todo. Essa concepção está atrelada à observação e à contemplação, que serviu como pano de fundo para estudos científicos de Humboldt (1874), por exemplo.

Logo com as concepções de natureza propostas por Kant (1999) e Schelling (1996) emerge a noção de separação entre espaço social e espaço físico, elaborada por Émile Durkheim (1947). Essa abordagem fortaleceu as ideias de primeira natureza (independente, exterior) e de segunda natureza (humanamente produzida) iminente nas sociedades modernas-coloniais.

A base material para a bifurcação do espaço físico e do espaço social está no desenvolvimento da segunda natureza a partir da primeira natureza. Na prática, a sociedade teve que ser separada da natureza antes que o espaço social pudesse ser completamente distinguido do espaço físico. Este espaço físico absoluto foi associado ao espaço natural da Primeira natureza; aqui o espaço físico e o espaço natural são indistinguíveis. Enquanto o conceito de espaço social foi abstraído cada vez mais de qualquer referência ao espaço natural. (SMITH, 1988, p.119).

Em contraponto à visão Durkheimiana, Smith (1988) destaca que há unidade entre a sociedade e a natureza, onde espaço, substância e significado se fundem, possibilitando a construção das territorialidades sobre os territórios. Nesse contexto, os povos indígenas e camponeses opõem-se à dualidade e materializam suas práticas/cosmovisões enquanto integrantes da natureza. Logo os povos tradicionais do campo e da floresta propõem um caminho divergente do modelo hegemônico desenvolvimentista fundamentado sobre os ideais capitalistas e modernizadores, que consideram a natureza externa à humanidade.

Por conseguinte, o território camponês agroecológico brejense é composto a partir de uma multiplicidade de manejos colocada em prática de acordo com o tempo-território; pois a configuração desse território camponês emerge desde meados do século XIX, e com o passar das gerações os saberes-fazerem foram sendo mantidos e renovados.

Outro ponto relevante é que a produção de morango é materializada a partir da sazonalidade. Durante a época do verão onde foram colhidos morangos, serão plantadas outras espécies como feijão, macaxeira, entre outras. Ademais, a plantação de banana advém da

variedade prata crioula pertencente às famílias há mais de um século. Então averiguamos um divergente arranjo territorial em relação ao ordenamento territorial proposto pelo estado, que se fundamenta no desenvolvimento do território através do agronegócio, da produção de *commodities* e da utilização de agrotóxicos. Tal divergência ratifica a não homogeneização do território-nação e a multidimensionalidade dos territórios no Brasil.

### **1. A dualidade no arranjo territorial brejense a partir das naturezas.**

O município estudado, Brejo da Madre de Deus, está localizado na mesorregião Agreste Central e na microrregião Vale do Ipojuca do estado de Pernambuco, limitando-se a norte com Santa Cruz do Capibaribe e Taquaritinga do Norte, a sul com Belo Jardim, Tacaimbó e São Caetano, a leste com Caruaru e Toritama, e a oeste com Jataúba.

A sede municipal tem uma altitude aproximada de 627 metros e coordenadas geográficas de 08° 08' 45" de latitude sul e 36° 22' 16" de longitude oeste, distando 202,2 km da capital Recife. Sua criação foi em 20/06/1893, pela Lei Estadual nº 52, sendo formado pelos distritos: Sede e Fazenda Nova e pelos povoados: Barra do Farias, Caldeirões, Logradouro, Mandaçaia, São Domingos e Fazenda Velha.

Já os territórios tradicionais brejenses pesquisados estão sobrepostos ao território unidimensional de Brejo da Madre de Deus, onde existem camponeses agroecológicos vinculados à instituição: Associação dos Produtores Orgânicos Terra Fértil. Ademais, em 2012 foi institucionalizada a Lei Municipal Nº 14.612/2012, de 03 de abril de 2012, que conferiu ao município o título de Capital Agroecológica.

Nesta pesquisa consideramos o território como um híbrido, caracterizado por ser composto de elementos diferentes, possuindo um sentido material (ambiente) e imaterial (sentimento de identificação) que se complementa. Discutiremos o território com uma perspectiva integradora, relacional que reúne aspectos materiais e imateriais das esferas políticas, econômicas e simbólico/culturais em sua composição, tendo o poder como inerente nas relações entre os sujeitos sociais, e não apenas à classe hegemônica ressaltada pela hierarquia.

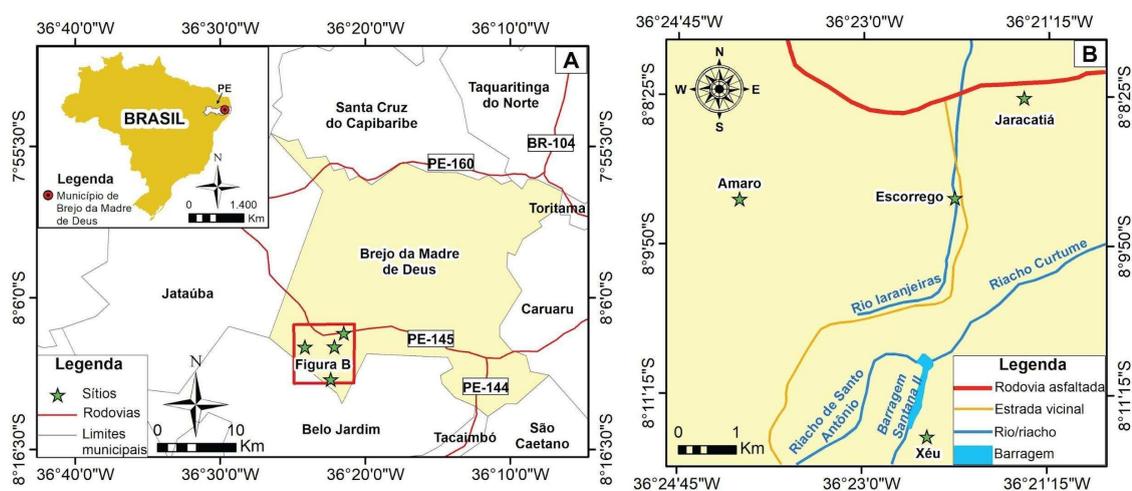
Em contraponto à abordagem territorial clássica de Ratzel (1990), Raffestin (1993) aborda a multidimensionalidade do território. Para este autor as origens do poder são múltiplas, ele não pode ser tratado como algo pertencente a um grupo ou organização, assim as relações entre os diversos sujeitos detentores de poder, irão definir as características mais ou menos dissimétricas dos territórios.

Ao considerar a dimensão simbólica existente na relação homem-território, o autor pontua que o processo de territorialização vai além da apropriação do espaço concreto, ressaltando que o território é mais que um substrato material. Nesse contexto, o território, para Raffestin, “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação[...]” (Raffestin, 1993, p. 144). Para ele toda prática espacial, ou seja a ação, energia mais ou menos informada, gera uma produção territorial, uma marca espacial material ou imaterial.

O autor pontua que a representação de qualquer projeto no espaço revela a imagem desejada de um território. Coloca-se a questão da transformação, de acordo com as ações dos diversos sujeitos sociais. Então como os sujeitos não são homogêneos, suas ideologias e ações também não serão. Por isso, as formas de organização socioterritorial como o campesinato, a partir de seu sistema sêmico, interferem sobre o território através de múltiplas variáveis. Quando consideram seu aspecto imaterial, as abordagens territoriais concebem perspectivas que valorizam a sociodiversidade e a multiplicidade de territórios.

Conforme podemos verificar no mapa 1.0 os territórios Amaro, Escorrego, Jaracatiá e Xéu estão localizados na região brejeira em um complexo montanhoso contendo as Serras: do Veado, do Amaro, do Estrago, do Jaracatiá, da Prata, do Ponto, entre outras que compõem essa região. Atingindo altitudes maiores que 900 metros acima do nível do mar. Portanto os territórios camponeses agroecológicos, que nos adentramos nesta pesquisa constituem a área de brejos de altitude em Brejo da Madre de Deus – PE. Assim os camponeses associados à Terra Fértil obtêm a posse da terra e exercem seus modos de vida nas comunidades rurais Amaro, Escorrego, Jaracatiá e Xéu.

**Mapa 1.0 - Área territorial do município Brejo da Madre de Deus - PE, Brasil.**



Fonte: IBGE, Área territorial oficial. Consulta por Unidade da Federação. República Federativa do Brasil: IBGE [2020]. Coordenadas Geográficas coletadas in loco por GPS. ArcGIS 10. Organizado por: Autores, 2020.

De acordo com CPRM (2005) Brejo da Madre de Deus está inserido na unidade geoambiental da Depressão Sertaneja, com vegetação basicamente composta por Caatinga Hiperxerófila e alguns trechos de Floresta Caducifólia. Geologicamente está estabelecido na Província Borborema. Contendo os seguintes solos: Planossolos, Brunos não Cálcicos, Podzólicos, Litólicos, em sua maioria com fertilidade natural de média a alta.

*O solo daqui pra planta nativa ele é muito bom, mais como a gente tá trazendo plantas de fora ele é muito pobre, aí a gente precisa sempre tá corrigindo, corrigindo, corrigindo, mas como tem muita água aí é fácil a correção. Pra nós aqui 95% é esterco, poucas vezes a gente usa outro tipo de adubo, como calcário que é mineral ou gesso que é mineral, poucas vezes a gente usa isso, poucas vezes. A gente usa todos os estercos, de galinha, de caprino, ovino e de boi, uma parte a gente compra e outra parte não como a gente tem bichos. (Ci. Camponês agroecológico brejense, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019).*

Portanto, verificamos na fala do camponês o conhecimento sobre o solo da região brejeira. Partindo da sua experimentação com a terra, ele expõe que a fertilidade do solo varia de acordo com a espécie vegetal, pois para o plantio de hortaliças e morango é necessário realizar muita adubação. Nesse caso o adubo advém essencialmente do esterco de vários animais. Logo um determinado solo pode ser muito fértil para umas espécies e para outras não. Assim, quando o camponês diz: “[...] *mais como a gente tá trazendo plantas de fora ele é muito pobre, aí a gente precisa sempre tá corrigindo [...]*” ele diverge da categorização pedológica institucional, que relaciona a fertilidade apenas ao tipo de solo.

Em contraponto é ressaltado quanto o manejo e variedade de cultivos interferem na fertilidade do solo. Afinal até os solos mais férteis podem tornar-se estéreis ao serem degradados com o plantio de monoculturas, utilização de agrotóxicos, desmatamento da cobertura vegetal, queimadas e desflorestamento enquanto solos considerados pobres podem aumentar sua fertilidade a partir das práticas de manejo agroecológico. “*A terra nem mato mermo crescia muito, porque era muito capim e sapé e afraca a terra. Depois fomos começando a trabalhar, botando estrumo, aí a terra vai fortalecendo né.*” (L. Camponesa agroecológica brejense, Agreste pernambucano, 2018).

Já a respeito da classificação climática Brejo da Madre de Deus possui um clima do tipo Tropical Semiárido com chuvas de verão, BSh segundo a classificação de Köppen; Geiger (1928). E o período chuvoso se inicia em novembro com término em abril e a precipitação média anual é de 431,8 mm segundo CPRM (2005). Todavia segundo o saber popular camponês brejense:

*Aqui em brejo nós temos três tipos de clima: sertão, agreste e brejo. O sertão fica mais pro lado de Jataúba, o agreste de onde eu venho de Jaracatiá e o brejo aqui na região brejeira. Os período de chuva daqui começa em maio e até dias de setembro*

*nós tivemos chuvas, mais como nós tamo numa altitude de 900 então sempre há chuva, mas esses últimos 6 anos foi muito castigada a seca aqui, esse ano deu uma recuperada, a média de chuva aqui é entre 1.000 e 1.600 mm, então nós temos muitas chuva aqui. Nesses últimos 6 anos teve ano que não chegou a 800, então foi muito pouca chuva por aqui, mas esse ano já chegamos a mais de mil, então tamos dando uma recuperada.* (Ci. Camponês agroecológico brejeiro, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019).

Então a partir do relato coletado em campo na região brejeira o período chuvoso inicia em maio e estende-se até setembro, segundo dados da CPRM (2005) a precipitação média anual é de 1.000 mm. Portanto a partir da observação e vivência o camponês possui um conhecimento minucioso sobre o clima e as condições pluviométricas do brejo de altitude estudado. Logo ressaltamos a importância dos saberes dos povos camponeses para a compreensão do território desde a complexidade e as particularidades.

À vista disso pontuamos que de acordo com o camponês entrevistado, existem três tipos diferentes de climas em Brejo da Madre de Deus. Tal diferenciação fundamentada na percepção cotidiana dialoga com os aspectos fisiográficos, que compõem os sertões, agrestes e brejos de Pernambuco. Por conseguinte, segundo o camponês “[...] pro lado de jataúba [...]” é mais seco e há essencialmente vegetação de caatinga, enquanto Jaracatiá faz parte do agreste como uma área de transição entre o ‘sertão’ do município e a região brejeira que é úmida e possui vegetação de mata atlântica. Assim o clima é visto de uma maneira integrada com os biomas.

Portanto destacamos o quanto a análise territorial multiescalar, Raffestin (1993) nos permite ver outras caracterizações ecológico-ambientais. Então em uma escala macro, Brejo da Madre de Deus possui apenas o clima Tropical Semi-Árido BSh, já na escala micro contém também o clima Tropical Úmido As’. Por fim, a diversificação climática e de ecossistemas existentes na área em estudo foi mencionada na fala do camponês agroecológico brejeiro.

Conquanto, segundo CPRM (2005), Brejo da Madre de Deus está totalmente inserido nos domínios da Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe e todos os cursos d’água possuem regime de escoamento intermitente. Já as águas subterrâneas compõem o Domínio Hidrogeológico Fissural. Essas condições naturais atreladas aos processos de luta pela terra, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (PE), mais a mobilização social em torno dos malefícios socioeconômicos e ambientais dos agrotóxicos levaram a criação, em 22 de dezembro de 2000 da Associação dos Produtores Orgânicos Terra Fértil, que contém 12 famílias associadas.

*Na época eu trabalhava pra terceiros, não trabalhava pra mim eu fui sofri um acidente com minha esposa de bicicleta. Aí passei um tempo parado. Aí eu fui e plantei uma tomate, antes eu já tinha me intoxicado com veneno, aí eu fui e plantei uma tomate sem veneno e ela saiu de ótima qualidade. Aí na cidade estava*

*acontecendo esse movimento, já tinha algumas pessoas que estavam começando a trabalhar e fazer produção orgânica. Aí eu fui procurar eles porque queria vender essa tomate, aí eles foram e nos convidaram pra fazer parte da associação. Aí a gente foi e foi vendo que era uma coisa interessante e como eu já tinha tido problema com veneno aí eu fui pra lá.* (C. Camponês agroecológico brejense, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019).

Ademais, vale ressaltar que os problemas com os agrotóxicos datam majoritariamente a partir da década de 1980, quando o projeto desenvolvimentista de modernização da agricultura avança sobre os brejos pernambucanos. Esse fato possui estreita relação com os resultados do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), com as políticas voltadas para o estímulo da hortifruticultura irrigada e da pecuária extensiva (pastagens plantadas).

Em Pernambuco, a faixa do Agreste situa-se quase por inteiro sobre o Planalto da Borborema. Os efeitos da altitude e da exposição aos ventos somam-se para produzir algumas faixas e numerosas "ilhas" de clima úmido. São os "brejos". Neles, os solos são profundos, o revestimento florístico primitivo deixa de ser de caatinga para ser de mata, os cursos d'água são permanentes, as populações adensadas. (MELO, 1978, p. 160.).

Segundo Melo (1978) o agreste pernambucano é diferenciado devido sua situação geográfica, que possibilita a existência dos Brejos de Altitude. Relacionando as particularidades fisiográficas ao desenvolvimento de múltiplas formas de uso e ocupação desse território. Desde a agricultura tradicional camponesa (sequeiro, consórcio de milho e feijão, criação de animais, hortifrutigranjeiros.) à monocultura algodoeira e canavieira, além do café sombreado e da pecuária extensiva (pastagens naturais/plantadas).

**Tabela 1.0 - Criação de animais e produção de derivados (origem animal) em Brejo da Madre de Deus – PE, 2015.**

Tipo	Quantidade (cabeças)	Derivados	Quantidade (L/Dz)
Ovino	17.283	-	-
Caprino	14.015	-	-
Bovino	13.378	Leite	750.000
Galinhas	3.500	Ovos	20.000

**Fonte:** IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal 2015. Organizado por Autores, 2018.

Os dados da tabela 1.0 segundo IBGE (2015) apontam, que em relação à pecuária, as criações em Brejo da Madre de Deus são bastante diversas. Com 17.283 cabeças de ovinos, 14.015 de caprinos e 13.378 cabeças de gado no referido ano, além da produção anual de 750.000 litros de leite. Já a avicultura consta com 3.500 cabeças e 20.000 dúzias de ovos.

A tabela 1.0 deixa claro o aspecto diversificado da criação de animais no município, fato correspondente com a tradição de existir múltiplas organizações territoriais no agreste pernambucano. O destaque para os ovinos e caprinos deve-se ao clima da mesorregião, que favorece o estabelecimento desses animais, como também pela preferência dos camponeses em criá-los.

Com relação a essa heterogeneidade de usos e ocupação do território no município Brejo da Madre de Deus, Leite; Castro; Cisneiros (2014) pontuam que em 1980 foi descoberto o importante Sítio arqueológico Furna do Estrago, com 125 m<sup>2</sup> de área coberta. Contendo pinturas rupestres, artefatos da cultura material e espaços referentes ao universo simbólico, como as práticas funerárias, por exemplo.

Segundo Leite; Castro; Cisneiros (2014), nesse sítio, a vegetação original predominante era Mata Atlântica. Porém, atualmente, esta se encontra extremamente reduzida em decorrência da devastação gerada pelo extrativismo vegetal, com a exploração do pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), e posteriormente pela monocultura da cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* L).

Conforme Lima (1985), o meio físico da região se configurava como um oásis para populações e animais, em meio ao clima semi-árido. Resultado disso é a expressiva quantidade de sítios arqueológicos presentes no entorno do sítio Furna do Estrago.

Esta concentração de sítios arqueológicos na região indica que as populações indígenas pré-históricas ocuparam de forma intensa este território. No próprio sítio em questão, foram evidenciados sucessivos pisos de ocupação humana, ao longo de aproximadamente 11.000 anos B.P., sendo o cemitério a penúltima ocupação. (LEITE; CASTRO; CISNEIROS, 2014, p.35).

Esta alegação destaca a ocupação e utilização dos territórios, enfatizando a existência dos povos indígenas na formação territorial do agreste central pernambucano. Como também sua expressão material-imaterial enquanto modos de vida ocultados na mesorregião. Evidenciando os processos de organização sociocultural materializados no estabelecimento da agricultura e pecuária tradicionais, na divisão social do trabalho, nos cultos relacionados à morte, nas crenças populares, na medicina tradicional, entre outros.

Torna-se relevante abordarmos a quebra do arranjo territorial indígena existente, antes da expansão da *plantation* sobre os vales da Borborema. Assim como sua configuração

sócioterritorial contendo também pequenas lavouras e pastos. Nesse processo desde o período colonial (1500 – 1815) os povos indígenas sofreram desterritorialização e expropriação, sendo estas ações legitimadas pelos ideais da modernidade colonial.

No começo da colonização, o território brasileiro submetia-se a dois conjuntos distintos, e por vezes conflitantes, de normas: as bulas papais e as ordenações do reino. De acordo com os preceitos inscritos nas cartas pontificias, as terras do Brasil pertenciam à Ordem de Cristo, posto que se achavam colocadas sob sua jurisdição espiritual e cabia-lhe – pelo auxílio financeiro para as conquistas ultramarinas e para fazer face aos gastos para a propagação da fé. (NOZOE, 2005, p. 02).

Segundo Nozoe (2005) a partir do período colonial o território brasileiro passou a ser posse da Coroa portuguesa legitimada pelos princípios da Igreja Católica, que exercia poder sobre esse território. Nessa perspectiva o cristianismo exerceu um papel fundamental na negação dos territórios ancestrais indígenas pré-colombianos. Logo os povos não cristãos eram desconsiderados enquanto sujeitos de direito, assim como também eram rejeitadas suas territorialidades.

Cabe também ressaltar, que a concepção de território do Brasil Colônia era fundamentada na lógica moderna, e não considerava a multiplicidade de territórios existentes. Essa visão clássica irá consolidar-se com o positivismo lógico e a relação intrínseca entre Estado-Território, propondo estratégias de expansão e manutenção deste enquanto nação. Verificamos esse encadeamento nos estudos de Ratzel (1990).

A partir desse âmbito em 1654 D. João IV, rei de Portugal, concedeu o território da Serra Oropaense a João Fernandes Vieira, gerando a expulsão dos indígenas Ararobá. Ademais, seus descendentes, os Xukuru eram conhecidos como um povo indígena porque lutaram contra os criadores de gado em Pernambuco desde o período colonial. Com o passar dos anos eles foram perdendo suas terras para os colonizadores, os conflitos centralizavam-se na Vila de Cimbres, que é hoje a aldeia dos Xukuru. O território indígena Ararobá continha uma extensão de 90 km, que compreenderia atualmente de Arcoverde a Brejo da Madre de Deus. (Fialho; Neves 2009).

Segundo Andrade (1977) o povoamento moderno-colonial do agreste localizado no Planalto da Borborema iniciou tardiamente a partir da década de 1650, por criadores de gado com o objetivo de abastecer a área canavieira e litorânea. Estabelecendo fazendas de criação extensiva, com gado solto, administradas por vaqueiros, enquanto o proprietário geralmente morava na cidade ou em engenhos da Zona da Mata.

Sem embargo, de acordo com Monte (2014), a área referente ao atual município de Brejo da Madre de Deus passou a ser ocupada mais densamente em 1710, quando o português

André Cordeiro dos Santos estabeleceu-se na região e a denominou tabocas, posteriormente construiu um engenho de açúcar. A palavra tabocas vem do Tupi e faz alusão a uma espécie vegetal encontrada na região denominada bambu (*Guadua weberbaueri*). Já o nome Brejo advém de sua localização fisiográfica em um vale, formado pelas serras da Prata, do Estrago e do Amaro. Enquanto Madre de Deus é devido aos evangelizadores franciscanos da Congregação de São Filipe Néri, que em 1752 construíram a primeira Capela dedicada a São José.

Conquanto é destacado que, predominam em Brejo da Madre de Deus as pequenas propriedades rurais com menos de 10 ha. Representando cerca de 84,8% do número de estabelecimentos rurais, embora representem apenas 20% da área absoluta do município. Macário (2001). Como também ressaltamos o fato, que algumas unidades produtivas camponesas se originaram do arrendamento das terras pertencentes à Igreja Católica. As quais foram doadas para a Capela São José, pelos evangelizadores franciscanos da Congregação de São Felipe de Néri.

Logo percebemos, que desde o início do povoamento moderno-colonial, Brejo da Madre de Deus continha territórios indígenas e camponeses simultaneamente à criação de ocupações “ocidentais” mais próximas da modernidade, que passariam de aldeia para vila até a alcançar a nomenclatura atual (município). Todavia destacamos que a ocupação territorial nos brejos de altitude se deu preeminente devido às atividades agropecuárias exercidas em pequenas unidades produtivas.

Como também não podemos ocultar o papel da Igreja Católica no processo de construção de territórios. Apesar da constante ambivalência a Igreja Católica auxiliou na consolidação da multidimensionalidade territorial brejense. Pois devido à edificação da capela São José houve uma aglomeração de pessoas, que se estabeleceram no seu entorno suscitando posteriormente na criação do município Brejo da Madre de Deus.

Embora por meio de arrendamentos do tipo *laudêmio* (imposto pago pelo uso de terras de “santo”.) foi possível a composição de múltiplos territórios camponeses brejenses. Estes contrastam com a autonomia municipal, que ratifica a unidade territorial vinculada ao estado federativo. No início do século XIX esse povoado pertencia à Vila de Cimbres. Em 20 de maio de 1833 foi elevado à categoria de vila e desmembrado do município de Flores. Então no final do século tornou-se município pela Lei Estadual Nº 52, de 20 de junho de 1893.

Sem embargo destacamos os conflitos territoriais ocorridos ao longo do século XIX, principalmente após a criação da Lei de Terras de 1850. Pois vale pontuar, que a antiga Vila de

Cimbres era povoada essencialmente por povos indígenas. Segundo Monte (2014) objetivando conter as invasões territoriais os Xukuru restabeleceram estratégias para reivindicarem os seus direitos enquanto povos tradicionais do referido território. Nessa conjuntura em 1885 um abaixo assinado destinado ao Presidente da Província elucida uma das situações ocorridas nas áreas de Brejos de Altitude.

Os abaixo assinados ocupam-se exclusivamente do trabalho da agricultura, de onde tiram meios para se manterem, mas Excelentíssimo senhor acontece, que individuos sem título algum, entre eles, José Alexandre Correa de Mello, que vindo dos lados do Cariri pela seca, apossou-se de um dos melhores sítios do extinto aldeamento, e ali tem fundado, por assim dizer, uma fazenda de gado, que cotidianamente destrói as lavouras dos suplicantes, que recorrendo à proteção legal, recorrendo às autoridades policiais não são atendidos, porque são desvalidos, são índios miseráveis, e como tais sujeitos a trabalharem como escravos para os ricos e poderosos! Essa é a linguagem dos tais criadores da Serra, que entendem levar os suplicantes a ferro e fogo. (Abaixo assinado de índios da extinta Aldeia de Cimbres, *Apud* MONTE, 2014, p. 109).

Para Monte (2014) as últimas décadas do século XIX foram bastante conturbadas para os indígenas do Nordeste brasileiro. Pois sob o pano de fundo do ocidente, o progresso tornou-se questão primordial de um emergente estado-nação. Sendo assim era necessário acelerar o processo de homogeneização do território nacional. Portanto, nesse âmbito as deliberações incididas no final desse século levaram à extinção oficial de vários aldeamentos indígenas no Brasil.

É importante pontuar a existência dos povos indígenas Xucurus e Carapatós no Nordeste do Brasil. Essa segunda etnia posteriormente originou o povo Fulni-ô, que faz parte da história de ocupação dos territórios brejeiros em Pernambuco. Pois destacamos a relevância dos povos indígenas na organização sócio-cultural do território, muitas vezes ocultados pela história moderno-colonial. Já que quando é abordada a questão de uso e ocupação territorial do agreste, majoritariamente faz-se referência ao surgimento de grandes fazendas para produção de leite. Por fim, tanto os Xucurus como os Carapatós tiveram que migrar de seus territórios localizados inicialmente em áreas de brejos de altitude do agreste pernambucano.

À vista disso salientamos que os brejos de altitude possuem condições climáticas e pedológicas favoráveis ao estabelecimento dos engenhos açucareiros. Todavia em quantidade menos expressiva que a Zona da Mata pernambucana. Essas questões fisiográficas, atrelada à negação dos territórios indígenas pelo estado nacional contribuíram para a expropriação territorial desses povos em prol tanto da *plantation* quanto da pecuária extensiva com pastagens naturais e posteriormente com pastagens plantadas.

O Agreste é uma região imprensada entre a Zona da Mata no litoral e o Sertão no interior, é uma região de transição portanto. A variedade de suas condições topográficas e sobretudo climáticas resulta em diferenciações quanto ao uso da terra.

Os brejos consolidaram nos seus espaços as culturas alimentares, bem como, em alguns deles, a cultura do café, ao passo que as regiões do Agreste, mais próximas às condições semi-áridas da caatinga, seriam ocupadas predominantemente pela pecuária, que tradicionalmente foi uma atividade que se combinou no interior das grandes propriedades com as culturas alimentares de curto ciclo vegetativo - o feijão e o milho - e com o algodão. (SALES,1982, p.139).

Para a autora, o agreste pernambucano possui uma diversidade com relação ao uso e ocupação do território. Tendo desde a agricultura tradicional camponesa (agricultura de sequeiro, policultura), como também a pecuária extensiva e a produção algodoeira. Então o Agreste se destaca enquanto uma mesorregião produtora de alimentos para o estado, complementando as demandas alimentares da Zona da Mata, que é marcada pelo hegemônico monocultivo canavieiro.

Já o cultivo do algodão desde meados do século XVIII até 1940 foi realizado tanto nos latifúndios como nas unidades de produção camponesa, em pequena escala. Esta questão reflete a diversificação do agreste quanto à sua estrutura fundiária. Outro diferencial entre a produção algodoeira e a canavieira em Pernambuco, foi o estabelecimento do plantio de algodão em consórcio com culturas alimentares (milho e feijão), tanto nas pequenas quanto nas médias e grandes propriedades. SALES (1982).

A respeito dessa pluralidade de manejos da terra existentes no agreste, houve uma maior dinâmica de comercialização com os centros urbanos do entorno (Caruaru, por exemplo) e com a capital (Recife), através das malhas ferroviária e rodoviária. Essa integração ao mercado interno advém também dos processos de estímulo e propagação das sociedades urbano-industriais, ocorrido nos países latino-americanos enquanto projeto de desenvolvimento (Plano de Metas, Programa de Integração Nacional - PIN, Modernização da agricultura, entre outros), mais expressivamente após 1945 com o início do período bipolar da Guerra Fria (1945-1991).

Esse projeto desenvolvimentista enquanto caminho para sair do “atraso” manteve a estrutura fundiária preexistente em Pernambuco, onde predominava o monocultivo canavieiro. Devido à monocultura da cana-de-açúcar e a alta utilização de agrotóxicos, o solo das usinas sucroalcooleiras sofreram grande degradação, como lixiviação, perda de nutrientes, contaminação e aquecimento.

Assim, uma das alternativas encontradas para manter a produtividade, era expandir-se territorialmente para regiões não degradadas ambientalmente. À medida que se expandia para outras áreas, foram abandonadas muitas terras nas condições de improdutivas. Contudo outros fatores confluem para essa alternativa, segundo Andrade et. al. (2001).

A crise ocorreu graças à ação de uma série de fatores, tais como: o atraso tecnológico do parque industrial açucareiro, em comparação com outras áreas do país, a crise do mercado internacional de açúcar, as transformações políticas do governo federal, com a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), a abertura para o mercado, e finalmente, a ocorrência de dois grandes períodos de seca, nas décadas de 80 e 90. (ANDRADE et al., 2001, p. 07)

Contudo vale ressaltar que a maneira como foi concedida a terra no Brasil, neste caso enfatizamos o estado de Pernambuco, se deu de forma desigual e excludente. Priorizando os interesses das oligarquias patronais em relação aos interesses dos povos indígenas e camponeses, fato que resultou na alta concentração fundiária e de renda, e ampliou as desigualdades sociais.

Simultaneamente ao ordenamento territorial preponderante, a produção de café sombreado no Agreste se deu majoritariamente em grandes propriedades, em conjunto com o cajueiro (*Anacardium occidentale*), ingazeiro (*Inga edulis*), mulungú (*Erythrina verna*), milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), macaxeira (*Manihot esculenta*), pomares e avicultura. Porém o café também foi cultivado em pequenas propriedades, que são mais propensas ao estabelecimento dos consórcios entre espécies a partir da policultura.

Todavia a partir de 1960 com o plano de erradicação dos cafezais materializado pelo Instituto Brasileiro do Café, houve uma especialização para a pecuária bovina e a hortifruticultura através de estímulos financeiros como o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). Para Sales (1982) a erradicação do café e a promoção de atividades substitutivas vieram como solução para a política agrícola, em vista da saturação do café no mercado mundial.

Sem embargo a partir de questões relacionadas ao capitalismo internacional, os territórios camponeses dos Brejos de Altitude passaram por transformações estruturais. Neste caso as plantações de café sombreado foram estimuladas a serem substituídas por pastos plantados, para o estabelecimento da pecuária extensiva. Tal configuração emerge confluindo com a proposta da revolução verde, enquanto modernização do campo latino-americano.

Entretanto, apesar da dispersão da lógica capitalista sobre o campo brejense, mais expressivamente na década de 1970, a agricultura camponesa continua resistindo onde eram cultivadas lavouras temporárias em pequena escala. Pois a organização sócio territorial camponesa se mantém no agreste pernambucano contemporâneo. Nessa conjuntura a Agroecologia como resistência à lógica depreciativa vem com a esperança da construção de uma sociedade mais igualitária e um mundo menos poluído, onde todos os seres e componentes da natureza sejam respeitados.

Ressaltamos a pertinência de termos abordado nesta pesquisa a Agroecologia desde seu caráter epistemológico, enquanto saber popular materializado nos territórios camponeses. Como também da configuração do movimento agroecológico latino-americano, defendendo a ideia da Agroecologia como Ciência, Prática e Movimento Social conforme Toledo (2016). Assim torna-se cada vez mais relevante pensarmos outras racionalidades, que advêm da multiplicidade e multidimensionalidade territorial latino-americana.

Logo segundo a abordagem de Peter Rosset (2017) sobre os ingredientes para a territorialização da Agroecologia nos territórios camponeses, pontuamos que o protagonismo camponês desencadeia os processos de valorização e resgate de saberes, as estratégias de convencimento, a inovação e socialização das práticas e dos conhecimentos. Auxiliando na luta por autonomia e soberania alimentar, que serão materializadas nos territórios camponeses diante da territorialização do capital no campo.

Os territórios camponeses agroecológicos brejenses compõe uma territorialidade ancestral existente na região brejeira de Brejo da Madre de Deus – PE. À vista disso, o arranjo territorial se dá desde a fusão entre saber-fazer tradicional e diálogo de saberes, pilares fundamentais do movimento agroecológico na América Latina. Ademais, ressaltamos que o modo de vida camponês brejense data da primeira metade do século XIX, portanto configura uma territorialidade camponesa secular. Compondo assim uma multiplicidade de territórios camponeses nos brejos de altitude pernambucanos.

Por conseguinte, o conhecimento popular tradicional, a partir da vivência e experiência no território brejense, vai sendo materializado enquanto práticas de manejo da terra, não utilização de agrotóxicos, rotação de culturas, compostagem, técnicas de conservação de sementes crioulas, manuseio das matas, desempenho da medicina tradicional, consórcio de espécies vegetais, construção de tecnologias sociais, criação/utilização de biofertilizantes, adubação com folhagens/cascas e criação de animais.

**Foto 1.0:** Mutirão dos camponeses agroecológicos preparando Biofertilizante.



**Fonte:** Terra Fértil, Xéu, Brejo da Madre de Deus, PE, 2017.

Nesse âmbito a foto 1.0 conflui com a perspectiva de Kropotkin (2009), pois se não houvesse a sociabilidade e solidariedade humana, não haveria a disseminação dos conhecimentos tradicionais e científicos, juntamente com as tecnologias produzidas pelas diversas sociedades no tempo e nos territórios. Sendo assim, mesmo com a aptidão para a desterritorialização das comunidades do campo e das florestas, as entidades impositoras como o estado moderno-colonial não conseguiram acabar com a cooperação entre os povos.

Tal processo ocorre de muitas formas e entre vários sujeitos sociais. O diálogo de saberes entre o agrônomo e os camponeses associados à Associação Terra Fértil, assim como o mutirão (práxis camponesas) para preparar o fertilizante biológico são efetivos exemplos de práticas de cooperação. Desse modo, tais inter-relações enquanto estratégias de resistência buscam a consolidação da agroecologia nos territórios do campesinato brejense e a conquista da autonomia.

Todavia, como o objetivo da política desenvolvimentista é a territorialização do capital sobre o campo, enquanto sinônimo de bem-estar social. Então, para atingir esse objetivo no Brasil foram lançados o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA (1971-1977) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (1995-Atual).

Em contraponto a essa conjuntura ocorreram processos de luta por: terra/território, soberania alimentar, democratização das mídias, equidade social/racial/gênero, circuitos curtos de produção e autonomia, que deram corpo ao movimento agroecológico na América Latina, partindo dos processos de unificação das lutas propostos pela Via Campesina, pela Sociedade Científica Latino-americana de Agroecologia (SOCLA) e Movimiento Agroecológico de América Latina y el Caribe (MAELA), que compõem a Rede Latino-americana de Agroecologia.

Ademais podemos verificar que o movimento agroecológico na América Latina é disseminado e fortalecido por diversos sujeitos e agentes. “Con todo ello, SOCLA apoya en la conformación de redes de integración del movimiento agroecológico en toda América Latina.”(SOCLA [internet], acesso em 16. Mai. 2018). Então ressaltamos que as redes de Agroecologia são estabelecidas na interface entre os povos camponeses, os movimentos sociais, as organizações não-governamentais, a comunidade acadêmica e também alguns setores da Igreja Católica vinculados à Teologia da Libertação e à Educação Popular de Paulo Freire.

Portanto, esses conjuntos de interações convergem com a perspectiva de ruptura com a lógica moderna-colonial. À medida que buscam estratégias a partir das experiências das comunidades tradicionais e do diálogo, visando melhorias socioeconômicas para os povos do campo/floresta e a diminuição da degradação da

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto averiguamos a multiplicidade das formas de lidar com a natureza, que partem desde a concepção unilateral de território à concepção da multidimensionalidade territorial. A primeira refere-se ao estado moderno-colonial enquanto a segunda aos territórios dos povos tradicionais latino-americanos. Nesse âmbito para o estado brasileiro a natureza é concebida enquanto mercadoria, já para as comunidades tradicionais é um bem comum arraigado aos seus modos de vida.

Sem embargo nessas percepções existem naturezas dicotômicas, uma externa e outra intrínseca aos seres humanos. Então para que se dê um processo de integração sociedade-natureza, com relações de respeito e de cooperação é preciso que haja uma ruptura com a exteriorização da natureza em relação ao ser humano. Pois esse ideal gera a mercantilização daquela. Pois onde os homens se sentem parte da natureza, como nas comunidades tradicionais, a ideologia desenvolvimentista encontra entraves para se estabelecer.

Por conseguinte, destacamos que os múltiplos manejos da natureza são correlacionados com as condições socioculturais e ecológicas de cada território. Contudo não existe conhecimento único-universal, que sobre-exceda na heterogeneidade do tempo e na multidimensionalidade dos territórios. Então a tríade saber ancestral, troca de experiências e práxis contextualizadas fazem parte dos princípios, que respaldam os usos da natureza nos territórios tradicionais latino-americanos.

Em contraponto ao projeto de desenvolvimento proposto para o Brasil e América Latina, Toledo (2002) afirma que as culturas tradicionais possuem uma racionalidade ecológica. Esta é gerada pela valorização das percepções, vivenciadas por gerações, sobre a relação sujeito-natureza. Assim propomos uma organização territorial, que parta do saber popular tradicional e das territorialidades dos povos. Estes existem há séculos nos territórios tradicionais latino-americanos e materializam formas mais harmoniosas de manejar a natureza. Ademais tais saberes-fazeres não convergem com a dicotomia entre sociedade-natureza disseminada pela lógica moderna-colonial para conceber a ideia de civilização ocidental.

## REFERÊNCIAS

Abaixo-assinado de índios da extinta Aldeia de Cimbres para o Presidente da Província. Pesqueira, 25 de fevereiro de 1885, APE, Cód. Petições, fl.18. *Apud* MONTE, E. História ambiental do(s) Agreste(s) de Pernambuco: as ações humanas no ambiente natural sob a ótica dos indígenas e dos estudos acadêmicos (Séculos XIX - XX). **Front. Fronteiras: Revista catarinense de História**, Florianópolis, Nº 23, Vol. 23, p.99-125, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/8108/5277> Acesso em: 09 mai. 2019.

ANDRADE, M. C. de. **Geografia econômica do Nordeste**. Editora Atlas. São Paulo. 1977.

ANDRADE, M. C. de; ANDRADE, S. M<sup>a</sup>. C. de **A cana-de-açúcar na região da mata pernambucana: reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Educ. Pop.**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

BREJO DA MADRE DE DEUS. Prefeitura Municipal. Lei Municipal Nº 14.612/2012, de 03 de abril de 2012. **Diário Oficial do Município**, Poder executivo, Pernambuco, Brasil, 03 abr. 2012.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea: diagnóstico do município de Brejo da Madre de Deus, estado de Pernambuco**. MASCARENHAS et. al (Org.). Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

DURKHEIM, Emile. **The division of labour in society**, Glencoe, 1947, 466 p.

FIALHO, V.; NEVES, R. Xukuru: povos indígenas do Brasil, **Inst. Soc. Instituto Socioambiental**, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt> Acesso em: 16 mai. 2019.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, estudos latino-americanos, v.12, 1978.

HUMBOLDT, A. **Cosmos**. Essai d'une description physique du monde. Paris: gide et J. Baudry Éditeurs, 1874, 4 vols.

IBGE [internet] **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Governo Federal do Brasil, Brasília - DF, 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/default.php> Acesso em: 15 Ago. 2018.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1999.

KÖPPEN, W.; GEIGER, R. **Klimate der erde**. Gotha: Verlag Justus Perthes. 1928.

KROPOTKIN, P. Ajuda mútua: um fator de evolução. Tradução: Waldyr Azevedo Jr. — São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

LEFF, E. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes, **Educ. Real. Educação e Realidade**, UFRGS, Porto Alegre, 34(3): 17-24, set/dez 2009. Disponível: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9515>. Acesso em: 06 ago. 2017.

LEITE, M. N.; CASTRO, V. M. de; CISNEIROS, D. Furna do estrago, Brejo da Madre de Deus, PE: reflexões sobre o lugar dos mortos na paisagem. **Fundam. Antropol. Fundamentos de Antropologia**, vol. XI, 2014, pp. 50-64. Disponível: <http://www.fumdham.org.br/wp-content/uploads/2016/09/2-furna-do-estrago-brejo-da-madre-d-e-deus-pe-reflexoes-sobre-o-lugar-dos-mortos-na-paisagem.pdf?x49464> Acesso em: 02 dez. 2017.

LIMA, J. M. **Arqueologia da furna do estrago: Brejo da Madre de Deus - Pernambuco**. 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural) – Programa em Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985, 143 p.

MACÁRIO, E. M. **Complexidade e riscos no uso de agrotóxicos na agricultura: novas perguntas para velhas questões**. Dissertação, Mestrado em Saúde Pública do Departamento de Estudos em Saúde Coletiva NESC/CPqAM/FIOCRUZ, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001, 140 p.

MARTIN, A. R. **As fronteiras internas e a “questão regional” do Brasil**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 1993, 271 p.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso: ensaios da Sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MELO, M. L. de. **O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste Canavieiro**. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente, 2006, 438 p.

NOZOE, N. **Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia**, ANPEC, São Paulo, 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (Coordinadores). **La guerra infinita: hegemonia y terror mundial**, Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 217-256.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do homem (antropogeografia). In: MORAES, A. (Org.). **RATZEL: Geografia**. São Paulo: Ática, 1990, 32-107 pp.

REIS, Roberto. O espaço da latino-Americanidade, **Crit. Lit. Revista de Crítica Literária Latino Americana**, Lima, Año 14, No. 27, 1988, p.25-37. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4530363> Acesso: 19 jul. 2018.

ROSSET, P. A territorialização da Agroecologia na disputa de projetos, e os desafios para as escolas do campo. In: RIBEIRO et al. (org.). **Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia**. 1ª ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2017, 83-92 p.

SALES, T. **Agreste, agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, 1982.

SCHELLING, F. W. J. **Escritos sobre filosofia de la naturaleza**. Madrid: Alianza Editorial, 1996. Del estudio preliminar, traducción y notas: Arturo Leyte. 280 p.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOCLA [internet] **Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología**, Colômbia, 2018. Disponível: <https://www.socla.co/> Acesso em 16 mai. 2018.

SOLÁ PÉREZ, M. **R-existências dos camponeses/as do que hoje é Suape: justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida**. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2016, 253 p.

SOUZA, A. de América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história, **PRACS. Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP Macapá**, N. 4, p. 29-39, dez. 2011. Disponível: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/364>. Acesso em: 05 fev.2019.

TOLEDO, V. A agroecologia é uma revolução epistemológica, *Revista Agriculturas*, v. 13, n. I, mar. 2016, p. 42-45. Disponível em:

[http://aspta.org.br/wpcontent/uploads/2016/06/V13N1\\_Artigo-7-Entrevista-Victor-MToledo.pdf](http://aspta.org.br/wpcontent/uploads/2016/06/V13N1_Artigo-7-Entrevista-Victor-MToledo.pdf). Acesso em: 02 out. 2017.

TOLEDO, V. A racionalidade ecológica da pequena produção camponesa. In: MADEIRA FILHO, W. et al. (Coordenadores). **Lauda multidisciplinar e termo de cooperação técnica para a convivência harmoniosa de assentamentos rurais no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas**. Niterói: UFF/MMA/MDA, Gt: Ecosocial, 2002, 18-26 pp. Disponível: [www.crea-rj.org.br](http://www.crea-rj.org.br) Acesso em: 20 de abr. de 2017.

VITTE, A. C.; SILVEIRA, R. W. D. Considerações sobre os conceitos de natureza, espaço e morfologia em Alexander von Humboldt e a gênese da geografia física moderna, **GEOUSP. Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 27, 2010, p. 77 - 94.

Disponível: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74156>. Acesso em: 09 mai. 2018.

---

#### **Izabela Cristina Gomes da Silva**

Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisadora no Laboratório GEPPIP/UFS.

E-mail: [izabela.cristinagomes@gmail.com](mailto:izabela.cristinagomes@gmail.com)



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## O Estado da Arte sobre a Educação Escolar Indígena no estado de Alagoas: premissas para uma pesquisa sobre políticas públicas educacionais

Avelar Araujo Santos Junior<sup>I</sup> , Karine Gabrielle de Lima Rodrigues<sup>II</sup> ,  
Marcio Henrique Tavares dos Santos<sup>III</sup> 

<sup>I</sup> IGDema/Geecullt, UFAL, Campus A.C. Simões, Maceió, AL, Brasil  
Orcid:<https://orcid.org/0000-0001-7592-8872>

<sup>II</sup> IGDema/Geecullt, UFAL, Campus A.C. Simões, Maceió, AL, Brasil  
Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-7710-4700>

<sup>III</sup> IGDema/Geecullt, UFAL, Campus A.C. Simões, Maceió, AL, Brasil  
Orcid:<https://orcid.org/0009-0008-0436-6356>

### RESUMO

A proposta de trabalho aqui apresentada, refere-se a um dos desdobramentos analíticos do projeto de pesquisa intitulado “Comunidades Tradicionais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial: Povos Indígenas e Quilombolas em Alagoas”, que, desde 2022, recebe o apoio institucional da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas. O mapeamento das produções bibliográficas acerca da Educação Indígena e a Educação Escolar Indígena em Alagoas reúne materiais com temáticas provenientes de buscas em sítios eletrônicos diversos através da internet, que culminou na identificação do déficit de publicações, reforçando a necessidade do desenvolvimento de trabalhos com a temática indígena. A partir desse panorama, o presente trabalho tem por objeto apresentar um quadro geral das produções científicas pertinentes à temática indígena em sua diversidade analítica, tendo como enfoque principal os processos que caracterizam a atual conjuntura da Educação Escolar Indígena brasileira, sem perder de vista seus contextos espaciais e temporais, mormente os que constituem a história dos povos indígenas no estado de Alagoas. Como resultado ressaltamos a importância de espaços escolares bem estruturados nas aldeias, visto que estes atuam como ambientes profícuos de aprendizagem e socialização cultural. Deste modo concluímos que a produção científica nesta temática visibiliza lutas e, a depender das suas orientações, pode fundamentar processos de reivindicações juntos ao Estado no cumprimento das leis brasileiras que regem a educação indígena em suas inúmeras possibilidades.

**Palavras-chave:** educação; povos indígenas; políticas públicas

## **The State of the Art on Indigenous School Education in the state of Alagoas: premises for research on public educational policies**

### **Abstract**

The article presented refers to one of the analytical developments of the research project entitled “Traditional Communities, Public Policies and Territorial Development: Indigenous Peoples and Quilombolas in Alagoas”, which, since 2022, has received institutional support from the Fundação de Amparo à Research of the State of Alagoas. The mapping of bibliographical productions about Indigenous Education and Indigenous School Education in Alagoas brings together materials with themes from searches on various electronic sites via the internet, which culminated in the identification of the deficit in publications, reinforcing the need to develop work with the theme indigenous. From this panorama, the present work aims to present a general picture of scientific productions pertinent to indigenous themes in their analytical diversity, having as main focus the processes that characterize the current situation of Brazilian Indigenous School Education, without losing considering their spatial and temporal contexts, especially those that constitute the history of indigenous peoples in the state of Alagoas. As a result, we highlight the importance of well-structured school spaces in villages, as they act as fruitful environments for learning and cultural socialization. In this way, we conclude that scientific production on this topic makes struggles visible and, depending on its orientations, can support processes of demands together with the State in compliance with Brazilian laws that govern indigenous education in its countless possibilities.

**Keywords:** education; indigenous people; public policy

## **El estado del arte de la educación escolar indígena en el estado de Alagoas: premisas para la investigación sobre políticas públicas educativas**

### **RESUMEN**

La propuesta de trabajo aquí presentada se refiere a uno de los desarrollos analíticos del proyecto de investigación titulado “Comunidades tradicionales, políticas públicas y desarrollo territorial: pueblos indígenas y quilombolas en Alagoas”, que, desde 2022, cuenta con apoyo institucional de la Fundação de Support for Investigación en el Estado de Alagoas. El mapeo de producciones bibliográficas sobre Educación Indígena y Educación Escolar Indígena en Alagoas reúne materiales con temas provenientes de búsquedas en diversos sitios electrónicos a través de Internet, que culminaron con la identificación del déficit de publicaciones, reforzando la necesidad de desarrollar trabajos con la temática indígena. A partir de este panorama, el presente trabajo tiene como objetivo presentar un panorama general de las producciones científicas pertinentes a la temática indígena en su diversidad analítica, teniendo como foco principal los procesos que caracterizan la situación actual de la Educación Indígena brasileña y de la educación escolar indígena, sin perder de vista su dimensión espacial y contextos temporales, especialmente aquellos que constituyen la historia de los pueblos indígenas del estado de Alagoas. Como resultado, destacamos la importancia de espacios escolares bien estructurados en las aldeas, ya que actúan como entornos fructíferos para el aprendizaje y la socialización cultural. De esta manera, concluimos que la producción científica sobre este tema visibiliza las luchas y, dependiendo de sus orientaciones, puede apoyar procesos de demandas junto al Estado en el cumplimiento de las leyes brasileñas que rigen la educación indígena en sus innumerables posibilidades.

**Palabras clave:** educación; pueblos indígenas; políticas públicas.

### **INTRODUÇÃO**

A proposta de trabalho aqui apresentada, refere-se a um dos desdobramentos analíticos do projeto de pesquisa intitulado “Comunidades Tradicionais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial: Povos Indígenas e Quilombolas em Alagoas”, que, desde 2022, recebe o apoio institucional da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), no âmbito do Edital nº 03/2022 - Apoio a Pesquisas Humanidades. Tal projeto é desenvolvido sob a coordenação do Prof. Dr. Avelar Araujo Santos Junior, líder do Grupo de Pesquisa em Espacialidades e Cultura (Geecult) do Instituto de Geografia e Desenvolvimento (IGDEMA) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O seguinte artigo versa sobre o Estado da Arte acerca da Educação Escolar Indígena em Alagoas, com o objetivo de apresentar a produção científica acumulada sobre esta temática no estado e, a partir deste referencial, dar seguimento às discussões teóricas e metodológicas do diagnóstico das condições estruturais, políticas e pedagógicas de um conjunto de 10 escolas (cinco indígenas e cinco quilombolas) presentes em distintos contextos territoriais e regionais do estado. Para nossas análises exploratórias foram levantadas teses, dissertações, artigos, monografias, documentos de órgãos governamentais, livros acadêmicos, e, outros (boletins, cartas e notas públicas).

Perante a complexidade interpretativa deste estudo, o procedimento epistêmico que indicamos considera as dimensões referentes à organicidade territorial dos povos indígenas em suas vicissitudes espaciais e temporais, coadunando distintas percepções teóricas e metodológicas. Deste modo, a abordagem interdisciplinar perpassa pelos objetivos desta pesquisa na medida em que são levantadas conjecturas associativas de caráter, sobretudo, geográfico, pedagógico, sociológico, antropológico e, notadamente, de análise de políticas públicas educacionais. Por conseguinte, buscamos ampliar as possibilidades das referências teóricas de maneira a suprir as limitações bibliográficas alusivas à temática, vale dizer, tendo a Geografia como base conceitual e de análise.

O texto está dividido em três tópicos. O primeiro versa sobre a delimitação dos termos usados para o levantamento bibliográfico, isto é, a educação escolar indígena como política pública. No segundo momento, será apresentado o estado da arte propriamente dito e, por fim, algumas breves considerações sobre o que foi levantado.

## **1. Delimitação dos termos do Estado da Arte: a educação escolar indígena em Alagoas como política pública**

Seguindo o movimento dialético das contradições da realidade vivida pelos povos indígenas, podemos admitir que o nosso entendimento sobre políticas públicas passa mais pela contextualização dos seus espaços de decisões e pelo acompanhamento dos seus processos de formulação e implementação do que, necessariamente, pela avaliação de elementos previamente definidos como “resultados esperados” de algumas ações específicas do poder público em suas diferentes escalas. Assim, desenvolvemos nossas ponderações sobre as políticas públicas educacionais reconhecendo a polissemia dos conteúdos sociais que perpassam seus processos decisórios e execuções, cada vez mais relativizados em diferentes campos do conhecimento.

Economista e geógrafo, Melazzo (2010) é um dos que nos adverte sobre essa multiplicidade de significados ao desenvolver uma noção de políticas públicas enquanto “espaços de lutas e de construção de direitos” nos quais os mecanismos de tomadas de decisão e de implementação das ações governamentais não se restringem, unicamente, às intervenções ideológicas e práticas dos agentes do Estado, pois, também abarcam as intencionalidades e práticas de outros sujeitos sociais, sobretudo, do setor privado. O adjetivo “público” do termo sugere, desse modo, a incorporação de necessidades e demandas de sujeitos com diferentes visões de mundo, provenientes dos mais variados grupos políticos, classes sociais, identidades culturais, seguimentos institucionais ou setores econômicos da sociedade. Ainda que os pressupostos da cidadania e da democracia liberal não eximam as políticas públicas de disputas que também lhes dão vivacidade política, a estabilidade das instituições públicas alicerçadas na mediação entre esses diferentes sujeitos sociais se torna premissa básica para a governança das questões de maior interesse social assumidas nas políticas públicas. Configurando esses espaços de disputas como campos de ação e de acesso a direitos coletivos, Melazzo (2010) sintetizou deste modo seu entendimento sobre políticas públicas:

Políticas públicas são conjuntos de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos, envolvendo procedimentos formais, informais e técnicos que expressam relações de poder e que se destinam à resolução de conflitos quanto a direitos de grupos e segmentos sociais ou como o espaço em que são disputadas diferentes concepções a respeito da formulação e implementação de direitos sociais, bem como sua extensão a diferentes grupos sociais. Trata-se, assim, de uma forma de colocar esses direitos ao alcance de todos, expressos através de leis e serviços sociais, tentando responder aos interesses de diferentes segmentos de uma sociedade. Para existir uma Política Pública é necessário que ela seja mediada pelo Poder Público, sendo função dos governos municipais, estaduais e federais torná-la parte de sua agenda de atuação (MELAZZO, 2010, p. 19).

Nesses espaços de lutas e de construção de direitos são desenhadas as formas e organizados os conteúdos das políticas instituídas por meio de dispositivos universais ou exclusivos no domínio do direito e da administração pública. Sobre estes incidem problemáticas de acesso à serviços públicos, situações de diferenças regionais e de desigualdades sociais, alternâncias no poder com a inconstância de planos governamentais e a variabilidade entre disponibilização e aplicação de recursos públicos, sendo estes elementos suscetíveis às oscilações dos investimentos privados no mercado de capitais. Por conseguinte, apresentamos em linhas gerais a noção de políticas públicas desenvolvida por Everaldo Santos Melazzo, a fim de evidenciar não apenas a qualidade dinâmica, frequentemente cíclica, quando não, errática, das agendas públicas destinadas à resolução de situações-problemas de ordem social no país, particularmente, as correlacionadas à política indigenista no campo da Educação Escolar. Buscamos tal referência explicativa, sobretudo, para elucidar a dimensão espacial dos processos decisórios referentes às ações públicas administradas pelos governos nas unidades territoriais arregimentadas pelo Estado. Por sua vez, o Estado Social de Direito fundamentado em preceitos constitucionais voltados para a descentralização democrática e o fortalecimento do poder local (LEVY, 2009) pode ser compreendido como espaço de disputas no qual são instituídas as agendas políticas que determinam as diretrizes a serem assumidas pelo Estado em suas diferentes escalas de poder.

No que diz respeito à política indigenista e suas repercussões na implementação e gestão de políticas públicas em terras indígenas, a convivência dessas duas tendências, centralizadora e descentralizadora, desenvolve-se ativamente. Podemos observar esse processo na medida em que as políticas sociais, tal como as de saúde e educação, são assumidas pelo Governo Federal que se responsabiliza pelo repasse de recursos e pela transferência de responsabilidades da implementação às respectivas secretarias estaduais e municipais.

Paralelamente, observa-se nesses processos a crescente participação conjunta de outras instituições governamentais de planejamento, de organizações da sociedade civil e de agências de cooperação técnica internacional e multilateral. Para distinguir as políticas públicas indigenistas no conjunto das políticas do Estado Nacional consideramos a atual representação jurídica atribuída aos indígenas enquanto cidadãos etnicamente diferenciados, portadores de direitos permanentes e coletivos, formadores

de comunidades culturalmente distintas, sujeitos com plena capacidade civil, podendo associar-se livremente (inclusive, através de pessoa jurídica) para representar seus interesses sem, necessariamente, a interveniência da agência indigenista oficial, a FUNAI (OLIVEIRA, 2008). Essa atual condição normativa dos sujeitos reconhecidos pelo Estado como indígenas, denota um dos preceitos da Constituição de 1988 no que se refere à busca pela superação das representações jurídicas da tutela e dos dispositivos de integração e assimilação reproduzidos sistematicamente na política indigenista, desde o Código Civil de 1916. Porém, em termos práticos, o fim da tutela como reconhecimento dos direitos coletivos dos povos indígenas ainda demanda esforços políticos transformadores não só do próprio movimento, organizações e sistemas políticos indígenas, mas, sobretudo, por parte dos agentes e representantes do Estado tutor que imprimem as rotinas dos mecanismos de proteção e controle social da política indigenista.

Neste horizonte de possibilidades, as políticas públicas voltadas para os povos indígenas, mais do que uma síntese dos ordenamentos para o controle da reprodução social e material das populações envolvidas, tornam-se, vetores imprescindíveis à superação efetiva da tutela do Estado sobre os povos indígenas. E, compreendidas na dialética daquele pressuposto polissêmico, configuram-se como espaços de lutas e de construção de direitos onde, em contrapartida, são instituídos os limites da participação política e do controle social das ações do Estado conforme os alcances dos direitos permitidos aos indígenas.

Para suprir as demandas dos novos padrões de relações entre sociedades indígenas, Estado e Terceiro Setor, Souza Lima e Barroso-Hoffmann (2002), preconizaram duas considerações importantes sobre as políticas públicas direcionadas às populações indígenas: a primeira se encontra na percepção de que não se pode mais propor e executar um planejamento único para todas as sociedades indígenas no Brasil; a segunda pondera que não se pode mais agir de maneira tecnicista, sem resgatar e fomentar um conhecimento acumulado e tecnicamente qualificado que possibilita compreender os processos étnicos contextualizados em cada região. Destarte, o controle social das políticas públicas pelos sistemas políticos indígenas e/ou formas de organização institucionalizadas predispõe a superação da tutela com vistas à ruptura da apropriação e dominação sistemáticas das bases territoriais dos povos indígenas pelo Estado Nacional.

No movimento dialético das contradições que permeiam a implementação das políticas públicas em terras indígenas, ao mesmo tempo em que a atualização de alguns dispositivos jurídicos reforça os direitos dos povos indígenas – resultantes de uma larga trajetória de lutas –, outros mecanismos normativos são objetivados no controle tutelar, de modo a comprometer o potencial da autonomia dos povos indígenas sobre as formas de representação, ocupação e uso dos seus territórios. O domínio do Estado como agente regulador de programas, projetos e atividades desenvolvidas com a participação de entes governamentais e privados, tem aprofundado as relações de dependência desses grupos sociais aos diferentes tipos de aportes das políticas públicas, isso quando suas ações chegam nas comunidades. Os fluxos e ritmos desse processo de dominação denotam os distintos níveis de eficácia da integração compulsória dos povos indígenas às relações de exploração das suas forças de trabalho, à gradativa expropriação territorial e à degradação dos recursos naturais desses espaços em disputa.

Por conseguinte, entendemos que as políticas públicas direcionadas para os povos indígenas não se restringem unicamente à hegemonização dos processos de dominação e apropriação dos seus territórios. Tampouco, limitam-se às intervenções dos agentes do Estado, haja vista a constante interveniência da sociedade civil organizada e de seguimentos do setor privado, mas, principalmente, considerando-se o vigor das forças contra-hegemônicas conduzidas pelos povos indígenas. Forças que ganham vigor por meio da institucionalização das suas organizações representativas e da participação em conselhos, comissões, audiências públicas, fóruns e conferências. Como também, através da permanente reivindicação por direitos via ações de retomadas de territórios, fechamentos de rodovias, paralizações de obras de grande porte e da ocupação de espaços da administração pública, como secretarias, sedes regionais da FUNAI e do próprio Congresso Nacional. Por efeito, compreendemos que, independentemente de incorporarem demandas específicas ou de estarem inseridas em programas sociais universais, ao redor das políticas públicas gravitam questões prioritárias aos interesses dos povos indígenas, dos quais muitas são estratégicas não só para a sociedade brasileira, mas para toda a humanidade, tal como as de relevância étnico-cultural e ambiental.

Nesse sentido, estimamos como umas das mais proficuas possibilidades da atual conjuntura da política indigenista a consolidação da participação social dos indígenas na formulação e implementação de políticas públicas, especialmente, por intermédio de

iniciativas de diálogo intercultural que estabelecem como premissa a interlocução entre diferentes matrizes de saberes e conhecimentos. Logo, para promover os benefícios desta complementariedade em meio à sistemática sobreposição de modelos de desenvolvimento, consideramos indispensável às políticas públicas a incorporação das lideranças indígenas nos processos decisórios da formação das agendas da política indigenista e, no caso das políticas educacionais indígenas, os/as professores/as indígenas se apresentam como agentes políticos de relevância central. Tal entendimento decorre da notabilidade desses sujeitos históricos como os principais mediadores dos valores e expectativas das suas comunidades no âmbito da Educação enquanto direito, sendo estes, elementos indispensáveis à constituição de propostas lúcidas e consistentes em qualquer intervenção nas terras indígenas, além de dizer, para além dos limites educacionais. Até mesmo para garantir aos seus povos a autonomia na aceitação, ou não, de políticas e projetos que não estejam de acordo com os seus interesses coletivos e individuais.

Essas considerações gerais sobre as políticas públicas nos servem para termos um entendimento das especificidades da Educação Escolar Indígena enquanto elemento estratégico para os processos de luta dos povos indígenas, na medida em que a Escola, por sua vez, torna-se um espaço de fortalecimento das identidades, como também, de constituição dos projetos de sociedade protagonizados por cada povo.

A partir dessa compreensão inicial, traçaremos a seguir uma síntese do estágio atual do nível de pesquisa científica e do conhecimento produzido por pesquisadores de diferentes localidades, momentos históricos e áreas de atuação, no tocante à Educação Escolar Indígena no estado de Alagoas.

### **Considerações sobre o Estado da Arte a respeito da Educação Escolar Indígena no estado de Alagoas**

Tendo em vista a diversidade dos temas e dos tipos de produções bibliográficas sobre os povos indígenas de Alagoas, optamos por apresentar esse levantamento a partir de um recorte temático que contextualiza a trajetória histórica da luta pela/na terra protagonizada por esses povos, considerando que a presença de escolas indígenas no âmbito formal está intrinsecamente ligada à regularização territorial, pois, este processo desencadeia o acesso à direitos fundamentais por parte destas comunidades, a exemplo da Educação Escolar diferenciada.

Para este trabalho exploratório a nossa principal fonte de pesquisa para as obras digitalizadas foi a rede mundial de computadores (*internet*), na qual foram encontrados diferentes bancos de dados de sítios eletrônicos de instituições, como: universidades, museus, institutos, fundações, órgãos públicos e revistas eletrônicas.

Para traçar uma síntese do estágio atual do nível de pesquisa científica e do conhecimento produzido por pesquisadores no tocante à Educação Escolar Indígena no estado de Alagoas, realizamos leituras sistemáticas das obras levantadas (algumas brevemente, outras com maior profundidade ou com leitura anterior), atentos à temas que tangenciam as realidades vividas por esses povos, tal como territórios indígenas, política indigenista, direitos indígenas, movimento indígena e patrimônio cultural. Para tanto, distinguimos os seguintes tipos de produções: artigos científicos; monografias; dissertações de mestrado; teses de doutorado; livros acadêmicos; documentos de órgãos governamentais (relatórios, laudos e censos); e outros (boletins, cartas e notas públicas).

A fim de otimizar o uso deste material, expomos o nosso levantamento a partir de quadros analíticos que sintetizam informações abrangentes sobre a temática que incorpora esse estudo, permitindo uma contextualização das produções bibliográficas a respeito da Educação Escolar Indígena em Alagoas de maneira que, futuramente, possamos disponibilizar um material mais elaborado e atualizado para um público amplo, trazendo uma análise das condições estruturais, políticas e pedagógicas das escolas visitas *in loco*.

Dito isso, com base no Quadro 1, percebe-se, relativamente, um quantitativo elevado na produção de Artigos Científicos e, por sua vez, uma baixa produção no que se refere a trabalhos de Monografias, Dissertações e Teses. Conjecturamos que esta situação se dá em razão da ausência de fomento na produção de pesquisas em diferentes Departamentos e Programas de Pós-graduação das universidades públicas e privadas que, por questões diversas, contam com poucos docentes atuando nesta linha de pesquisa. Porém, no que se refere ao elevado número de publicações de Artigos Científicos entendemos que essa fator corresponde a um interesse significativo sobre o tema, porém, com pouco seguimento no âmbito de pesquisas mais aprofundadas (como Monografias, Dissertações e Teses) devido ao quadro restrito de professores que possam orientar esses estudos.

**Quadro 1 - Tipologias das produções bibliográficas**

TIPO	QUANTIDADE
Artigo científico	15
Tese de Doutorado	3
Dissertação de Mestrado	7
Livro Acadêmico	2
Monografia de graduação	4
Documento de órgão governamental	9
Outros (boletins, cartas e notas públicas)	3
<b>Total</b>	<b>43</b>

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

No que se refere aos demais tipos de publicações, observamos uma rica diversidade qualitativa que denota a demanda pela reflexão sobre o tema em diferentes condições acadêmicas, ou mesmo, culturais e intelectuais a nível de interesses particulares, digamos. Apesar disso, diante da complexidade histórica e das atuais condições nas quais vivem os povos indígenas em Alagoas, acreditamos que essa produção geral é baixa em termos quantitativos, sendo esta uma importante justificativa para estimular ainda mais esses estudos, sobretudo, nas Universidades, seja na graduação ou na pós-graduação.

**Quadro 2 - Origens das produções bibliográficas**

ORIGEM	QUANTIDADE
Alagoas	23
Outros	20

Total	43
-------	----

**Fonte:** Elaboração Própria dos autores (2023).

No Quadro 2, é possível observar a quantidade de publicações a respeito da Educação Escolar Indígena em Alagoas, fora e dentro do estado. Uma pequena diferença entre essas origens demonstra um certo equilíbrio quantitativo, porém, pensamos que a superioridade numérica dos trabalhos realizados em Alagoas poderia ser maior, na medida em que expressaria uma produção local pulsante e condizente com uma maior presença de pesquisadores mais interessados no referido temário. Entendemos que a visibilidade e o reconhecimento da temática variam entre diferentes regiões do país. A partir desses diferentes contextos, percebemos que os estados com maior presença de população indígena também apresentam um maior número de pesquisadores, acadêmicos e profissionais engajados na produção do conhecimento desta área, inclusive, para desenvolver pesquisas em outras unidades da Federação.

Além disso, a existência de políticas públicas específicas sobre a educação indígena também influencia a quantidade de publicações. Estados que têm implementado ações voltadas para a valorização e fortalecimento das culturas indígenas, como a criação de escolas, programas de formação de professores e currículos específicos, podem respaldar com melhores condições estruturais as pesquisas nessa temática, incluindo os professores indígenas como produtores desses materiais analíticos sobre suas próprias realidades, para além de sujeitos das pesquisas, como é o mais comum de se observar.

A disponibilidade de recursos financeiros e institucionais também pode influenciar a quantidade de publicações, especialmente, via financiamento de projetos e bolsas de pesquisa. Estados com instituições de ensino superior e centros de pesquisa mais desenvolvidos, bem como com investimentos na área da educação, em geral, apresentam uma maior produção científica sobre a educação indígena. A presença de grupos de pesquisa, núcleos de estudos e parcerias entre instituições acadêmicas e comunidades também podem estimular a produção de conhecimento. Neste sentido, entendemos que para que haja uma maior produção de conhecimento sobre o tema em Alagoas, é fundamental fortalecer e valorizar a temática localmente, investir em políticas públicas e recursos para pesquisa, além de promover parcerias entre

instituições acadêmicas, povos indígenas e os agentes educacionais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como explicitado, este Estado da Arte nos servirá como base bibliográfica fundamental para o desenvolvimento do projeto: “Comunidades Tradicionais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial: Povos Indígenas e Quilombolas em Alagoas”. Acreditamos que a possibilidade de apresentar os resultados preliminares da pesquisa em andamento seja importante para a sequência do estudo, considerando-se novas possibilidades teóricas e alternativas metodológicas para a pesquisa. Mas, sobretudo, temos a perspectiva de que tal momento de diálogo será de retomada de fôlego e de inspiração para seguir na busca por meios mais efetivos de contribuição acadêmica-científica para a luta histórica dos povos indígenas.

Certamente, esse levantamento bibliográfico não conseguiu alcançar todas as pesquisas, estudos ou documentos escritos que dizem respeito à temática, no entanto, reconhecemos o caráter contínuo deste trabalho de prospecção instigados pelas possibilidades futuras de aprofundar essas e novas leituras e, claro, de contribuir para o acesso desse conjunto de ideias e conhecimentos, especialmente, por parte dos povos indígenas de Alagoas que, por sinal, já conta com um bom número de jovens pesquisadores oriundos de territórios indígenas e que, hoje, encontram-se em cursos de graduação e pós-graduação de diferentes Universidades de dentro ou fora de Alagoas.

Como resultado preliminar, ressaltamos a importância de criar espaços escolares bem estruturados nos territórios indígenas de Alagoas, visto que estes atuam como ambientes profícuos de aprendizagem e socialização cultural dos seus povos. Deste modo, concluímos que a produção científica nesta temática visibiliza lutas e, a depender das suas orientações políticas e ideológicas, podem fundamentar processos de reivindicações juntos ao Estado no cumprimento das leis brasileiras que regem a educação indígena em suas inúmeras possibilidades.

Vale mencionar que na sequência desse texto apresentamos uma lista da produções bibliográficas encontradas que mencionam a Educação Escolar Indígena em Alagoas, seja de forma pontual ou aprofundada. Além disso, também oferecemos sugestões de Acreditamos que essas referências são relevantes para que diferentes pesquisadores possam tomá-las como indicações para suas leituras analíticas, afinal de contas, este é um dos principais objetivos de qualquer Estado da Arte.

## **LISTA DE PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS A RESPEITO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA EM ALAGOAS.**

### 1) ARTIGOS CIENTÍFICOS

1. Dados sobre a educação infantil indígena em Alagoas: Questões pedagógicas, políticas e legislativas. 2018. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://doity.com.br/media/doity/submissoes/5bfdb665-2170-44d5-ba3d-7fee43cda1d7-artigo-sobre-educacao-indigena-s-idpdf.pdf>. Acesso em: 23 out 2023.
2. FERREIRA, José Kleiton Vieira de Lima. Educação Escolar Indígena e a crise de representatividade na Secretaria de Educação do Estado de Alagoas. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília/DF. 2018.
3. FREIRE, Adriana Cirqueira. MELO, Beatriz Medeiros de. O mestrado profissional em educação profissional e sua contribuição para a ampliação do reconhecimento dos indígenas no estado de Alagoas. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnologia*. 2020.
4. GOMES, Valdeck; CAVALCANTE, Valéria Campos. A gênese da educação escolar indígena no etnoterritório Wassu-Cocal: reflexões sobre os marcos legais. In: ANAIS DO XV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE. 2021. Sergipe. Universidade Federal de Sergipe: Grupo de Pesquisa CNPq/UFS Educação e Contemporaneidade (EDUCON).
5. LIBARDI, Suzana Santos; SOARES, Leonardo Barros; SILVA, Alana Gabriela Barros Doia da. A disputa por território na perspectiva das crianças indígenas Kalankó: um relato de pesquisa de campo no sertão de Alagoas. In: LIMA, Lucas Gama; MARQUES, Leônidas de Santana (org.). *Semiárido brasileiro: terra, território, trabalho e educação*. Maceió: Edufal, 2021. Cap. 11, p. 159-183. ISBN: 978-65-5624-090-9. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/992>. Acesso em: 17 out 2023.
6. LIMA, Lucas Gama. OLIVEIRA, Amanda da Silva de. MIRANDA, Anderson Ribeiro. Indígenas, terra e território em Alagoas: uma análise geográfica da atualidade da resistência. *Revista de Geografia, Recife*, v. 36, n.1, 2019.

7. OLIVEIRA, Allyne Jaciara Alves Rios; SANTOS, Inalda Maria dos. O direito à educação escolar indígena e a saga do povo Koiupanká: A resistência de uma escola “que não existe”. *Brazilian Journal of Development*. 2020.
8. PEIXOTO, José Adelson Lopes; CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. Educação, direito e identidade: Licenciatura Intercultural Indígena em Alagoas – CLIND-AL. *Revista EntreRios*, Vol. 4, n. 1, p. 96 - 121, 2021.
9. PEIXOTO, Jose Adelson Lopes. A educação escolar indígena em Alagoas e a formação universitária: desafios e perspectivas. *Seminário PIBID História - Metodologias do Ensino de História: Identidade e Memória*. v.1, p.1-18. 2017.
10. SANTANA, Pedro Abelardo de. SILVA, Marina do Nascimento. Uma escola indígena no alto sertão de Alagoas: reflexões sobre sua história e o ensino diferenciado (2008-2018). Versão de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), curso de Licenciatura em História. 2018.
11. SANTOS, Taysa Kawanny Ferreira; LUCINI, Marizete. A educação escolar indígena e a interculturalidade: elementos para pensar a educação específica e diferenciada dos Kariri-Xocó/AL. VI Congresso Sergipano de História e VI encontro Estadual de História da ANPUH/SE.
12. SILVA, Eliane Bezerra da; MELLO, Janaina Cardoso de. Entre Xukurus-Kariris e griots: educação de povos indígenas e quilombolas para o acesso à universidade em Alagoas. *Cadernos do LEME*, Campina Grande, vol. 2, no 2, p. 58 – 77. jul./dez. 2010.
13. VIEGAS, Maria Ester Ferreira da Silva. Narrativas xavantes construindo os territórios dos povos tradicionais no semiárido alagoano. *Percursos*, Florianópolis, v.22, n.48, p. 128 – 153, jan./abr. 2021.
14. VIEIRA, Jorge Luiz Gozanga; LEITE, Alexasandra Santos Liberal. Análise das diretrizes do subsistema de saúde indígena no estado de Alagoas, Brasil. *Direitos Culturais*, Santo Ângelo, v.12, n.26, p. 61-74, jan./abr. 2017.
15. WANDERLEY, Viviane da S.; ROCHA, Túlio R. M. da; JOBIM, Marcelo B.; VIEIRA, Jorge L. G. A constitucionalização da educação escolar indígena e sua efetividade nos povos em Alagoas. 69ª Reunião Anual da SBPC - 16 a 22 de julho de 2017 - UFMG - Belo Horizonte/MG.

## 2) TESE DE DOUTORADO:

1. FERREIRA, Gilberto Geraldo. Educação formal para os índios: as escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos postos indígenas em Alagoas (1940-1967). Universidade Federal de Pernambuco. 2016.
2. LEITE, Angela Maria Araújo. Ninho de saberes: sensibilidades e (in)visibilidades em práticas educacionais indígenas em alagoas. Porto Alegre, 2021.
3. PEIXOTO, José Adelson Lopes. Minha identidade é meu costume: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó - Alagoas. 2018. 204 f. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Doutorado em Ciências da Religião, 2018.

## 3) DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

1. CAVALCANTE, Dehon da Silva. O ensino da história da cultura afro-brasileira e indígena na educação básica no estado de Alagoas (1988-2012). 2020. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2021.
2. FERREIRA, Gilberto Geraldo. A educação dos Jiripancó: uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígenas de Alagoas. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Centro de Educação, programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.
3. FREIRE, Adriana Cirqueira. Educação integrada e a questão indígena: uma proposta de intervenção nos cursos de ensino técnico integrado ao médio do Instituto Federal de Alagoas. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica/ProfEPT) - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Alagoas, Maceió, 2020.
4. OLIVEIRA, Allyne Jaciara Alves Rios. Povo Koiupanká e a educação escolar indígena: 15 anos de resistência no sertão alagoano. 2022. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

5. OLIVEIRA JÚNIOR, Valdeck Gomes de. Currículos vivenciados em escolas indígenas: contributos para uma educação contra-hegemônica. 2023. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.
6. SILVA, Jonathan Vieira da. Interculturalidade e consciência histórica no ensino da temática indígena: currículo e práticas em Alagoas. 2023. 104 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.
7. SILVA JÚNIOR, Gerson Alves da. Política de assimilação: educação escolar indígena em Alagoas a partir da constituição de 1988. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Alagoas, 2008.

#### 4) LIVROS ACADÊMICOS

1. FERREIRA, Gilberto Geraldo. A Educação dos Jiripancó: uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígena em Alagoas. Maceió: Edufal, 2018. 180 p.
2. SILVA, Edson Hely; FERREIRA, Gilberto Geraldo. A educação escolar indígena em Alagoas: espaços, processos históricos e debates. Maceió: Editora Olyver, 2021. 167p.

#### 5) MONOGRAFIA

1. CARVALHO, Maria Regineide Gomes. Territórios e direitos: desafios da educação escolar indígena entre os Jiripankó. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - UFAL, Campus Arapiraca, Unidade Educacional PALMEIRA DOS ÍNDIOS. 2020.
2. FEITOSA, Thais de Souza. Povo indígena Jiripancó em Alagoas: origem histórica, rituais e circularidade de crença, 2010-2020. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Unidade Delmiro Gouveia - Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2022.
3. FERREIRA, Isabel Alves. A Questão indígena na sala de aula: desafios e contradições do ensino e um estudo de caso na Escola de Educação Básica Helena de Oliveira - Pilar/AL. 2020. 140 f. Monografia (Trabalho de Conclusão

de Curso em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

4. LIMA, Érica Franciele da Silva. Educação escolar indígena: os desafios enfrentados pelo povo Jeripankó por uma educação diferenciada e de qualidade. Universidade Federal de Alagoas - UFAL, 2021.

#### 6) DOCUMENTO DE ÓRGÃO GOVERNAMENTAL

1. Governo do Estado de Alagoas. Estudo sobre as comunidades indígenas de Alagoas. NEPSEPLAG. Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio, 2017.
2. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP. Estatísticas sobre educação escolar indígena no Brasil. Brasília – DF, 2007.
3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. LEI No 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Capítulo II - Da Educação Básica.
4. Educação Escolar Indígena – Legislação. De âmbito nacional, de âmbito estadual. Universidade estadual de alagoas – UNEAL e Secretaria de Estado da Educação - Seduc.
5. Financiamento: fundo de combate à pobreza do estado de Alagoas. Palmeira dos Índios – AL, 2018.
6. RHODEN, Kuno Paulo S.J.(Pe.). Ministério da educação, Conselho Nacional de Educação. Educação Indígena - Escola Indígena. Documento com mapeamento de Terras indígenas em: Excel 2 tipos. Terras Indígenas no Estado De Alagoas – MAPA.
7. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Estatísticas sobre Educação Escolar Indígena no Brasil – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2007. 213 p.: tab. 1. Educação indígena. 2. Educação escolar. I. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. II. Título.
8. Plano Plurianual 2022-2023. Governo de Alagoas.
9. SILVA, A. L. da. Os direitos dos povos indígenas e a Constituição brasileira de 1988: uma análise jurídica crítica da jurisprudência do STF sobre o tema da educação escolar indígena diferenciada. 2012.

## 6) OUTROS (BOLETINS, CARTAS E NOTAS PÚBLICAS):

1. AMORI, Siloé. Atlas de terras indígenas de Alagoas. Laboratório Antropologia Visual em Alagoas do Instituto de Ciências Sociais/ICS da Universidade Federal de Alagoas/UFAL. Revista Mundaú, n.4, 2018, p.132-140.
2. SILVA, Fabíola Mendes da; SARAIVA, Marina Rebeca de Oliveira. Dados sobre a educação infantil indígena em Alagoas: Questões pedagógicas, políticas e legislativas. VI Semana Internacional de Pedagogia. 2018.
3. Encarte Pedagógico VI. Educação escolar indígena. Texto: Iara Tatiana Bonin. Edição: Patrícia Bonilha. Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi): [www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br).

## 8) VÍDEOS E NOTÍCIAS DISPONÍVEIS NA INTERNET

### Vídeos

- Como é a educação dentro das comunidades indígenas? Como é a escola na aldeia? Maria Pankararu - <https://www.youtube.com/watch?v=KxpDmPWYb7k>
- Indígenas Aconã denunciam falta de escola em aldeia de Alagoas - <https://www.7segundos.com.br/arapiraca/noticias/2021/04/19/175571-video-indigenas-aconã-denunciam-falta-de-escola-em-aldeia-de-alagoas>
- Origem dos povos indígenas - Pernambuco e Alagoas - <https://www.youtube.com/watch?v=YCmcmK861ac>
- Povos Indígenas em Alagoas - Kalankó - Água Branca, AL - <https://www.youtube.com/watch?v=RXGYoeKaOaQ>
- Povos Indígenas de Alagoas - <https://www.youtube.com/watch?v=YPOWgx-wm6Q>
- TVE Em Dia - Escolas Indígenas - <https://www.youtube.com/watch?v=RTtKhd-7zAE>
- Índios falam sobre importância da escola para manutenção das tradições - <https://www.youtube.com/watch?v=ViGiV881430>
- Programa Pontapé nas comunidades indígenas - <https://www.youtube.com/watch?v=vqdVCUO2yUg>
- Bem Assim Escolas Indígenas - <https://www.youtube.com/watch?v=wi2p8zhM1VY>

## Notícias

- 08/08/2022 - Nota: resistência indígena contra os desmandos da Funai no Sertão de Alagoas - <https://cimi.org.br/2022/08/nota-resistencia-indigena-contr-a-os-desmandos-da-funai-no-sertao-de-alagoas/>
- 25/07/2022 - Presença indígena na história de Alagoas é assunto de roda de conversa - <https://www2.ifal.edu.br/campus/maragogi/noticias/presenca-indigena-na-historia-de-alagoas-e-assunto-de-roda-de-conversa>
- 07/2023 - Território Indígena Xucuru-Kariri em Alagoas recebe visita técnica - <https://direitoshumanos.dpu.def.br/territorio-indigena-xucuru-kariri-em-alagoas-recebe-visita-tecnica/>
- 19/02/2023 - Xucuru-Kariri é superintendente de Povos Indígenas de Alagoas- <https://alnb.com.br/alagoas/xucuru-kariri-e-superintendente-de-povos-indigenas-de-alagoas/>
- 27/06/2023 - Instituições alagoanas firmam pacto em defesa das terras indígenas (Audiência híbrida aconteceu na reitoria da Ufal com a participação da Funai, Ufal, Uneal, Seduc e DSEI)- <https://ufal.br/ufal/noticias/2023/6/instituicoes-alagoanas-firmam-pacto-em-defesa-das-terras-indigenas/>
- 17/08/2023 - Governo de Alagoas entrega três escolas, sendo uma indígena, no Agreste e Sertão do estado - <https://alagoas.al.gov.br/noticia/governo-de-alagoas-entrega-tres-escolas-sendo-uma-indigena-no-agreste-e-sertao-do-estado/>
- 07/08/2023 - AL tem mais de 25 mil indígenas, segundo o Censo do IBGE - <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/08/07/al-tem-mais-de-25-mil-indigenas-segundo-o-censo-do-ibge.ghtml/>
- 11/09/2023 - Governo de Alagoas vai investir R\$ 15,5 milhões na construção de quatro escolas indígenas - <https://alagoas.al.gov.br/noticia/governo-de-alagoas-vai-investir-155-milhoes-na-construcao-de-quatro-escolas-indigenas>

- 17/10/2023 - TRE realiza seminário para debater cidadania indígena em Alagoas <https://www.tre-al.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Outubro/tre-realiza-seminario-para-debater-cidadania-indigena-em-alagoas>
- 16/11/2023 - Povo indígena Kalankó em Água Branca/AL recebe visita do MPF (Abastecimento de água, acesso à saúde, segurança e falta de escola são temas de preocupação para os indígenas) - <https://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/noticias-al/povo-indigena-kalanko-e-m-agua-branca-al-recebe-visita-do-mpf>
- 12/12/2023 - Funai apoia realização do I Encontro de Mulheres Indígenas de Alagoas e Sergipe - <https://anaind.org.br/noticias/funai-apoia-realizacao-do-i-encontro-de-mulheres-indigenas-de-alagoas-e-sergipe/>
- 14/12/2023 - Moradores da comunidade indígena Wassu Cocal bloqueiam trecho da BR-101 em Joaquim Gomes (Eles protestam contra a possibilidade do Congresso Nacional derrubar o veto do presidente Lula ao marco temporal) - <https://tribunahoje.com/noticias/interior/2023/12/14/131241-moradores-da-comunidade-indigena-wassu-cocal-bloqueiam-trecho-da-br-101-em-joaquim-gomes>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEVY, Maria Stella Ferreira. O direito das minorias e as nações indígenas no Brasil. In: **Caderno CRH: Revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA**. Salvador: UFBA, v. 22, n° 57, set/dez 2009, p. 493-505.

MELAZZO, Everaldo Santos. Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. In: **Revista Tópos**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, v. 4, n°2, 2010, p. 9-32.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Sem a tutela, uma nova moldura de nação. In: OLIVEN, Ruben G.; BRANDÃO, Gildo M.; RIDENTI, M. (orgs). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: ANPOCS, 2008, p. 251-275.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria. Questões para uma política indigenista: etnodesenvolvimento e políticas públicas. Uma apresentação. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, M. (Orgs.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002, p. 7-28.

### **Avelar Araujo Santos Junior**

Professor DE, Geografia, UFAL. Pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2019), Pós-doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (2016), Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (2016), Mestre em “Estudios Ameríndios” pela Universidad Complutense de Madrid (2007), Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2005) e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2002).

Email: [avelar.junior@igdema.ufal](mailto:avelar.junior@igdema.ufal)

### **Karine Gabrielle de Lima Rodrigues**

Técnica em Agropecuária formada no IFAL- Campus Satuba (2007-2009). Atualmente é graduanda de Geografia Licenciatura na Universidade Federal de Alagoas- UFAL e atua como colaboradora do Grupo de Pesquisa Espacialidades e Cultura - GEECULT. Cursa também atualmente a Especialização de História de Alagoas no IFAL-Campus Maceió. Bacharel em Geografia, graduada pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL e Especialista no Ensino de Geografia pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

E-mail: [karine.rodrigues@igdema.ufal.br](mailto:karine.rodrigues@igdema.ufal.br)

### **Marcio Henrique Tavares dos Santos**

Graduando em Geografia (Licenciatura) pelo Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente - IGDEMA na Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Integrante do Grupo de Pesquisas Espacialidades e Cultura (GEECULT). Experiência na área de Geografias Negras e Indígenas.

E-mail: [marcio.santos@igdema.ufal.br](mailto:marcio.santos@igdema.ufal.br)



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## A sexualidade na Geografia Agrária: desafios de um fenômeno transversal

Tiago Rodrigues Moreira<sup>I</sup> , Eduardo Marandola Jr.<sup>II</sup> 

<sup>I</sup> Doutorando em Geografia pelo Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-1307-4602>

<sup>II</sup> Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, São Paulo, Brasil

Orcid:<https://orcid.org/0000-0001-7209-7735>

### RESUMO

Os estudos de gênero e de sexualidade se consolidaram no âmbito da Geografia brasileira nos últimos 20 anos, a partir do trabalho de diferentes pesquisadoras e pesquisadores. Esta consolidação, como campo, passa a se espalhar por outros ramos da disciplina, em alguns casos com mais fluência e, em outros, com mais dificuldade. Este talvez seja o caso da Geografia Agrária, na qual podemos identificar um conjunto também significativo de estudos de gênero, o mesmo não podendo se dizer de estudos que tematizam a sexualidade. Este artigo busca problematizar os desafios da Geografia Agrária de trabalhar a sexualidade, no contexto das múltiplas ruralidades, das relações campo-cidade e da homonormatividade, que contribui para uma perspectiva que associa a homossexualidade ao sistema urbano-metropolitano, resultando na concentração de pesquisas nestes espaços em detrimento dos processos em áreas e modos de vida rurais.

**Palavras-chaves:** heteronormatividade; homonormatividade; relações campo-cidade; geografias de gênero e sexualidade

### Sexuality in Agricultural Geography: challenges of a transversal phenomenon

#### ABSTRACT

In the last 20 years, gender and sexuality studies have firmly established themselves in Brazilian Geography, due to the work of various researchers. Its consolidation as a field of study has extended to a bunch of other disciplines, albeit with varying degrees of fluency. An example is Agricultural Geography, where there is a significant number of gender studies, and also a scarcity of studies on sexuality. This article aims to highlight the challenges faced by Agricultural Geography in addressing sexuality, especially considering the multiple ruralities, the relationships between rural and urban

spaces, and homonormativity. The latter tends to associate homosexuality with urban environments, resulting in a concentration of research in these spaces to the detriment of processes occurring in rural areas and the ways of life present there.

**Keywords:** heteronormativity; homonormativity; countryside-city relationship; geographies of gender and sexuality

## **La sexualidad en la Geografía Agraria: desafíos de un fenómeno transversal**

### **RESUMÉN**

Los estudios de género y sexualidad se han consolidado en el ámbito de la Geografía brasileña en los últimos 20 años, a partir del trabajo de diferentes investigadores. Esta consolidación, como campo, comienza a extenderse a otras ramas de la disciplina, en algunos casos con más fluidez y, en otros, con más dificultad. Este puede ser el caso de la Geografía Agraria, en la que podemos identificar un conjunto también significativo de estudios de género, no lo mismo puede decirse de los estudios que se centran en la sexualidad. Este artículo busca problematizar los desafíos de la Geografía Agraria en el trabajo sobre la sexualidad, en el contexto de múltiples ruralidades, relaciones campo-ciudad y homonormatividad, lo que contribuye a una perspectiva que asocia la homosexualidad con el sistema urbano-metropolitano, resultando en la concentración de investigaciones en estos espacios en detrimento de procesos en el medio rural y formas de vida.

**Palabras-clave:** heteronormatividad; homonormatividad; relaciones campo-ciudad; geografías de género y sexualidad

### **INTRODUÇÃO**

O objetivo deste artigo é levantar uma problemática, na forma de investigação preliminar que busca sinalizar para a necessidade de tematização da sexualidade no contexto dos estudos da Geografia Agrária. Fenômeno transversal que tem sido objeto de pauta de movimentos sociais, luta por direitos humanos e perspectivas teóricas críticas no âmbito filosófico-científico, a sexualidade tem sido incorporada em diferentes ramos da Geografia, para além da própria constituição de um campo específico dedicado aos estudos de gênero e de sexualidade.

Joseli Maria Silva, há mais de 10 anos, indagava: “Por que a geografia brasileira é pouco permeável à abordagem de gênero?” (SILVA, 2009, p. 55), problematizando a supremacia masculina nos estudos da Geografia. A pergunta nos convoca à urgência de desconstruir o posicionamento machista, misógino e sexista que ainda permanece estruturalmente estabelecido no miolo da Geografia brasileira.

Tomando a indagação icônica da autora, podemos nos perguntar quanto ao papel da sexualidade nos estudos da Geografia Agrária. Se podemos identificar com facilidade as questões de gênero tematizadas, em especial na esteira do trabalho pioneiro da geógrafa Rosa Ester Rossini, o mesmo não pode ser dito da sexualidade, ainda pouco discernível em um olhar mais geral. Este artigo é uma sinalização nesta direção, como maneira de identificar desafios e potencialidades para os estudos que se voltam para o campo e o rural na Geografia pela incorporação desta importante temática contemporânea.

Trabalhamos com dois caminhos para tematizar a problemática. O primeiro é o de considerar o movimento de emergência dos estudos de gênero e de sexualidade, buscando sugerir elementos que indicam um terreno mais preparado na Geografia Urbana do que na Geografia Agrária, pelo menos inicialmente. O segundo caminho se refere a questões próprias relacionadas à sexualidade, como a globalização urbano-metropolitana, as transformações nas relações campo-cidade e a homonormatividade, que contribuem para concentração de pesquisas nas grandes cidades em detrimento dos processos em áreas e modos de vida rurais.

### **1. Emergências das geografias de gêneros e de sexualidades**

Atualmente há um campo consolidado de estudos de gênero e de sexualidade na Geografia Brasileira, o que é demonstrado por revistas, teses e dissertações defendidas, publicações, presença em encontros nacionais da Geografia, dentre tantos outros elementos.

Narrar como este processo se deu, é tarefa já realizada (Silva; Chimin Junior; Nabozny; Ornat; Rossi, 2009, Silva; Chimin Junior; Peracetta Filho; Rossi, 2009). O que nos interessa aqui, é problematizar a maneira como o tema emerge na Geografia Agrária, e de certa forma, como a emergência do campo se dá, associando a temas/interesses ligados à Geografia Urbana. Para isso, não vamos analisar a trajetória ou o conjunto da obra dos autores/autoras em questão, mas apenas sinalizar o movimento no campo.

Quando se refere ao campo das Geografias de Gênero e de Sexualidade, Joseli Maria Silva pode ser considerada uma das mais relevantes autoras na sua constituição, atuando de diferentes maneiras em sua difusão e consolidação. Sua tese de doutorado, “A Verticalização de Guarapuava PR e Suas Representações Sociais”, foi defendida em 2002, expressando uma trajetória de estudos urbanos, em interface com os estudos da Geografia Cultural. Orientada por Roberto Lobato Corrêa, a tese não tematiza questões de gênero ou de sexualidade, expressando uma formação ancorada tanto na tradição da Geografia Urbana, quanto na então

emergente Geografia Cultural. Neste sentido, o debate da verticalização de uma cidade média, tema que teve um lugar especial nos estudos urbanos no país durante uma época, se alia às representações e construções simbólicas elaboradas pelos grupos sociais (Silva, 2002; 2004). No entanto, ali foram lançadas as bases para sua inquietação:

Durante o trabalho de campo realizado para elaboração de minha tese de doutorado na periferia de uma cidade média do centro-oeste paranaense, observei que no bairro pobre selecionado para minha pesquisa, a sociabilidade estabelecida era baseada nos laços de família, vizinhança e que as mulheres desempenhavam um papel central na produção destas relações. As instituições e serviços ligados ao mundo da reprodução familiar como saúde, educação e casas comerciais ligadas a provisão doméstica eram marcadas pela ação feminina (Silva, 2003, p. 31).

É a partir destas bases que a autora inicia sua trajetória acadêmica de busca de construção de metodologias e perspectivas teóricas para abordar as relações de gênero na Geografia. Neste sentido, aponta para a potencialidade dos estudos de gênero para a análise geográfica (Silva, 2005), buscando realizar uma nova leitura do temário da tese a partir da perspectiva de gênero, trazendo a tradição das geógrafas feministas, em especial anglo-saxãs, para a Geografia Cultural e Urbana (Silva, 2007).

A fundação do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em 2002-2003 (Cesar; Cabral, 2012), permitiu a formação de geógrafos e geógrafas que ajudaram a difundir e consolidar o campo no país, compreendendo as articulações de gênero e de sexualidades em diferentes contextos, mas mantendo, até certo ponto, as bases iniciais: uma perspectiva crítica oriunda das geografias feministas anglo-saxãs, em uma perspectiva culturalista voltada para fenômenos manifestos na/pelas cidades. Assim, a questão da sexualidade aparece muitas vezes atrelada às questões de violência (de gênero e urbana), como em processos de prostituição e as condições de vida da população travesti (Ornat, 2011; Nabozny, 2013).

Nos anos 2000, foram registradas, portanto, as primeiras dissertações e teses de doutorado dedicadas ao campo no país. Benhur Pinós da Costa está entre os primeiros a realizar esta trajetória, o que inclui tanto sua dissertação de mestrado, quanto sua tese de doutorado, nas quais investigou as (micro)territorialidades cotidianas de homens gays no espaço público de Porto Alegre, compreendendo a convivência homoerótica subterrânea.

Em sua dissertação, defendida em 2002, “A Condição Homossexual e a Emergência de Territorializações” (Costa, 2002), seguida de sua tese de doutorado, de 2007, “Por uma Geografia do Cotidiano: Território, Cultura e Homoerotismo na Cidade” (Costa, 2007), ambas orientadas por Álvaro Luiz Heidrich, articula o tema a uma perspectiva territorial da Geografia

Cultural, no contexto dos estudos urbanos de uma grande cidade. As dinâmicas de encontros, os códigos e as representações, bem como as estratégias de, pela territorialidade, garantir espaços para a manifestação de suas sexualidades, está na base de um debate que introduz os sujeitos homoafetivos nas pesquisas na Geografia brasileira.

Diferente de Silva e dos estudos do GETE/UEPG, no entanto, Costa está voltado para a questão da diversidade cultural e para as construções identitárias, nestes primeiros estudos, tanto do ponto de vista dos grupos, mas sobretudo, na maneira como tais sujeitos sociais se territorializam no espaço urbano (Costa, 2000). Neste sentido, a perspectiva de múltiplas territorialidades alimenta a perspectiva de sexualidades “divergentes” e seus enfrentamentos para se realizar em um espaço urbano que é heteronormativo e produzido a partir de territorialidades que negam a diferença e a diversidade (Costa, 2005a; 2005b).

Nota-se em ambos os casos uma trajetória que vai dos estudos urbanos e culturais em direção às questões de gênero e de sexualidades. Movimento que também podemos observar em trabalho que antecede estes, cronologicamente e, talvez, anteceda a própria formação do campo: a pesquisa acerca das territorialidades das prostituições conduzidas pelo geógrafo Miguel Angelo Ribeiro, no Rio de Janeiro.

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1970 a 1999 e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), desde 1997, produziu uma série de estudos relacionados à industrialização, regionalização e urbanização. Seus primeiros estudos relacionados à territorialidade da prostituição, pioneiros no tema no Brasil, foram publicados em meados dos anos 1990 (Ribeiro; Mattos, 1995, 1996), associando-se rapidamente ao nascente Núcleo de Estudos em Espaço e Cultura (NEPEC), o primeiro centro difusor da Geografia Cultural na UERJ.

Seus estudos, portanto, também expressam esta relação da sexualidade com a dinâmica urbana e os estudos culturais, em uma perspectiva territorial que envolve também outras interfaces oriundas de sua tradição de investigação com o planejamento urbano, dos usos dos espaços públicos e algumas dimensões do turismo (Ribeiro, 1997; Ribeiro; Mattos, 1997).

Desta lista de estudos precursores, certamente o nome de Rosa Ester Rossini tem um lugar especial. Não apenas por anteceder em quase duas décadas qualquer outra preocupação registrada do tema na Geografia brasileira, mas por sua pesquisa ser oriunda dos estudos da Geografia Agrária.

A autora é considerada, com justeza, a precursora dos estudos de gênero na Geografia do Brasil, atuando no tema desde os anos 1970, não apenas academicamente, mas também no

contexto dos movimentos sociais. Sua formação foi dedicada aos estudos agrários e sua relação com a migração, defendendo o doutorado “Contribuição ao estudo do êxodo rural no Estado de São Paulo” (Rossini, 1975), temas que marcam sua perspectiva de trabalho de maneira permanente.

No entanto, é em sua tese de livre-docência, de 1988, que consolida aquilo que vinha aparecendo em seus trabalhos de maneira cada vez mais consistente: o papel das mulheres nas relações de trabalho no campo. “As mulheres na lavoura canavieira paulista”, consolida suas pesquisas na Geografia Agrária, investigando o papel da mulher, seu trabalho e a implicação das relações de gênero nas lutas do campo, com destaque para as articulações dos processos migratórios, as relações campo-cidade e as condições e relações de trabalho em especial na lavoura canavieira do estado de São Paulo (Rossini, 1983; 1988).

O trabalho de Rossini foi responsável, em grande medida, para incorporação da questão de maneira ampla nos estudos de Geografia Agrária. Historicamente relacionados com as questões econômicas e, mais recentemente, com as relações de trabalho e produção, pode-se dizer que é neste campo que há uma primeira consolidação dos estudos de gênero na Geografia, mas por uma via de entrada distinta dos autores mencionados anteriormente, razão pela qual a questão da sexualidade não está, inicialmente, tematizada nestas pesquisas.

Os trabalhos de Roseli Alves Santos exemplificam isso, em suas pesquisas dedicadas aos espaços que as agricultoras camponesas se situam e quais são as relações com a dominação masculina no campo. Santos (2010; 2020) descortina posições e demarca territórios constituídos pelas mulheres do campo, seguindo o novo proposto por Rosa Rossini. Nas palavras da geógrafa,

Temos que romper com a lógica da produção masculina de invisibilidade de parcela da sociedade constituída pelas mulheres e LGBTs, nos colocando neste mesmo processo produtivo que exige das mulheres sobrecargas de trabalhos e ainda, colocam em xeque o caráter científico de suas preocupações. A todo instante as mulheres são chamadas a comprovar a cientificidade das suas proposições, mesmo na geografia que tem visto a ampliação das temáticas de gênero, diversidade sexual, questões étnicas entre outras de relevância social (Santos, 2020, p. 239).

Vemos na citação a sinalização da importância da diversidade sexual e a população LGBT(QIA+), o que começa a aparecer mais recentemente nos estudos da Geografia Agrária, de maneira separada, historicamente, das questões de gênero. No entanto, tal incorporação tem ganhado ampliação, como a autora sinaliza, o que tem começado a aparecer em alguns trabalhos recentes.

Vinicius Nunes Fileto, por exemplo, defendeu sua dissertação intitulada “Colorindo a luta pela terra: espacialidades LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro” no ano de 2020 pela Universidade Federal de Uberlândia, tendo como principal objetivo “identificar as resistências, bem como as novas territorialidades associadas à incorporação da discussão LGBT no âmbito dos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro onde analisamos os textos coletados que por sua vez demandam considerável parte do tempo de trabalho” (Fileto, 2020, p. 06). O referido trabalho sustenta sua articulação por três eixos, “a questão agrária, a sexualidade e os movimentos de luta pela terra perspectiva geográfica contemporânea nos fez optar por colocar todos os debates em suas perspectivas em nosso texto” (Fileto, 2020, p. 06)

O trabalho de Fileto (2020) no campo da Geografia Agrária, busca diálogo direto com os trabalhos de Joseli Maria Silva, promovendo uma possibilidade de intersecção epistemológica e metodológica. O resgate para os estudos em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) são potências para pensar as narrativas de pessoas LGBTQIAP+ no rural e como isso se choca com a normatividade urbana.

Nota-se, assim, aberturas para pesquisas que têm começado a tematizar a questão da sexualidade na Geografia Agrária, embora ainda em uma proporção menor que as questões de gênero, em especial no que se refere à mulher. No estudo de David e Marafon (2021), realizando balanço dos estudos recentes da área, sinaliza para a presença de linhas em grupos de pesquisa registrados no Diretório do CNPq dedicadas à questão de gênero e identidade (em quatro grupos), mas não de sexualidade. No entanto, nas últimas edições do Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA), desde 2019, grupos de trabalho que tematizam não apenas a questão de gênero, mas também a de sexualidade, passaram a fazer parte do evento.

Estes sinais, somados à forte consolidação do campo de Geografias de Gênero e Sexualidade no Brasil, contribuem para um cenário de ampliação do tema nos estudos da Geografia Agrária, em diferentes contextos. Quais suas potencialidades e desafios?

## **2. Sexualidade: um fenômeno urbano?**

*“A geografia homossexual se ramifica nos grandes centros urbanos”*

(Michael Pollak, 1987, p. 58)

Para lidar com nossa questão-problema, trilhamos agora um segundo caminho, já anunciado, que se refere ao contexto em que a própria sexualidade, enquanto fenômeno, tem sido compreendida e investigada, atrelada ao sistema urbano-metropolitano globalizado, segundo determinados padrões normativos associados também a valorações e representações do rural e do urbano.

Para atender aos objetivos deste breve artigo, vamos focalizar as discussões do tema referentes à homossexualidade masculina, a título de buscar pistas de maneira circunscrita da ampla questão em tela.

É neste sentido que iniciamos com a epígrafe de Pollak, o qual aponta para o ponto central que operou, durante muito tempo, como um lugar-comum nos estudos de gênero e de sexualidade: a centralidade dos espaços urbanos, em especial os das grandes cidades, para a difusão de geografias permeáveis a sexualidades distintas dos padrões heteronormativos.

O filósofo francês Didier Eribon (2008), em sua obra “*Réflexions sur la question gay*” (“Reflexões sobre a questão gay,” tradução livre), aponta que as cidades sempre tiveram o caráter de refúgio para os homossexuais, referindo-se propriamente às grandes cidades, nas quais a liberdade sexual não tinha os mesmos mecanismos de controle e contingência. Eribon (2008) indica a distinção desta escala urbana para as cidades pequenas e o contexto rural, os quais estariam mais propensos a promover a injúria e a violência contra pessoas com sexualidades divergentes. Isso deriva do modelo heteronormativo ocidental patriarcal judaico cristão, o qual estaria de alguma maneira mais entrincheirados nos espaços rurais e das pequenas cidades e seu conservadorismo, contrastando com a cultura cosmopolita e democrática das grandes cidades.

No entanto, este modelo, que opera de maneira dicotômica campo-cidade, tem recebido continuadas críticas nos últimos anos, apontando-se para as mudanças nas relações campo-cidade e a prevalência de processos de ruralidade e urbanidade em diferentes espacialidades (Rua, 2005; 2006; 2020; Woods, 2007). O processo de urbanização e modernização do campo promovido pela globalização tem contribuído para questionar a idealização de um rural arcaico cristalizado, embora por muito tempo a sexualidade não tenha se apresentado como uma problemática no campo, que seria “mais tradicional” que o urbano e, portanto, marcado pela matriz heterossexual que promove a heterossexualidade compulsória, com nítidas separações nos papéis de gênero, por exemplo.

De outro lado, a ênfase em pesquisas que apontam para a multiplicidade de encontros e para a variedades da rede de consumo, no contexto da globalização, também contribuíram para

reforçar esta associação das grandes cidades como lugares propícios à experiência homossexual (e de outras sexualidades distintas das matrizes normativas). Estabeleceu-se o pressuposto de que a homossexualidade carrega consigo uma estreita ligação com a cidade, seja pela maior difusão entre pares, pela maior facilidade de recursos ou pela promoção de uma maior liberdade existencial.

Em vista disso, os processos de identificação das masculinidades e feminidades ocidentais acabaram por naturalizar determinadas existências, promovendo assim um viver performático (Butler, 2000; 2003; Salih, 2017; Preciado, 2017). Essa cristalização dos papéis de gênero não permite que o fenômeno da sexualidade possa se manifestar, ou quando se manifesta, ocorre o envelopamento da mesma (Moreira, 2021).

Esse modelo de política social neoliberal promovido pelo capitalismo nos grandes centros cosmopolitas, tende a levar os homossexuais a perpetuar a matriz de normatividade esquematizada e arquitetada pela heterossexualidade, promovendo assim uma homonormatividade (Bell; Binnie, 2004; Brown, 2013). No entanto, não podemos nos esquecer que foi também pelas cidades e pelas grandes metrópoles que muitas pessoas LGBTQIAP+ conseguiram possibilidades e modos de sobrevivência, podendo ser vistos como anônimos e visíveis ao seu gosto, tomando posse de suas identidades (Harrison, 2009).

A sexualidade, no entanto, não é um fenômeno urbano, mas transversal. Ultrapassar esta associação direta com os espaços urbanos é um desafio, no entanto, também para a Antropologia, como mostra Fabiano Gontijo (2015), como para os estudos geográficos em outros países, que têm apontado para a importância do questionamento não apenas das heteronormatividades, mas, neste caso específico, também das homonormatividades.

Gavin Brown, da University of Leicester, no Reino Unido, é uma destas referências, tensionando os estilos de vida cosmopolitas e suas relações com as heteronormatividades e homonormatividades que se cruzam. Brown (2013, p. 135) tece uma “crítica às teorias ‘fortes’ da homonormatividade, que apresentam a vida urbana gay, no Norte Global, como sendo inteiramente saturada pela mercadoria e estruturalmente moldada pelo neoliberalismo, fazendo ambos parecerem dominantes, completos e inatacáveis”.

Nesse contexto, Brown levanta pesquisas sobre o consumo gay cosmopolita e abre possibilidades para pensarmos como deflagrar a homossexualidade nos contextos rurais. Se os modelos de economias estão criando e perpetuando normativas e conduzindo a certa homogeneização de culturas, podemos ver como possibilidades encaminhar a problemática para o rural.

Por isso, David Bell, geógrafo britânico, desde o início dos anos 2000, vem se dedicando em uma perspectiva de gênero e sexualidade atentando para às mudanças de comportamento devido às mediações do sistema consumista das grandes cidades em contraste com o rural. David Bell e Gill Valentine (1995), em “Queer country: Rural lesbian and gay lives”, sinalizam que os estudos que na época versavam sobre o rural tinham alguns problemas pois não levavam em consideração a sexualidade das pessoas que ali residiam. Afirma ainda, que por muito tempo nas televisões e filmes transmitiam um imaginário distópico da realidade de vidas gays e lésbicas no rural.

Bell (2000, p. 548. Tradução livre), preocupado com as imagens representacionais que pessoas gays e lésbicas levavam no rural, salienta que seu foco de pesquisa estaria “nas representações da masculinidade do gay rural; a partir de uma perspectiva dos estudos culturais, as representações na cultura popular podem ser lidas como concentrações de crenças, atitudes e práticas sociais e culturais mais amplas”<sup>1</sup>. Kath Browne (2008), atenta às repercussões de Bell, sinaliza que o geógrafo não busca uma separação do rural e da cidade, pelo contrário, ele rebate a esta perspectiva dicotômica.

Jon Binnie e Gill Valentine (1999) argumentam que os primeiros estudos entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 que tinham como foco a homossexualidade saíram de pesquisas relacionadas ao mapeamento das cidades, como bairros gays, bares gays e lugares de maior afetabilidade. No entanto, essas pesquisas correram um sério risco de se tornarem consideradas simplistas: “Estas suposições simplistas seriam consideradas altamente problemáticas e menos sustentáveis hoje”<sup>2</sup> (Binnie; Valentine, 1999, p. 176).

Embora Loyd e Rowntree (1978) e Weightman (1981) tenham sido os primeiros a publicar geografias da “paisagem gay”, é Manuel Castells (um sociólogo urbano) cujo trabalho é mais amplamente citado. Em *A cidade e as bases*, Castells (1983) apresentou material de seu estudo sobre espaços lésbicos e gays em São Francisco<sup>3</sup> (Binnie; Valentine, 1999, p. 176).

Para o contexto da Geografia Agrária, os autores sinalizam que em meados dos anos 1990 emergiram diferentes trabalhos:

---

<sup>1</sup> Tradução livre do original: “my principal focus, then, is on representations of rural gay masculinity; from a cultural studies perspective, representations in popular culture can be read as concentrations of broader social and cultural beliefs, attitudes, and practices”.

<sup>2</sup> Tradução livre do original: “These simplistic assumptions would be considered highly problematic and less tenable today”.

<sup>3</sup> Tradução livre do original: “While Loyd and Rowntree (1978) and Weightman (1981) were the first to publish geographies of the ‘gay landscape’, it is Manuel Castells (an urban sociologist) whose work is most widely cited. In *The city and the grassroots*, Castells (1983) presented material from his study of lesbian and gay spaces in San Francisco”.

O trabalho pioneiro de Jerry Lee Kramer sobre comunidades lésbicas e gays em Dakota do Norte (Kramer, 1995) e o trabalho de David Bell e Gill Valentine sobre a Grã-Bretanha rural (Bell e Valentine, 1995a) marcam um desenvolvimento significativo na geografia do trabalho sobre sexualidade, e reforçam claramente a necessidade de os estudos lésbicos e gays considerarem questões de espaço e lugar<sup>4</sup> (Binnie; Valentine, 1999, p. 178).

Notamos assim que no contexto anglo-saxão, embora haja também o desafio de superar a associação simplista entre sexualidade e o espaço urbano, há significativos estudos que tematizam diferentes sexualidades nos espaços e contextos rurais, em diferentes perspectivas. A Geografia Agrária no Brasil parece ter iniciado, também, este caminho, podendo colher diferentes frutos no futuro próximo, que enriquecem não apenas suas próprias questões de pesquisa, mas também os estudos de gênero e sexualidade.

## **POTENCIALIDADES E DESAFIOS**

Este breve ensaio, como prolegômeno à questão, mostrou diferentes potencialidades para a Geografia Agrária, bem como alguns desafios, que a sexualidade, como fenômeno transversal, apresenta.

Como campo, a Geografia Agrária tem se mostrado articulada com as transformações sociais e paradigmáticas da Ciência e da Geografia. Darlene Ferreira (2001; 2002) mostra como ao longo do século XX os estudos incluíram diferentes problemáticas até incorporar, nos anos 1990 (último período analisado pela autora), uma perspectiva social ligada à transformação das relações sociais vividas no campo e da configuração territorial de produção do espaço capitalista. Nos últimos 20 anos, tais questões têm se aprofundado e, como mostram David e Marafon (2021), têm incluído temas emergentes que modificam as condições de vida no campo (em suas relações com o urbano e a globalização), dentre as quais podemos destacar as sexualidades.

Considerando os temas que estão presentes nas Geografias de Gênero e de Sexualidade no Brasil, como a violência, a homoafetividade, o cotidiano, a prostituição, o lazer, a transexualidade, as representações sociais, a diversidade, a intolerância, notamos que estes impactam as relações sociais e territoriais no campo. De outro lado, pensar a sexualidade apenas como fenômeno urbano, em um contexto em que as relações campo-cidade e a própria

---

<sup>4</sup> Tradução livre do original: “The pioneering work of Jerry Lee Kramer on lesbian and gay communities in North Dakota (Kramer, 1995) and work by David Bell and Gill Valentine on rural Britain (Bell and Valentine, 1995a) mark both a significant development in the geography of work on sexuality, and clearly reinforce the need for lesbian and gay studies to consider issues of space and place”.

globalização trouxeram novas questões em termos de urbanidades e ruralidades, é fragmentar aquilo que no cotidiano acontece atravessado por relações dialéticas, políticas e sociais indissociáveis.

Temos ainda os estudos interseccionais, que articulam luta de classes, gênero e raça, (Crenshaw, 1991; 2002), crescentemente presentes nas discussões da Geografia Agrária, além do debate heteronormatividade-homonormatividade, que impactam diretamente as relações de gênero, de trabalho e as representações simbólicas do campo e da cidade.

Linda Peake (2016, p. 2), comentando o livro de David Bell e Gill Valentine (1995) “Mapping desire: geographies of sexuality”, salienta que “em um âmbito epistemológico significou um questionamento da constituição pré-discursiva do conhecimento geográfico como heteronormativo”<sup>5</sup>. Ou seja, a base epistemológica carece de uma virada, uma virada que agregue as porosidades da sexualidade em um nível transversal.

Assim, a sexualidade (junto com os estudos de gênero) reforça a necessidade de aberturas epistemológicas no âmbito da Geografia Agrária, e por isso podemos lembrar de um trecho do texto-manifesto do GETE/UEPG:

Desde 2003 o Grupo de Estudos Territoriais (GETE) tem se perguntado sobre a contribuição da Geografia brasileira na construção da realidade socioespacial generificada e hierarquicamente organizada. Nossas inquietações nos levam às seguintes questões: Há uma postura desconstrucionista da falsa neutralidade da ciência produzida pelos pressupostos eurocêntricos? Em que medida os debates epistemológicos e metodológicos da Geografia têm incorporado uma perspectiva não sexista? Qual é o espaço de discussão interna das epistemologias feministas no discurso geográfico brasileiro atual? Qual é o reconhecimento intelectual das geógrafas no cenário da produção do conhecimento geográfico? (Silva; Nabozny; Ornat, 2010, p. 24).

Nos parece que, no caso da Geografia Agrária, os desafios e as potencialidades são os mesmos. Desafios que, em nossa perspectiva, já começaram a ser enfrentados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELL, D. Farm boys and wild men: rurality, masculinity, and homosexuality. **Rural sociology**, v.65 I. 4, p. 547-561, 2000.

BELL, D.; VALENTINE, G. Queer country: rural lesbians and gay lives. **Journal of Rural Studies**. v. 11, n. 2, p. 113-122, 1995.

BELL, D.; BINNIE, J. Authenticating queer space: citizenship, urbanismo and governance. **Urban Studies**, v. 41, n. 9, 2009.

---

<sup>5</sup> Tradução livre do original: “at an epistemological level it meant questioning the pre-discursive constitution of geographical knowledge as heteronormative”.

- BROWN, G. Pensando Além da Homonormatividade: Explorações Performativas de Economias Gays Diversificadas. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. v. 4, n. 1, 2013.
- BROWNE, K. Imagining cities, living the other: between the gay urban idyll and rural lesbian lives. **The Open Geography Journal**, n. 1, 2008.
- BUTLER, J. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. 2ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CESAR, T. R. A. de O.; CABRAL, V. Sexualidades nas geografias ao sul do Equador: entrevista com Grupo de Estudos Territoriais (GETE). **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 3, n. 2, 2012.
- COSTA, B. P. A condição homossexual e a emergência de territorializações. 2002. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- COSTA, B. P. A relação dialética entre funcionalização e afetividade na construção do espaço urbano: a produção microterritorial e o caso das convivências homoeróticas subterrâneas ao social. **Caesura**, Canoas, n. 27, p. 45-68, 2005a.
- COSTA, B. P. A fragmentação espacial intra-urbana como expressão da multiterritorialidade na cidade. **Ágora**, v. 11, n. 2, 2005b.
- COSTA, B. P. Diversidade Cultural e Territorializações Intra-urbanas: tomando como exemplo o centro de Porto Alegre/RS. **Boletim Gaúcho de Geografia**, p. 173-188, 2000.
- COSTA, B. P. Por uma Geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade. 2007. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, p. 1241-1299, 1991.
- CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, 2002.
- DAVID, C.; MARAFON, G. J. A Geografia Rural e Agrária no Brasil: produção e divulgação do conhecimento. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 16, n. 43, p. 01-21, 2021.
- FERREIRA, D. A. O. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**, n. 16, p. 39-70, 2001.
- FERREIRA, D. A. O.; et al. As temáticas de pesquisa da Geografia Agrária nas dissertações e teses dos programas de pós-graduação em Geografia na Região Sudeste. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-22, jun., 2014.

FERREIRA, D. A. O. **Mundo rural e Geografia**: geografia agrária no Brasil de 1930-1990. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

FILETO, V. N. Colorindo a luta pela terra: espacialidades LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro. 2020. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

GONTIJO, F. G. Sexualidade e Ruralidade no Brasil: o que os estudos rurais e os estudos de gênero e sexualidade (não) dizem sobre essa relação?. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, p. 145-158, 2015.

HARRISON, M. The queer spaces and fluid bodies of nazarios's anarcoma. **Postmodern culture**. V. 19, n. 3, 2009.

MARAFON, G. J.; DAVID, C. D. A geografia rural e agrária no Brasil: produção e divulgação do conhecimento. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 16, n. 43, 2021.

MOREIRA, T. R. Lavrando a existência gay: ontofenomenologia da sexualidade-em-situação. **Dissertação**. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, 2021.

NABOZNY, Almir. **Meninas prostituídas e suas geo-grafias**. Jundiaí: Paco, 2013.

ORNAT, M. J. Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti através do Sul do Brasil. 2011. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PEAKE, L. Review of, 'Mapping Desire' by David Bell and Gill Valentine, Classic in human geography. **Progress in Human Geography**, n. 4, 2016.

PRECIADO, P. B. (Beatriz). **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

RIBEIRO, M. A. C. Prostituição de Rua e Turismo em Copacabana - A Avenida Atlântica e a Procura do Prazer. **Revista Território**, Rio de Janeiro, p. 87-99, 1997.

RIBEIRO, M. A. C.; MATTOS, R. B. Les Territoires de la Prostitution Dans les Espaces Publics de la Zone Centrale de Rio de Janeiro. **Geographie Et Cultures**, p. 9-28, 1997.

RIBEIRO, M. A. C.; MATTOS, R. B. Territórios da Prostituição nos Espaços Públicos da Área Central do Rio de Janeiro. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 15, p. 57-79, 1995.

RIBEIRO, M. A. C.; MATTOS, R. B. Territórios da Prostituição nos Espaços Públicos na Área Central do Rio de Janeiro. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 59-76, 1996.

ROSSINI, R. E. Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista. **Tese** (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

ROSSINI, R. E. Woman as Labor Force in Agricultural: The Case of the State of Sao Paulo - Brazil. **Studi Emigrazione**, v. XX, n.70, p. 221-228, 1983.

- RUA, J. Relações cidade-campo e urbano-rurais: rerepresentando as urbanidades no rural como elementos constitutivos do espaço em metropolização. **GEographia**, v. 22, n. 48, 2020.
- RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, n. 2, ano 2, p. 45-66, 2005.
- RUA, J. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. **Campo e Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.
- SALIH, S. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- SANTOS, R. A. dos. Mulheres e Geografia – reflexões pertinentes?. **Geografia em Atos (Online)**, v. 3, n. 18, p. 227–242, 2020.
- SANTOS, R. A. A participação política das mulheres agricultoras nas organizações populares e sindicais do Sudoeste do Paraná. **GeoUERJ**, v. 2, 2010.
- SANTOS, R. A.; SANTOS, L. C. T. Gênero e Corporeidade. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 1, p. 177-193, 2017.
- SILVA, J. M. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro. In: SILVA, J. M. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009.
- SILVA, J. M. A verticalização de Guarapuava-PR e suas representações sociais. **Tese** Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil, 2002.
- SILVA, J. M.; CHIMIN JUNIOR, A. B.; NABOZNY, A.; ORNAT, M. J.; ROSSI, R. Algumas reflexões sobre a lógica eurocêntrica da ciência geográfica e sua subversão com a emergência de saberes não hegemônicos. **GeoUERJ**, v. 2, p. 1-16, 2009.
- SILVA, J. M.; CHIMIN JUNIOR, A. B.; PERACETTA FILHO, E.; ROSSI, R. Geografia e gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. **Ateliê geográfico (UFG)**, v. 3, p. 38-62, 2009.
- SILVA, J. M. A forma urbana vertical e as representações sociais. **Espaço e Cultura**, v. 17, p. 17-32, 2004.
- SILVA, J. M. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. **Espaço e Cultura**, v. 22, p. 97-109, 2007.
- SILVA, J. M. Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 8, p. 31-45, 2003.
- SILVA, J. M.; NABOZNY, A.; ORNAT, M. J. A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas. **Abordagens Geográficas**, v. 1, n. 1, 2010.
- WOODS, M. Engaging the global countryside: globalization, hybridity and the reconstitution of rural place. **Progress in Human Geography**, ano 31, n.4, p. 485–507, 2007.

### **Tiago Rodrigues Moreira**

Possui graduação em Bacharelado em Humanidades pela UFVJM (2015). É graduado em Geografia - modalidade: Licenciatura UFVJM (2017) É especialista em Ensino de Geografia latu-senso DEAD-UFVJM (2018) Mestre em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas FCA/Unicamp (2019) Doutorando em Geografia pelo IG Unicamp. Trabalha, principalmente, com a abordagem fenomenológica em estudos interdisciplinares nas áreas de ciências humanas e sociais. Interessa-se por questões de corporeidade, gênero, situações, lugares. fenomenologia, geografia humanista. É pesquisador dos grupos: GHUM - Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultura; NOMEAR - Grupo de Pesquisa Fenomenologia e Geografia; GHuAPo - Grupo de Pesquisa Geografia Humanista, Arte e Psicologia Fenomenológica. Geografia e contemporaneidade da UFF; GEDIS- Grupo de Estudos sobre Discurso, Interseccionalidade e Subjetividade- UFU Integrante do LAGERR - Laboratório de Geografia dos Riscos e Resiliência" (FCA/Unicamp). Linha de pesquisa: Geografia Humanista e Fenomenologia. Interesse nas áreas de ruralidade; sexualidade; corporeidade; existencialismo sartreano.

Email: [tiagoufvjm@gmail.com](mailto:tiagoufvjm@gmail.com)

### **Eduardo Marandola Jr.**

Possui graduação (Licenciatura e Bacharelado) em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (2002 e 2003) e Doutorado em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (2008), realizando a Livre Docência na Área do Núcleo Básico Geral Comum (Sociedade e Ambiente) (2016). Atualmente é Professor Associado II (MS 5.2) da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Unicamp (campus de Limeira), onde coordena o Laboratório de Geografia dos Riscos e Resiliência (LAGERR), do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHS) e atua como Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (ICHSA). É professor também do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp. É editor da revista eletrônica Geograficidade, do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural (GHUM/UFF/CNPq), do qual é um dos coordenadores. Coordena o Nomear - Grupo de Pesquisa Fenomenologia e Geografia (FCA/Unicamp) e é vice-líder do Grupo de Pesquisa Métodos Mistos e Análises Multiníveis (FCA/Unicamp). Tem trabalhado principalmente com perspectivas fenomenológicas, discutindo ontologia, epistemologia e literatura, em busca de abordagens teórico-metodológicas da interdisciplinaridade contemporânea. Interessa-se também pela interface dos estudos urbanos, ambientais e populacionais, em especial mobilidade urbana, riscos e vulnerabilidade e experiência nos processos de mudanças ambientais.

Email: [eduardo.marandola@fca.unicamp.br](mailto:eduardo.marandola@fca.unicamp.br)



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

**Revista Mutirão**

ISSN: 2675-3472



## **O AGRO(NEJO) É POP: A violência invisível do gênero musical mais ouvido do Brasil**

**Rafael Florêncio da Silva<sup>1</sup>** 

<sup>1</sup> Doutorando do Departamento de Pós-graduação em Geografia Humana/Labur, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7864-4389>

### **RESUMO**

O presente artigo pretende apresentar o mais recente subgênero surgido na música sertaneja, o Agronejo, e analisar a sua relação com o agronegócio, tema central de suas canções, na produção de novas ideologias geográficas. Surgido por volta de 2021, o Agronejo é o gênero musical mais ouvido do Brasil no ano de 2023, e se diferencia dos estilos sertanejos anteriores como a moda de viola e o sertanejo romântico, por trazer a figura do fazendeiro, da propriedade privada da terra e dos supostos êxitos econômicos do agronegócio como temas principais da canção sertaneja. Inserido nos circuitos espaciais de produção de música sertaneja, sua análise através da Geografia se mostra como uma ferramenta importante para a interpretação crítica da territorialização do capital no Brasil através dos circuitos espaciais de produção musical que engloba produtoras musicais, feiras e exposições agropecuárias, revelando uma nova frente de expansão do agronegócio que se desdobra em diversos setores da indústria cultural como a indústria fonográfica, uma dimensão ainda pouco estudada na Geografia. Nossa análise consiste em compreender como as canções do Agronejo produzem uma identidade territorial específica na formação territorial do Brasil, e que visa disputar a hegemonia do campo da canção e da cultura nacional, manifestando as contradições da territorialização do capital na urbanização do campo brasileiro, através de ideologias geográficas.

**Palavras-chaves:** formação territorial; agronegócio; sertanejo; ideologia geográfica; música

**"The AGRO(NEJO) IS POP: The invisible violence of the most listened-to musical genre in Brazil."**

### **ABSTRACT**

This article aims to present the latest subgenre that has emerged in Brazilian country music, Agronejo, and analyze its relationship with agribusiness, a central theme in its songs, in the production of new geographical ideologies. Emerging around 2021, Agronejo is the most listened-to musical genre in Brazil in the year 2023. It differs from previous country styles such as moda de viola and romantic sertanejo by bringing the figure of the farmer, private land ownership, and the supposed economic successes of agribusiness as the main themes of

country songs. Embedded in the spatial circuits of country music production, its analysis through Geography proves to be an important tool for the critical interpretation of capital territorialization in Brazil through spatial circuits of music production that encompass music producers, fairs, and agricultural exhibitions, revealing a new frontier of agribusiness expansion that unfolds across various sectors of cultural industry such as the music recording industry—a dimension still underexplored in Geography. Our analysis aims to understand how Agronejo songs produce a specific territorial identity in the territorial formation of Brazil, seeking to dispute the hegemony of the song and national culture field, manifesting the contradictions of capital territorialization in the urbanization of the Brazilian countryside through geographical ideologies.

**Keywords:** territorial formation; agribusiness; sertanejo; geographical ideology; music

## **EL AGRO(NEJO) ES POP: La violencia invisible del género musical más escuchado en Brasil**

### **RESUMEN**

El presente artículo tiene como objetivo presentar el subgénero más reciente surgido en la música sertaneja, el Agronejo, y analizar su relación con el agronegocio, tema central de sus canciones, en la producción de nuevas ideologías geográficas. Surgido alrededor de 2021, el Agronejo es el género musical más escuchado en Brasil en el año 2023, y se diferencia de estilos sertanejos anteriores como la moda de viola y el sertanejo romántico al incorporar la figura del hacendado, la propiedad privada de la tierra y los supuestos éxitos económicos del agronegocio como temas principales de la canción sertaneja. Inserto en los circuitos espaciales de producción de música sertaneja, su análisis a través de la Geografía se revela como una herramienta importante para la interpretación crítica de la territorialización del capital en Brasil, a través de los circuitos espaciales de producción musical que abarcan productoras musicales, ferias y exposiciones agropecuarias, revelando una nueva frontera de expansión del agronegocio que se despliega en diversos sectores de la industria cultural como la industria fonográfica, una dimensión aún poco estudiada en la Geografía. Nuestro análisis consiste en comprender cómo las canciones del Agronejo generan una identidad territorial específica en la formación territorial de Brasil, y que busca disputar la hegemonía del campo de la canción y de la cultura nacional, manifestando las contradicciones de la territorialización del capital en la urbanización del campo brasileño, a través de ideologías geográficas.

**Palabras clave:** formación territorial; agronegocio; sertanejo; ideología geográfica; música

### **INTRODUÇÃO**

A ascensão do agronegócio como o principal setor econômico na composição do PIB brasileiro no início dos anos 2000 e a reprimarização da economia (DELGADO & LEITE, 2022) se relacionam dialeticamente com o crescimento da música sertaneja, que se consolidou como o principal gênero musical consumido no Brasil atualmente. A partir dos anos 90, o sertanejo rompe as fronteiras regionais da música brasileira e dos núcleos de migrantes dos grandes centros urbanos para alcançar o grande público nacional, tornando-se o gênero musical hegemônico no Brasil do séc. XXI a partir da ascensão do *sertanejo universitário*, e mais recentemente, do chamado *Agronejo*, nova vertente do sertanejo que surgiu em 2021.

Se em seus primórdios a música sertaneja cantava as agruras do modo de vida caipira e campesino, os dissabores e sofrimentos do modo de vida do campo, atualmente sob o rótulo

Agronejo ela ostenta a modernidade e a riqueza do agronegócio, funcionando como um dos principais veículos de propaganda do setor do agronegócio na cultura de massas nacional. A particularidade apresentada por este subgênero do sertanejo, é a produção de uma identidade territorial *Agro* que busca se tornar hegemônica no Brasil, e que opera como uma nova forma de interpretar a formação territorial brasileira através de um revisionismo histórico do papel do agronegócio no país. Dessa maneira, as canções do Agronejo revelam uma estratégia que visa a obliteração e o apagamento das contradições sociais e da violência do campo nos circuitos capitalistas do agronegócio em face à destruição da natureza e dos conflitos agrários pela propriedade da terra.

A relação entre agronegócio e música sertaneja é um desdobramento recente de um processo histórico que envolve a associação entre o modelo de produção do agronegócio (ALENTEJANO, 2020) e indústria cultural (ADORNO & HORKHEIMER, 2006), e se desdobra no plano ideológico para além do econômico. Inseridos no circuito espacial de produção de música sertaneja (SANTOS, 2014) constituído por produtoras de artistas sertanejos, festas de peão, feiras de exposição do agronegócio e shows enquanto lugar de produção e difusão do Agronejo, o investimento do agronegócio em artistas sertanejos leva a produção de novas ideologias geográficas (MORAES, 2005a) na cultura brasileira.

As canções deste subgênero da música sertaneja buscam apresentar os proprietários de terra supostamente como os sujeitos responsáveis pela geração e distribuição da riqueza no país, retratando as transformações socioespaciais do modo de vida e do consumo do campo urbanizado, ao mesmo tempo em que apresenta o agronegócio como uma suposta prática salvadora que une campo e cidade, gerando empregos e divisas. Ao mesmo tempo, as canções escondem o papel que o agronegócio possui sobre a crise ambiental, grilagem de terra e a violência contra as populações do campo e povos tradicionais.

Parte desse mesmo processo, é a expansão de um circuito espacial de shows sertanejos composto por feiras e exposições agropecuárias com shows ao vivo em escala regional (ALMEIDA, 2021), e que são responsáveis pela movimentação de cifras de milhões de reais entre bilheterias, cachê de shows e patrocínio de eventos. Nesse quesito, o Estado cumpre um papel fundamental através do repasse de verbas federais para os municípios que utilizam desse dinheiro, não raro destinado às áreas da saúde e educação públicas, sem qualquer controle ou fiscalização, para o pagamento de cachês milionários para artistas já estabelecidos no mainstream da música.

Essa associação entre agronegócio, indústria cultural e Estado brasileiro conforma um sistema administrado (ADORNO & HORKHEIMER, 2006) em que feiras agropecuárias e artistas sertanejos do Agronejo financiados pelo dinheiro público agem de forma incisiva na produção e difusão de um discurso ideológico em favor do agronegócio dentro da música brasileira. O objetivo deste trabalho é refletir sobre esse novo fenômeno da cultura nacional e sua relação com o agronegócio no Brasil na produção de novas ideologias geográficas no apagamento da figura do campesinato, dos povos tradicionais e da crise ambiental.

Para tratar do tema do Agronejo e sua relação com o agronegócio, estruturamos o percurso do texto abordando inicialmente o uso do conceito de indústria cultural na geografia e a relação entre o agronegócio e a indústria cultural como o mais novo desdobramento desse modelo associativo. Na segunda parte, buscamos apresentar as origens do gênero musical sertanejo na formação territorial do Brasil e a sua posterior cisão entre os termos caipira e sertanejo. Na terceira e última parte, procuramos apresentar os circuitos espaciais de produção da música sertaneja e a constituição de uma identidade Agro por parte do subgênero Agronejo e a produção de ideologias geográficas.

### **1. A relação entre o agronegócio e indústria cultural**

São recentes as pesquisas que se utilizam do conceito de indústria cultural na geografia, já que a tradição constituída sobre os estudos da área da cultura na ciência geográfica se conformam, em sua grande maioria, ao conceito de modo de vida e na relação dos grupos com o espaço geográfico. Uma questão a ser posta para a análise é a necessidade de tratar de objetos de estudo que se encontram imersos no mercado de massas para a compreensão de fenômenos que se relacionam com a ciência geográfica. Não é o objetivo deste artigo problematizar a discussão em torno do uso do conceito de indústria cultural na geografia, mas tecer um breve comentário sobre a importância desse conceito para se pensar as análises geográficas.

Quando tratamos de um objeto como a canção popular, ela possui diversas nuances. Ela pode ser a manifestação popular de comunidades e grupos de matrizes religiosas e étnicas circunscritos a determinados territórios ou regiões, mas também é parte de um circuito espacial de produção em escala industrial, como é o caso da música popular brasileira, que engloba diversos gêneros musicais para consumo de um público diverso.

Portanto, o uso do conceito de indústria cultural interessa aos geógrafos, pois a dissolução dos laços comunitários que compõe o modo de vida de determinados grupos e sua separação em diversas esferas do cotidiano é inerente tanto ao processo de urbanização do

território quanto à territorialização do capital no campo, em que a cultura passa a ser mediada através forma mercadoria. Tomando como objeto o Agronejo, o mais recente subgênero da música sertaneja, pretendemos mostrar como a relação entre agronegócio e música sertaneja é um desdobramento recente de um processo histórico que envolve a associação entre o modelo de produção do agronegócio e indústria cultural. Portanto, o presente artigo também é um convite para que os geógrafos se lancem ao debate sobre o uso crítico do conceito de indústria cultural nas análises geográficas.

O termo agronegócio é originário da palavra inglês *agribusiness*, noção cunhada nos Estados Unidos por John Davis e Ray Goldberg na década de 1950 na Universidade de Harvard, em que o termo buscava compreender o funcionamento integrado de um conjunto de sistemas: agrícolas, pecuário, industrial, mercantil e financeiro (MENDONÇA, 2013). Traduzido para *agronegócio*, o termo foi introduzido no debate político brasileiro durante a década de 1990 articulado por setores do governo, latifundiários, grandes empresas do setor agropecuário e mídia, em um esforço de construção de uma imagem pública positiva do *agribusiness* como resposta para o apoio popular que a reforma agrária e a criação de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST recebia no momento, marcado pela queda generalizada do preço da terra no país durante o período (ALENTEJANO, 2020).

No início da década de 2000, o aumento da demanda mundial de commodities impulsionado pela economia chinesa favoreceu a exportação de produtos agropecuários no Brasil e na América Latina, configurando o chamado “consenso das commodities”, em que as economias latino – americanas foram reprimarizadas, e a dinâmica de desapropriação se acentuou de forma violenta, com a destruição da biodiversidade a expulsão e desterritorialização de camponeses, indígenas, quilombolas, dentre outras populações tradicionais (BRINGEL & SVAMPA, 2023).

Durante esse período, o agronegócio no Brasil se consolidou como um sistema associativo do capital agroindustrial e do latifúndio sob o apoio patrimonialista do Estado (DELGADO, 2006), capital fictício (PITTA, 2016), e patrocínio ideológico da imprensa empresarial (ALENTEJANO, 2020). Neste momento do processo de modernização brasileiro, a indústria cultural surge como uma nova frente de expansão desse sistema associativo do agronegócio, que busca incorporar diversos setores da indústria cultural como estratégia para a sua reprodução.

A importância da associação entre indústria cultural e agronegócio como uma nova frente de expansão deste setor já foi abordada pelos geógrafos Yamila Godfarb e Marco Mitidiero Júnior, que apontam para a intensificação de investimentos empreendidos pelo agronegócio junto aos principais canais dos meios de comunicação do país através campanha publicitária “Agro - A Indústria - A Riqueza do Brasil”, e que busca criar um consenso na sociedade de que este seria o setor mais dinâmico, moderno e importante da economia brasileira em que a presença do “Agro é tudo”, captura dimensões não só econômicas, mas sociais, políticas e culturais do cotidiano nacional (GOLDFARB & JÚNIOR, 2021; DELGADO & LEITE, 2022).

Para a pesquisadora Ana Chã, a atual construção da hegemonia do setor de commodities agrícola que opera no campo econômico e político do agronegócio se desdobra também no plano ideológico. A atuação no campo da comunicação e cultura articulada às ações e políticas culturais promovidas pelas empresas do agronegócio ao mobilizarem a cultura e a arte, na sua forma mercadoria, fazem com que estas não operem como um simples acessório. Através da indústria cultural, cultura e arte exercem um papel cada vez mais importante no projeto do agronegócio na busca da construção de um imaginário coletivo que seja favorável a naturalização das relações de dominação de classe, abrandamento das lutas sociais e integração da população ao consumo no modelo do agronegócio que se territorializa (CHÃ, 2016).

Parte da nossa perspectiva é a de que a sustentação ideológica do agronegócio se encontra não só na grande imprensa empresarial, mas em outros setores da indústria cultural, como a indústria fonográfica, especificamente na produção de um modo de subjetivação de uma identidade nacional favorável ao modelo do agronegócio. Parte disso são os circuitos espaciais de produção de música sertaneja, onde novas produtoras musicais parte desse circuito se dedicam unicamente à produção do subgênero do Agronejo, como a *Agroplay*, sediada em Londrina- PR<sup>1</sup>.

## **2. A formação da música sertaneja no processo de formação territorial**

Segundo Antônio Carlos Robert Moraes (2016), a constituição de um território é um processo cumulativo, em contínuo movimento, em que o desenvolvimento histórico se faz sobre e com o espaço terrestre. Esta posição é a de que toda a formação social é também territorial, pois necessariamente se espacializa (MORAES, 2016). Na perspectiva de nossa

---

<sup>1</sup> Agroplay, 2023. In: <https://br.linkedin.com/company/agroplaymusic> Acessado em: 02/07/2023

pesquisa, enquanto fenômeno espacializável e histórico, a música brasileira é parte da formação territorial do país. Segundo o historiador Gustavo Alonso (2015), uma genealogia da música sertaneja pode ser traçada até o início do século XX, quando as músicas vindas do interior eram todas classificadas com o rótulo “sertanejo”, sem distinção de ritmos e gêneros. Em 1913, o disco da canção “A viola está magoada”, autoria de Catulo da Paixão Cearense e cantada por Bahiano, vinha com o selo em que o gênero musical expresso era “Samba Sertanejo” (ALONSO, 2015).

Nesse período, a definição das fronteiras regionais entre estilos musicais ou mesmo a especialização dos músicos por gênero não estava posta, e os afetos do início do século passado correspondiam à ocupação geográfica do território, em uma oposição entre interior e litoral. A partir da década de 1930, momento em que se esboça a industrialização no Brasil durante o Estado Novo, o Sertão e seus elementos idílicos passam a se fixar no imaginário popular. O processo de internalização da metrópole em andamento na cidade do Rio de Janeiro, modelo de civilização e urbanização nos moldes europeus na primeira metade do século XX, é que configura as outras regiões do país em oposição, enquanto Sertão, o “Outro” geográfico (MORAES, 2002).

Para Moraes (2003), o Sertão não é um tipo empírico de lugar, com atributos do meio natural como clima, o relevo, ou as formações vegetais que lhe conferem originalidade, ou mesmo elementos da paisagem modificados pela ação antrópica. O Sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares, um símbolo imposto em certos contextos históricos a determinadas condições locais. O Sertão não trata de uma materialidade da superfície terrestre, mas de uma realidade simbólica, uma ideologia geográfica (MORAES, 1986) que só pode ser definida em oposição a uma outra situação geográfica que apareça como sua antítese. Essa construção imagética do Sertão enquanto um vazio territorial a ser conquistado, civilizado e desenvolvido economicamente é parte dos argumentos utilizados para a expansão das frentes agrícolas sobre territórios que ainda conservam a biodiversidade e para a expulsão das populações que habitam esses lugares.

O lugar que o samba passa a ocupar a partir da década de trinta do séc. XX enquanto identidade cultural nacional e urbana, bem como as estilizações que o próprio samba passava ao fixar o *paradigma do Estácio* (SANDRONI, 2001) em suas composições, passa a organizar a separação do samba de outros gêneros, como o sertanejo. A disputa no campo cultural em torno da definição do tipo social caipira/sertanejo do interior do território brasileiro começa a se separar, com o caipira sertanejo, comumente denominado pela alcunha de caboclo, se

restringindo à região de São Paulo e estados do entorno. Nesse sentido, a figura de Cornélio Pires é essencial para a inserção dos termos caipira e o sertanejo na cultura popular através da indústria fonográfica. Cornélio foi um jornalista e folclorista nascido na cidade de Tietê, São Paulo, e responsável pelas primeiras gravações de música caipira/ sertaneja que se tem registro na história, em 1929.

Até os anos 1950, os termos caipira e sertanejo na música ainda eram intercambiáveis na indústria cultural. A partir dessa década, com o influxo das influências externas da cultura mundial na cultura brasileira, e a constituição e fortalecimento do discurso nacional-popular junto ao folclorista, surge a distinção entre esses dois termos. A autonomização entre os termos caipira e sertanejo se realiza por meio dos processos de constituição e desenvolvimento da indústria cultural na produção e consumo da cultura no mercado interno, concomitante às análises produzidas pelos intelectuais e acadêmicos da Universidade como Antônio Cândido, Inezita Barroso e os intelectuais da *Revista da Música Popular*, periódico fundado em 1954.

A música caipira seria aquela “pura” e “autêntica”, que não sofreria a influência estrangeira e que representava o camponês brasileiro, e a música sertaneja, um som “corrompido” pela moda internacional e, portanto, representante da indústria cultural e da modernização capitalista. Para os autores José Carlos Martins (1975), José de Souza Martins (1975) e Waldenyr Caldas (1978), não sem depreciação<sup>2</sup>, os sertanejos aceitariam a modernidade capitalista sem maiores críticas, enquanto peças da indústria cultural e instrumentos da “ideologia” da elite capitalista, a fim de esconder do povo a sua condição de explorado, mantendo os camponeses “alienados” através das canções sertanejas sobre amores perdidos e lamentos.

Se o sertanejo da primeira metade do séc. XX buscava um retrato idílico do Sertão na organização dos afetos populares, o sertanejo atual busca a identificação com o urbano. Para a pesquisadora Luciana Schleder Almeida (2021), a identificação do gênero musical do *sertanejo* com o apodo *universitário* junto a esse circuito de feiras marca o distanciamento do sertanejo romântico e de aspectos idílicos do campo dos anos 1990 ao incorporar a urbanidade associada ao aumento das instituições de ensino superior. De acordo com a reportagem do Tab UOL, a música sertaneja movimentou cifras de dezenas de bilhões de reais entre bilheterias de shows,

---

<sup>2</sup> “O título de um artigo do sociólogo José de Souza Martins sobre o tema já dizia tudo: “Música sertaneja: a dissimulação na linguagem dos humilhados”, escrito em 1975. O sociólogo Waldenyr Caldas seguiu linha parecida: “Os laivos deixados pelo barbitúrico da canção sertaneja nublam [...] o viver sombrio do proletariado paulista”, escreveu Caldas em *Acorde na aurora: música sertaneja e indústria cultural*, publicado em 1977. Para ele não havia meio-termo: “O compositor sertanejo é, na grande maioria, desprovido de maior aptidão intelectual [...] [e sua música cai,] quase sempre, com raríssimas exceções, no anedotário, no ridículo.” (ALONSO, 2015, p.25)

cachês de artistas e patrocínios de eventos, a exemplo da feira de Barretos, que movimentou cerca de 900 milhões de reais em 2019, o que indica uma mudança estrutural em relação ao mercado de cultura de massas no Brasil, que passa a concentrar grandes eventos em cidades médias.

### **3. Os circuitos espaciais de produção da música sertaneja e o poder simbólico da nova ruralidade brasileira**

Entendemos o espaço geográfico como produto e como produtor das relações sociais. Por consequência, a lógica de espacialização da música sertaneja é considerada a partir do conceito de circuitos espaciais de produção, que envolve as “diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final” (SANTOS, 2014, p. 56) A produção musical do sertanejo se inicia no processo de planejamento do artista enquanto produto e estratégia de marketing comercial, na composição e seleção do repertório próprio ao artista, a contratação de músicos tanto para a gravação em estúdio quanto para a execução das canções em shows ao vivo, a organização de um circuito rotativo de shows e o lançamento das músicas nas plataformas de streaming do espaço virtual a fim de atingir o consumidor final.

Parte importante do circuito espacial de produção da música sertaneja são as feiras agropecuárias, a exemplo das que ocorrem nas chamadas “Cidades sem infância” (SEABRA & MARTINS, 1993). Abertas nos anos 1970 por frentes pioneiras, essas cidades são o resultado de uma estratégia de ocupação e colonização interna do território pelo Estado brasileiro mormente no Centro-Oeste, em que os intensos fluxos populacionais vindos da região Sul do país e financiados pelo Estado (HAESBAERT, 1997) fizeram surgir rapidamente lavouras, estradas e núcleos urbanos expandindo a fronteira sobre áreas de floresta e ampliando o arco do desmatamento, impelindo comunidades ribeirinhas e indígenas a abandonar seus territórios. Segundo os pesquisadores Odette Seabra e Sérgio Martins (SEABRA & MARTINS, 1993), no início dos anos de 1990, a forma urbana das “Cidades sem infância” apresentava a forma difusa de frente pioneira, e “Nem mesmo o banco, centro de negócios, consegue estabelecê-la. O elemento da forma urbana mais esclarecedor é, ao mesmo tempo, o mais irrisório: a estrada, por onde se chega, e por onde se parte” (Ibidem, p.21, 1993).

Com a territorialização do agronegócio, a cidade de Sorriso, que desde de 2011 apresenta o maior PIB agropecuário do Mato Grosso, promove a Exposorriso, que junto às cidades vizinhas de Lucas do Rio Verde (Expolucas), Sinop (Exposinop) e Nova Mutum

(Expomutum), promove um grande circuito de feiras agropecuárias que correspondem a uma nova urbanidade do campo, em que máquinas agrícolas, estabelecimentos comerciais dos mais diversos e o aumento das instituições de ensino superior se encontram no circuito de feiras, que possui um papel fundamental, o de incorporar as aspirações modernas do campo que operam na composição de uma imagem construída do agronegócio como prática pretensamente salvadora que uniria campo e cidade, gerando empregos e divisas (ALMEIDA, 2011).

Esse circuito de feiras corresponde às festividades nas quais as elites, oriundas das famílias de colonos e que identificam-se enquanto “gaúchas” (HAESBAERT, 1997) exercem seu poder simbólico e representações simbólicas dominantes da nova ruralidade brasileira, promovendo shows musicais e rodeios em que o “O cruzamento entre agronegócio e sertanejo universitário revela que o aparato ideológico de justificação das atividades produtivas agroindustriais na esfera pública vai além da apologia economicista, incluindo artifícios ligados à indústria cultural.” (ALMEIDA, p.370, 2021). Segundo o produtor musical Paulo Cesarino, proprietário do estúdio de gravação Up Music e que já gravou sertanejos como Michel Teló e Gustavo Lima, “A alta do PIB agropecuário está ligada ao crescimento da música sertaneja no Brasil. Como o sertanejo vive de vender músicas nas feiras agropecuárias, foi privilegiado” (ZOCCHIO, 2018).

Parte desse circuito espacial de produção de música sertaneja são as novas produtoras especializadas no subgênero como a *Agroplay*, fundada no final de 2021. A *Agroplay*, sediada em Londrina no Paraná, conta com mais de 250 funcionários e com as divisões *Agroplay Records*, gravadora, *Agroplay Hits*, editora musical e a *Agroplay Verão*, uma espécie de “laboratório de estudos da empresa” para novos formatos de apresentação para o público. Sócios no empreendimento, Rodolfo Alessi e Raphael Soares da dupla Léo & Raphael, ambos músicos, identificaram que no mercado faltava um artista que representasse o “Agro” e confeccionaram uma estratégia de mercado.

Os músicos/ empresários elaboraram um repertório musical sobre o tema “Agro” e desenharam o conceito de artista que se encaixaria no perfil do agronegócio, e através de um vídeo viral na plataforma Instagram, encontraram Ana Castela, então com 18 anos. Filha de fazendeiros brasiguaios, segundo Raphael, atendia o perfil esperado pela empresa “A gente sabe a representatividade que isso faria no mercado, no Brasil inclusive. Porque são tantas as meninas desse interior que vivem essa realidade” (NEVES, 2023).

Parte desse processo dos circuitos espaciais de produção da música sertaneja, parece ser o investimento em artistas e terras feito pelas duplas sertanejas. Aleksandro Correia, da dupla

Conrado & Aleksandro, conta em entrevista que é comum artistas maiores realizarem seus investimentos em diversos artistas promissores, ao invés deste receber o aporte de uma gravadora ou de um único empresário, prática da indústria fonográfica típica do séc. XX (DIAS, 2008). De acordo Aleksandro, o investimento inicial em um artista é de no mínimo um milhão de reais "Esse é o custo de pelo menos um sucesso no top 20 de rádio ou do Spotify" (D'ELIA, 2020).

### **3.1 A constituição de uma identidade Agro na produção de novas ideologias geográficas**

Para Gustavo Alonso (2023), o subgênero do Agronejo que teria surgido em 2021, dá um passo à frente na relação entre o sertanejo universitário e o agronegócio, ao fazer da alta produtividade de soja e gado no Brasil o grande tema de suas canções. Essa nova vertente do sertanejo busca operar uma máquina de propaganda do agronegócio, nos moldes do “agro tech e pop”. O clipe da canção “Os Menino da Pecuária”, da já citada dupla paranaense Léo & Raphael, exhibe dados estatísticos da produção nacional da agropecuária sobrepostos as imagens de um pasto cheio de cabeças de gado. Outra dupla paranaense, Adson & Alana, no clipe da canção “Galera da rodagem”, mostra uma frota de caminhões transportando soja produzida pelo agronegócio saindo de uma fazenda e percorrendo a rodovia BR 153 para, de acordo com a canção, levar "a comida para a cidade". Em comum, essas canções apresentam o argumento de que o agronegócio seria responsável direto pela produção de riquezas no Brasil, buscando apresentar os interesses da agroindústria como interesse de toda a população.

Na canção acima citada, “Meninos da Pecuária”<sup>3</sup>, da dupla paranaense Léo & Raphael, A personagem da canção diz não possuir carro importado, mas uma Hilux e várias “Ferraris no pasto”, em que o refrão diz: “Não é a toa que o PIB começa com P, de pecuária”, ostentando a riqueza do campo urbanizado. Em “Caipira Forever”, de Hugo & Castellari feat Us Agrobroy, o eu lírico da canção censura o ouvinte, ao indagá-lo, em tom acusativo “Falando mal da roça com a cerveja na mão, Aham! Cê é o brabo! Falando mal do agro com a picanha no prato, De onde vem a gela que cê bebe e a carne que cê come?”, seguido pelo refrão “É por causa de nós que até o produto inteiro é bruto”.

O tom de fartura e acesso a esses bens aparece então como resultado direto da indústria do agro, responsável pela produção de alimentos e pela riqueza do PIB. É um escândalo a violência vinculada por essas canções, dada não só pela propaganda enganosa, mas pela

---

<sup>3</sup> Atualmente, o clipe da dupla no Youtube conta com mis de 95 milhões de views. Meninos da Pecuária. Youtube, 2022. In: <https://www.youtube.com/watch?v=9bibdQXOqyM> Acessado em 08/07/2023

exclusão e silenciamento dos pequenos produtores rurais na construção do Agro como um agente responsável pela produção de alimentos da população. A canção, que comemora a fartura do campo, nega através da propaganda enganosa o drama coletivo da insegurança alimentar, momento em que o Brasil retornara ao mapa da fome<sup>4</sup>, em uma operação de invisibilização dos famélicos e da criação do mito de que a riqueza do agronegócio é que sustenta a economia e a população brasileira.

A identificação dos músicos do Agronejo e do público com as aspirações modernas do campo operam na composição de uma imagem construída do agronegócio e que se legitima através das canções do Agronejo. Ou seja, o modelo de desenvolvimento das forças produtivas é capaz de organizar a imaginação no debate nacional (SCHWARZ, 1999) e a produção do campo cultural, onde “a indústria fonográfica expressa aspectos do debate nacional sobre modelo de desenvolvimento” (ALMEIDA, p.369, 2021). Mais do que uma simples propaganda do agronegócio, as canções do Agronejo expressam as mudanças que ocorreram no processo de modernização do campo quanto às relações sociais nos últimos trinta anos, ao propor um tipo de identidade do agronegócio que se coloca como nacional, à exemplo da canção de Adson & Alana, “País do Agro”:

Me desculpe a Bossa Nova e a MPB  
Mais o Sertanejo é o som do Brasil  
A gente lança a moda sem tá na TV  
Nosso jeitão Caipira agora explodiu

Bota Adson & Alana e rasga os alto falante  
A nossa pegada é forte  
Bota cerveja gelar, churrasco e batidão  
Nós é o pipoco do trovão...

Nome é Brasil, Sobrenome Rural  
Não é mais o País do Carnaval

---

<sup>4</sup> Conforme explicita a reportagem do portal de notícias G1, “Brasil tem mais de 21 milhões de pessoas que não têm o que comer todos os dias e 70,3 milhões em insegurança alimentar, diz ONU” G1, 2023. In: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/12/brasil-tem-101-milhoes-de-brasileiros-passando-fome-e-703-milhoes-em-inseguranca-alimentar-aponta-onu.ghtml> Acessado em 12/07/2023.

No mundo inteiro é respeitado  
Brasil agora é o País do Agro

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As canções do Agronejo buscam apresentar uma identidade Agro que personifica o modo de vida do campo urbanizado. Partindo da dimensão simbólica e da identidade regional dos colonos gaúchos das frentes pioneiras (HAESBAERT, 1997), o ponto de vista do eu lírico do Agronejo é o do proprietário de terras que plantou as primeiras mudas de soja e tem o seu pioneirismo e trabalho árduo recompensados através do acúmulo de bens e propriedades, gerando cada vez mais riquezas para o país, em contraposição à indústria e o setor de bens e serviços próximos das capitais litorâneas. Canções como “A roça venceu”, da dupla paranaense Antony e Gabriel, ou “Respeita o Agro” do cantor mato-grossense Loubet, apresentam um movimento de expropriação e colonização das narrativas das populações historicamente excluídas (como “A favela venceu” e “Respeita às mina”, respectivamente), apropriando-se de discursos e ritmos de gêneros musicais marginalizados, como o funk.

Uma particularidade importante sobre o Agronejo, é que diferente dos outros subgêneros da música sertaneja, o Agronejo busca disputar as identidades territoriais do país, como foi demonstrado na breve análise da já citada dupla Adson & Alana, na canção “País do Agro” que introduz tal disputa entre identidades em relação à outros gêneros como a Bossa Nova e a MPB, ou mesmo o carnaval como a festa popular de maior expressão nacional, mais identificados com a urbanidade “Me desculpe a Bossa Nova e a MPB, Mais o Sertanejo é o som do Brasil (...) Nome é Brasil, Sobrenome Rural, Não é mais o País do Carnaval, No mundo inteiro é respeitado, Brasil agora é o País do Agro”.

As canções do subgênero buscam apresentar um conjunto de paisagens enquanto “vazios demográficos” (MORAES, 2002), que somadas à meritocracia do suposto trabalho pioneiro, compõem uma ideologia geográfica própria do Agronejo. Tal ideologia romperia com o imaginário desenvolvimentista industrial, de sentido de urbanidade e de caráter nacional que caracterizou grande parte da produção musical da MPB, particularmente a produção de Caetano Veloso (SILVA, 2018) marcada pela conciliação de raça e classe, ao propor a produção de soja e gado como único modelo possível de desenvolvimento econômico e social para o Brasil. Síntese da identidade Agro, a figura do fazendeiro patriota com a bandeira do Brasil enquanto único sujeito desse processo é representada através da estética *country* norte americana (ALEM, 2005), introduzida no Brasil na segunda metade dos anos 1980 pela dupla

Chitãozinho e Xororó (ALONSO, 2015), após uma viagem à cidade de Nashville no estado de Tennessee, EUA, centro da música *country* estadunidense.

Nossa hipótese consiste em que a identidade territorial formulada pelo Agronejo é a manifestação das contradições da territorialização do capital na urbanização do campo brasileiro, que se manifestam na forma de ideologias geográficas. Tal relação se apresenta nas canções através da apologia à terra mercantilizada, em que proprietários cantam à propriedade, em ampla oposição à alteridade, promovendo a dessolidarização contra o que se apresenta como diferente da figura do proprietário. Tal oposição a alteridade apresentada pelas canções do Agronejo busca submeter ou apagar a existência dos povos indígenas, quilombolas, camponeses e demais populações tradicionais dos conflitos no campo pela terra, bem como os biomas originários e a agressão ao meio ambiente, ao mesmo tempo que invisibiliza as minorias e populações periféricas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER. Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia. **Revista Tamoios**, [S.l.], v. 16, n. 1, maio 2020. ISSN 1980-4490. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50242>. Acesso em: 13 dez. 2022. doi:<https://doi.org/10.12957/tamoios.2020.50242>.

ALEM, J. M. (2005). Rodeios: a fabricação de uma identidade caipira-sertanejo-country no Brasil. *Revista USP*, (64), 94-121. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i64p94-121>

ALMEIDA, Luciana Schleder. Pandemia, “Agro” e “Sofrência”: Jornalismo, Propaganda e Entretenimento no debate público sobre o modelo agrícola. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)* [online]. 2021, v. 34, n. 73 [Acessado 27 Outubro 2022] , pp. 367-383. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2178-149420210208>>.

ALONSO, G. O Sertão vai à faculdade: o sertanejo universitário e o Brasil dos anos 2000. *Revista Perspectiva Histórica*, Salvador, n. 2, p. 99-111, 2012.

ALONSO, G. *Cowboys do Asfalto: música sertaneja e modernização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella. Do “Consenso das Commodities” ao “Consenso da Descarbonização”. In: Elefante Editora, set 2023. Disponível em: <https://elefanteeditora.com.br/do-consenso-das-commodities-ao-consenso-da-descarbonizacao/> Acessado em: 06/07/2023.

CHÃ, A. M. J. Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. 2016. 159f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2016.

COSTA, Rogério H. da. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

DELGADO, Guilherme; LEITE, Sérgio Pereira. O agro é tudo? Pacto do agronegócio e reprimarização da economia. Revista Rosa, S.Paulo/SP, Brasil, <https://revistarosa.com>, issn 2764-1333. Disponível em: <https://revistarosa.com/6/agro-e-tudo>. Acesso em: 14 abr. 2023.

D’ELIA, Renata. Monocultura Sonora. Como e por que a música sertaneja se tornou tão popular de norte a sul do Brasil. TAB UOL, out 2020. Disponível em: <https://12ft.io/proxy?q=https%3A%2F%2Ftab.uol.com.br%2Feducacao%2Fsertanejo%2F%23page8> Acessado em: 06/08/2020.

GOLDFARB, Yamila; JÚNIOR, Marco Antônio Mitidiero. O Agro não é Tech, O Agro não é Pop e muito menos tudo F. C. Schincariol. - São Paulo : Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil. Disponível em: < chrome extension://gphandlahdpffmccakmbngmbjnjjiahp/https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319.pdf> Acessado em: 12 mar. 2023.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.8.2013.tde-26062013-114407. Acesso em: 2023-09-24.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Ideologias geográficas. São Paulo, Annablume, 2005a.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Território e História no Brasil. São Paulo, Annablume, 2005b.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Sertão: Um “Outro” Geográfico. *Terra Brasilis – Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil*. Anos III – IV, N. 4 – 5 – Território, 2002 – 2003 Rio de Janeiro, RJ.

PITTA, Fábio Teixeira. As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008. 2016. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2016.tde-10052016-140701. Acesso em: 2023-09-24.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima; MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio. A cidade sem infância no universo pioneiro da soja. *TRAVESSIA - revista do migrante, [S. l.]*, n. 15, p. 19–21, 1993. DOI: 10.48213/travessia.i15.343. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/343>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SILVA, Rafael Florêncio da. A construção já é ruína: a tropicália de Caetano Veloso sob o processo de modernização do território brasileiro. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.8.2018.tde-09102018-131017. Acesso em: 2024-02-20.

SCHWARZ, Roberto. Sequências brasileiras. Ensaio. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ZOCCHIO, Guilherme. Nova música sertaneja pega carona na alta do agronegócio no Centro-Oeste. Feiras agropecuárias impulsionam gênero, que divide espaço com rock. Folha de São Paulo, mar 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2018/03/nova-musica-sertaneja-pega-carona-n>

[a-alta-do-agronegocio-no-centro-oeste.shtml#:~:text=%E2%80%9CA%20alta%20do%20PIB%20agropecu%C3%A1rio,afirma%20Cesarino%2C%20do%20Up%20Music. Acessado em:](#)

04/04/2023

---

**Rafael Florêncio da Silva**

Doutorando e mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Possui bacharelado e licenciatura pela mesma universidade. Integra o Grupo de estudos de crítica do valor-cisão do LABUR (Laboratório de Geografia Urbana) da USP, atualmente formalizado como Grupo de pesquisa CNPq Territorialização do capital, mobilização do trabalho: da colonização à periferização do território. É parte do coletivo Editorial Igrá Kniga.

Email: [rafael.florencio.silva@usp.br](mailto:rafael.florencio.silva@usp.br)



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

# Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## Financeirização do setor sucroenergético no Vale do Ivinhema (MS): breves considerações a partir do RenovaBio

Larissa Chiulli Guida<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Mestra em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil.  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-5932-8294>

### RESUMO

A financeirização do agronegócio brasileiro é marcada pela concentração e centralização do capital financeiro através, sobretudo, da territorialização de empresas transnacionais. As transformações recentes no setor sucroenergético são emblemáticas deste contexto nacional. Concomitante à crescente oferta de diversos instrumentos de financiamentos específicos para a agropecuária, abrange-se no Brasil os programas de subsídios e captação de recursos para uma “economia verde”, beneficiando também a produção agrícola. A Lei do Programa RenovaBio é aprovada nessa conjuntura, ela objetiva reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) através da regulação do mercado de créditos de descarbonização (CBios). Por ser o principal produtor de biocombustível (etanol) o agronegócio sucroenergético é o mais favorecido pelo programa. Nesta pesquisa, interpreta-se o RenovaBio como o mais novo instrumento financeiro para o referido setor e que tende a agravar os problemas fundiários, sociais e ambientais provenientes dele. O caso de um empresa transnacional que foi a primeira a negociar CBios e, mas que, ao mesmo tempo, responde por processo de danos ambientais provocados por pulverização de agrotóxicos corrobora sobre a relação complexa entre finanças, agronegócio e “transição verde”.

**Palavras-chaves:** Adecoagro; finanças verdes; impactos ambientais.

## Financialization of the sugar-energy sector in Vale do Ivinhema (MS): brief considerations from RenovaBio

### ABSTRACT

The financialization of Brazilian agribusiness is marked by the concentration and centralization of financial capital through, above all, the territorialization of transnational companies. Recent transformations in the sugar-energy sector are emblematic of this national context. Concomitantly with the growing supply of various specific financing instruments for agriculture, subsidy and fundraising programs for a “green economy” are increasing in Brazil, also benefiting agricultural production. The RenovaBio Program Law was approved at this juncture, it aims to reduce GHG emissions through the regulation of the decarbonization credits market (CBios). As the main producer of biofuel (ethanol), sugar-energy agribusiness is the most favored by the program. In this research, RenovaBio is interpreted as the newest financial instrument for this sector and which tends to worsen the land, social and environmental problems arising from it. The case of a transnational company that was the first to

negotiate CBios and, at the same time, is being sued for environmental damage caused by pesticide spraying corroborates the complex relationship between finance, agribusiness and “green transition”.

**Keywords:** Adecoagro; green finance; environmental impacts.

## **Financiarización del sector sucroenergético en Vale do Ivinhema (MS): breves consideraciones de RenovaBio**

### **RESUMEN**

La financiarización del agronegocio brasileño está marcada por la concentración y centralización del capital financiero a través, sobre todo, de la territorialización de las empresas transnacionales. Las recientes transformaciones en el sector sucroenergético son emblemáticas de este contexto nacional. Paralelamente a la creciente oferta de diversos instrumentos financieros específicos para la agricultura, en Brasil están aumentando los programas de subsidios y recaudación de fondos para una “economía verde”, lo que también beneficia la producción agrícola. En esta coyuntura se aprobó la Ley del Programa RenovaBio, que tiene como objetivo reducir las emisiones de GEI a través de la regulación del mercado de créditos de descarbonización (CBios). Como principal productor de biocombustibles (etanol), la agroindustria azucarenergética es la más favorecida por el programa. En esta investigación, RenovaBio se interpreta como el instrumento financiero más novedoso para este sector y que tiende a agravar los problemas territoriales, sociales y ambientales que del mismo se derivan. El caso de una transnacional que fue la primera en negociar CBios y, al mismo tiempo, está siendo demandada por daños ambientales causados por fumigaciones con pesticidas corrobora la compleja relación entre finanzas, agronegocios y “transición verde”.

**Palabras clave:** Adecoagro; finanzas verdes; impactos ambientales.

### **INTRODUÇÃO**

No Brasil a atividade econômica denominada comumente por agronegócio vivenciou nas últimas décadas (principalmente a partir dos anos 2000) uma reestruturação na forma de investimentos e produção, sendo promovida e incentivada por um conjunto de políticas públicas que ocasionou maior presença do capital financeiro, principalmente por meio do sistema de créditos e monopólio da produção e comercialização por empresas transnacionais, consolidando o que Delgado (2012) definiu como um projeto da economia política do agronegócio.

O setor sucroenergético nacional é um caso emblemático desta reestruturação do agronegócio brasileiro, nele ocorreu uma reorganização que promoveu grande concentração e centralização do capital financeiro sobretudo, pelo maior entrelaçamento de diferentes mecanismos financeiros, seja por via de programas governamentais de financiamento ou pela entrada de empresas transnacionais (OLIVEIRA, 2010; 2016; PITTA et. al, 2014; BERNARDES; CASTILLO, 2019; BOECHAT, 2020).

De maneira geral, no caso particular da agroindústria canavieira, o contexto desta recente financeirização está atrelado à confluência de diversas crises do mercado de finanças global. Como (i) o esgotamento de reservas mundiais de petróleo e a crescente demanda pela transição energética, especialmente por biocombustíveis e

agroenergia; (ii) a crise do início dos anos 2000, com a quebra de bolsas de empresas de tecnologia, que forçou a migração do capital financeiro para outros setores, sendo um dos pilares do chamado *boom das commodities*. Segundo Boechat (2020, p.15) este fenômeno se “materializou numa enorme expansão do agronegócio sucroenergético [...], entrelaçando-se com o capital financeiro e seus novos mecanismos, e abrindo as portas para investimentos de grupos estrangeiros interessados nessa expansão [...]”

Conseqüentemente, esse movimento de financeirização no agronegócio sucroenergético refletiu e retroalimentou a posição do Brasil no mercado mundial de produção de açúcar, no período entre 2001 e 2010 o país foi responsável pela produção de aproximadamente 90% de toda a cana-de-açúcar comercializada. “No cômputo geral, houve no planeta um aumento total de cerca de 428 milhões de toneladas de cana entre as safras de 2001 e 2010, sendo que apenas o Brasil contribuiu com 372 milhões (87% do total)”, como demonstra a pesquisa Sampaio (2019, p.24).

Todavia, ao lado da expansão da produção de açúcar, o setor também foi impulsionado pela produção de etanol proveniente da cana-de-açúcar, principalmente a partir de 2003, quando a política energética nacional passou a incentivar massivamente a produção de biocombustíveis, tanto para o mercado interno, quanto para a exportação, conforme apontam Castillo e Sampaio (2019).

Portanto, a agroindústria canavieira passou a ser um dos grandes representantes da política de reestruturação do agronegócio brasileiro justamente pela possibilidade de extrair da cana-de-açúcar diferentes produtos: açúcar, etanol e energia elétrica, sendo classificada como uma *flex crops*. De acordo com Borrás Jr. et. al. (2015), tais culturas flexíveis (tradução livre para *flex crops*) correspondem às *commodities* agrícolas que possuem múltiplos usos, como alimentação, ração animal, biocombustível e energia.

Dessa forma, o contexto mundial do debate sobre a transição energética estimulou muitos países a alavancarem determinadas cadeias produtivas que também servem como matérias-primas para a agroenergia, ou melhor, estimulou a produção de *flex crops*. Neste particular, o Brasil de certa maneira possui uma vantagem em relação aos demais países, pois desde a década de 1970 o biocombustível é dinamizador da cadeia de cana-de-açúcar. Foram inúmeros apoios governamentais desde o Proálcool (Programa Nacional do Álcool) de 1975 até a criação do Departamento de Biocombustíveis do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em 2007 (SAMPAIO, 2019).

Atualmente, o RenovaBio (Política Nacional de Biocombustíveis) é a mais recente política pública que incentiva e fomenta a produção de bioenergia e que atinge o setor sucroenergético nacional. Ela foi criada pela Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, como resposta ao compromisso que o governo brasileiro assumiu na COP21 (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas) para redução de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) e aumento da produção de energias renováveis (MME, 2023). O RenovaBio pode ser entendido como instrumento econômico-financeiro que tem procurado regulamentar o mercado de crédito de carbono no Brasil, através da comercialização dos CBios (Créditos de Descarbonização). Para incentivar a descarbonização (redução da emissão de GEE), as indústrias de produção de biocombustíveis que alcançarem a meta de redução de CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono, conhecido como gás carbônico), comercializam o CBio, sendo que cada CBio corresponde a uma tonelada de CO<sub>2</sub> que foi evitado, ou seja, que não foi emitido na atmosfera. Todo o processo de comercialização dos CBios é realizado pela B3<sup>1</sup> (Bolsa de valores de São Paulo) responsável pela comercialização no mercado bursátil mundial (B3<sup>2</sup>, Crédito de descarbonização, 2022).

Para comercializar os CBios os produtores de biocombustíveis passam por um processo de certificação e devem cumprir os critérios de elegibilidade estipulados por uma firma inspetora, credenciada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. A inspetora/fiscalizadora avalia os dados sobre o processo de produção e importação de biomassa e biocombustíveis, levando em consideração a eficiência energética e o ciclo de vida mensurado pela RenovaCalc, que é uma espécie de calculadora do programa que mede a intensidade de carbono e utiliza esse resultado para compor a nota de eficiência, emitindo o Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis (Andrade; Rodrigues 2024).

Com o argumento de financiar melhorias técnicas nas indústrias produtoras de biocombustíveis, para estimulá-las a melhorar sua eficiência energético-ambiental, em 2021 foi lançado o programa BNDES RenovaBio, as empresas que alcançarem as metas de redução de emissão de CO<sub>2</sub> estipuladas pelo programa usufruem de redução na taxa

---

<sup>1</sup> B3 é a sigla para se referir à bolsa de valores do Brasil que comercializa no mercado financeiro mundial, B3 significa “Brasil, Bolsa e Balcão”.

<sup>2</sup>B3. Disponível em: [https://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/outros-servicos/servicos-de-natureza-informacional/credito-de-descarbonizacao-cbio/](https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/outros-servicos/servicos-de-natureza-informacional/credito-de-descarbonizacao-cbio/) Acesso em 16 de jan. de 2024.

de juros. Até dezembro de 2022, o Programa teve 10 operações aprovadas, que somaram aproximadamente R\$ 900 milhões em financiamentos (BNDES, 2022<sup>3</sup>).

Observa-se, portanto, que o RenovaBio desponta como mais um mecanismo financeiro que beneficia o agronegócio sucroenergético nacional, representando mais uma face da financeirização desse setor. Evidentemente, isso tem promovido uma espécie de “corrida por certificações” por parte das agroindústrias canavieiras, tanto para conseguirem o financiamento do BNDES, quanto para comercializarem os CBios. Conforme demonstram as pesquisas de Neves e Mendonça (2020) e Andrade e Rodrigues (2024), o programa está impulsionando a expansão deste setor, entretanto, implica o adensamento dos problemas fundiários, sociais e ambientais já atrelados a ele.

Nesse sentido, procura-se neste trabalho analisar o caso particular das usinas da empresa Adecoagro Vale do Ivinhema, localizadas nos municípios de Ivinhema e Angélica, em Mato Grosso do Sul, que foram as primeiras usinas do setor sucroenergético brasileiro a negociarem CBios, todavia, contrariando a suposta preocupação ambiental e sustentável, recentemente a empresa foi responsável por provocar impactos ambientais nas áreas adjacentes de seus canaviais (VASQUES, 2021; GUIDA, 2023).

Além desta introdução, o presente artigo é composto por mais duas partes, primeiramente será verificada a expansão e territorialização da Adecoagro na região do Vale do Ivinhema (MS); em seguida será apresentada a estratégia de acumulação e/ou financeirização do setor sucroenergético no âmbito do Programa RenovaBio, assim como os impasses que têm surgido em sua implementação. Por fim, para elucidar as contradições das agroindústrias canavieiras que se beneficiam financeiramente pela retórica da “transição verde”, verifica-se o caso de poluição ambiental e danos sociais provocados pela pulverização de agrotóxicos nos canaviais da empresa supracitada.

## **1. Territorialização da Adecoagro Vale do Ivinhema em Mato Grosso do Sul**

O Grupo Adecoagro foi fundado na Argentina no ano de 2002 e tinha entre os seus acionistas o reconhecido financista George Soros, rapidamente se tornou uma das grandes empresas agrícolas neste país, possuindo no ano de sua constituição

---

<sup>3</sup> BNDES. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-reduz-juros-e-aprova-novas-regras-do-programa-para-descarbonizacao-no-setor-de-combustiveis> Acesso em: jan. 2024.

aproximadamente 74 mil hectares de terras. Em 2004 o grupo se expandiu para o Uruguai e para o Brasil, comprando três fazendas no oeste do estado da Bahia. Entre 2004 e 2005 a Adecoagro entrou no setor sucroenergético brasileiro através da aquisição do controle acionário da Usina Monte Alegre, usina tradicional que operava desde a década de 1950 no município de Monte Belo, em Minas Gerais. A entrada da Adecoagro no agronegócio sucroenergético é emblemática do que ocorria no setor naquele período, em que muitos grupos nacionais foram à falência e foram comprados por empresas transnacionais, marcando assim uma face da recente internacionalização do mesmo (GUIDA, 2023).

Ainda no ano de 2005 a empresa iniciou seu projeto de expansão da produção da agroindústria canavieira para o estado de Mato Grosso do Sul através da construção de uma usina no município de Angélica, que passou a operar no ano de 2008. Em 2013 consolidou sua expansão com a inauguração de outra usina no município vizinho de Ivinhema-MS, formando assim a empresa Adecoagro Vale do Ivinhema (que é subsidiária do Grupo Adecoagro<sup>4</sup>). Atualmente, as duas usinas somam uma capacidade de moagem de aproximadamente 14 milhões de toneladas de cana-de-açúcar ao ano (GUIDA, 2023).

Importante salientar que a expansão e construção das usinas da Adecoagro em Mato Grosso do Sul está inserida no contexto recente da territorialização de vários grupos transnacionais neste estado. Impulsionados pela demanda mundial por açúcar e biocombustíveis – sobretudo pelo aumento dos preços das *commodities* agrícolas –, pelos incentivos fiscais e diferentes mecanismos de financiamentos ofertados pelos governos federal e estadual, grandes grupos mundiais se territorializam no estado, segundo demonstram Backes (2009); Domingues (2015) e Arruzzo e Cunha (2019). Em comum, os pesquisadores concluem que esta expansão teve dois momentos fundamentais: o primeiro atrelado ao período do Proálcool (Programa Nacional do Álcool), principalmente na década de 1980; e o segundo ocorreu a partir dos anos 2000, quando houve uma expansão significativa da internacionalização/financeirização da agroindústria canavieira brasileira.

---

<sup>4</sup> O Grupo Adecoagro, é a empresa principal, que possui capital aberto na bolsa de valores de Nova Iorque, mas para a realização das atividades agrícolas na Argentina, Uruguai e Brasil, o grupo criou empresas subsidiárias, todas possuem capital fechado, ou seja, o controle acionário (acionistas) do Grupo Adecoagro é o mesmo para todas as suas empresas subsidiárias (GUIDA, 2023).

As mudanças que ocorreram na atividade agrícola geral e em particular no setor sucroenergético a partir dos anos 2000, são interpretadas como consequência da “economia política do agronegócio” (DELGADO, 2012, p.89), entendida como “projeto de acumulação de capital no setor agrícola, concertado por dentro da política econômica e financeira do Estado.” Para o autor, o Estado brasileiro promoveu, mesmo que em diferentes governos (período da ditadura militar; governos FHC, Lula e Dilma) diversos arranjos institucionais para favorecer a circulação e acumulação do capital financeiro no setor da agroindústria brasileira. Tendo como pilares básicos políticas de regulamentação (ou desregulamentação a depender do caso) do sistema de crédito financeiro; do mercado fundiário; e do monopólio das empresas transnacionais na produção e comercialização da produção agrícola nacional.

Entretanto, o autor salienta que este pacto da economia política do agronegócio para promover a acumulação do capital financeiro na agricultura brasileira, só se concretizou a partir dos anos 2000, principalmente através da “economia política interna” que promoveu a concentração e centralização do capital financeiro representado pelo monopólio das grandes empresas. “No período que ora estamos considerando (2000-2010), determinadas cadeias agroindustriais cresceram substancialmente à frente do conjunto da economia e o fizeram graças à inserção externa que vem realizando [...]” (DELGADO, 2012, p. 107).

O que fica evidente nos anos 2000 é o relançamento de alguns complexos agroindustriais, da grande propriedade fundiária e de determinadas políticas de Estado, tornando viável um peculiar projeto de acumulação de capital, para o qual é essencial a captura da renda da terra, juntamente com a lucratividade do conjunto dos capitais consorciados no agronegócio. [...]

A articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda a terra, constitui aquilo que denomino novo pacto da economia política do agronegócio (DELGADO, 2012, p.109).

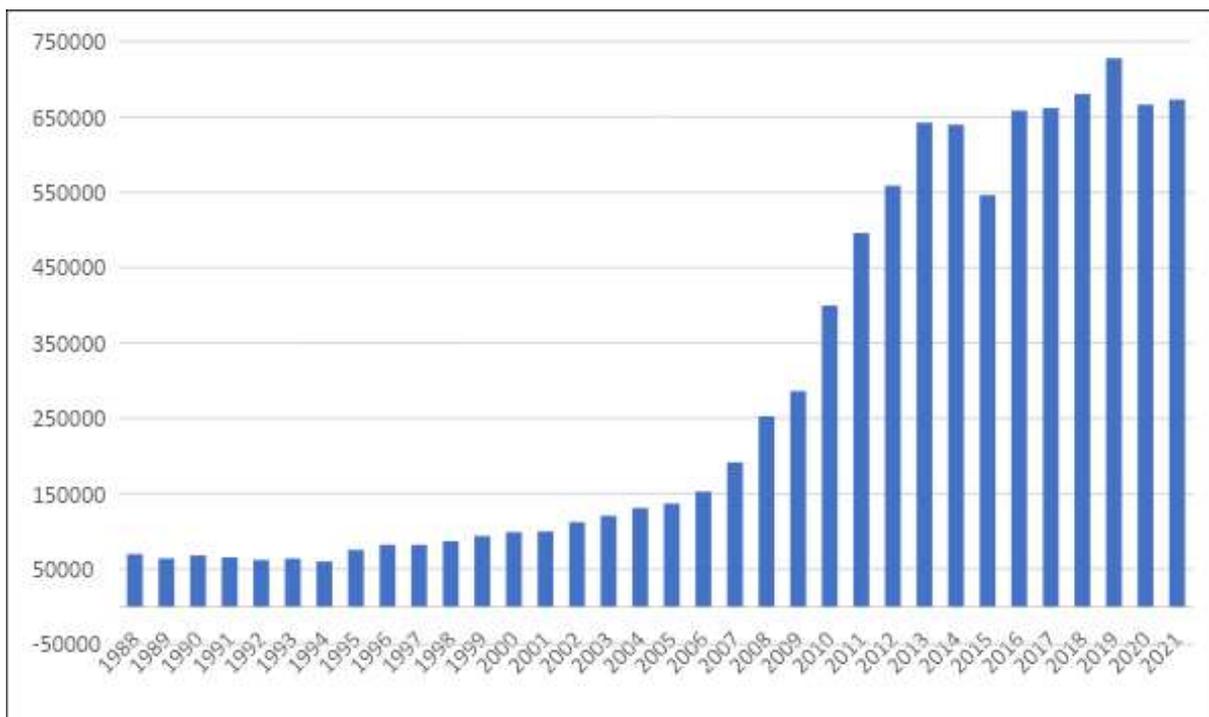
No âmbito deste “novo pacto da economia política do agronegócio”, o setor sucroenergético se destacou como um dos “carros-chefes”, ao longo dos anos 2000 ocorreu o denominado “*boom das commodities*”, que correspondeu a elevação substancial dos preços das *commodities* agrícolas no mercado mundial, entre elas, o açúcar. Esse período de financeirização aumentou a concentração de capital em poucos grupos, sobretudo os transnacionais, pois estes se fundiram ou adquiriram os grupos nacionais (como no caso da Adecoagro, ao comprar a Usina Monte Alegre), conforme explicam Pitta, Leite e Kluck (2020, p.73) “o que estava em questão aqui era uma

concorrência pelos altos preços do açúcar nos mercados de futuros.” Ou seja, foi um período de concorrência intercapitalista.

Assim, entre 2002 e 2011, pode-se verificar uma expansão com particularidades concretas para o agronegócio sucroenergético brasileiro, principalmente no Centro-Sul do país. Tal expansão ocorreu por meio do endividamento sobre os preços futuros do açúcar, e o processo só se sustentaria enquanto os preços continuassem subindo. No momento da alta dos preços, aqueles que não o acompanhassem corriam o risco de perder mercado frente aos capitais mais produtivos e falirem ou serem incorporados, o que de fato ocorreu (PITTA; LEITE; KLUCK, 2020, p.72).

Destarte, a recente territorialização de empresas transnacionais em Mato Grosso do Sul pode ser interpretada como expansão territorial da agroindústria canavieira para novas áreas motivadas pela concorrência intercapitalista nesses momentos de grande oferta de capitais financeiros. Segundo Pitta, Leite e Kluck (2020, p.73), a “terra, as usinas e o próprio açúcar são utilizados como garantias financeiras dos empréstimos.” Por isso, para as empresas, quanto “maiores seus volumes de ativos, maiores os empréstimos e a possibilidade de aproveitar prazos mais longos e juros menores nos financiamentos”. Nessa lógica, os próprios bancos de terras das empresas se tornam importante ativo financeiro, daí que as áreas consideradas de fronteira agrícola, ou seja, que tradicionalmente não produziam canaviais, portanto, sem grande concorrências entre usinas (como já ocorria em São Paulo), passam a ser incorporadas pelo setor sucroenergético. Esse é o caso da territorialização de empresas transnacionais, via construções de novas usinas (projetos *greenfields*), abertura de capitais, fusões e aquisições que ocorreu em Mato Grosso do Sul (BACKES, 2009; DOMINGUES, 2017; ARRUZZO; CUNHA, 2019). O Gráfico 1 evidencia a expansão canavieira no estado.

**Gráfico 1 – Série histórica (1988-2021) da área plantada de cana-de-açúcar (hectares) em Mato Grosso do Sul (MS).**



Dados: IBGE. Produção Agrícola Municipal (PAM-SIDRA) 2021. Fonte: GUIDA, 2023, p.126.

Nota-se que a crescente expansão da área plantada de cana-de-açúcar (em hectares) ocorreu a partir da metade da década de 2010, o crescimento expressivo acompanha o período do contexto da financeirização do setor. A queda no ano de 2015 provavelmente se refere ao período de crise no setor nacional, entretanto, observa-se a partir de 2016 nova expansão da área, que corresponde justamente ao “pós-crise”, quando grupos transnacionais adquirem e/ou se fundem com as usinas em falência e/ou recuperação judicial; favorecendo o monopólio da concentração e expansão dos canaviais, segundo Arruzzo e Cunha (2019). Esse processo de territorialização de empresas transnacionais no setor sucroenergético é analisado por Oliveira (2016) como “fusão territorial monopolística”.

Este conceito designa, portanto, a concentração territorial a partir das aquisições e fusões entre empresas, que fazem com que frações do território capitalista passem a ter o monopólio da propriedade da terra direto ou através de arrendamento, exercido pelos grupos econômicos agroindustriais monocultores territorializado que se formam.

Portanto, as **fusões territoriais monopolísticas** (*monopolistic territorial fusions*) constituem-se na expressão objetiva da territorialização dos monopólios no setor sucroenergético (OLIVEIRA, 2016, p.157. Negrito e itálico no original).

O caso particular da empresa Adecoagro Vale do Ivinhema é simbólico para a compreensão desse processo de “fusão territorial monopolística”.

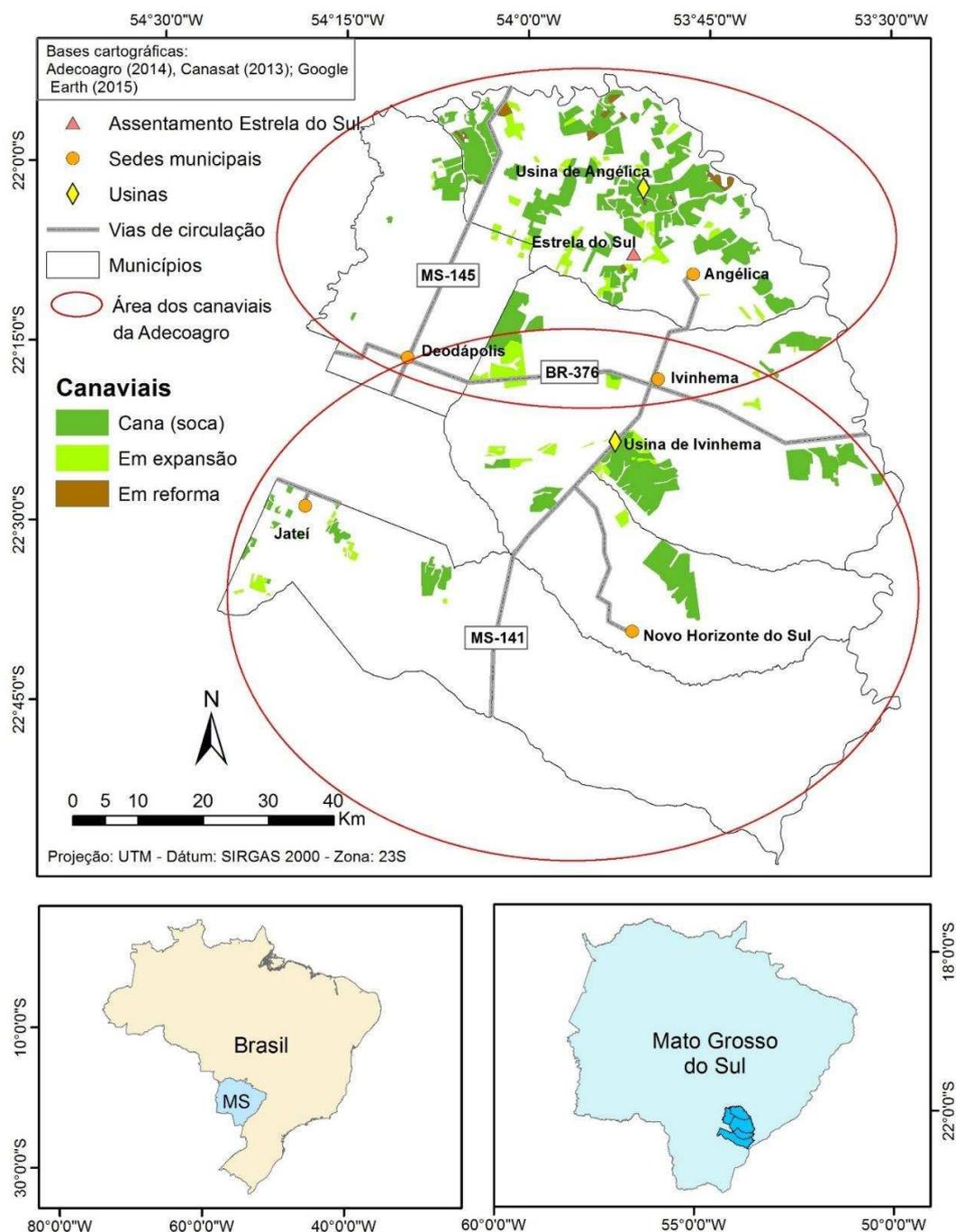
Angélica e Ivinhema são duas novas e modernas usinas que construímos no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, com capacidade atual de moagem de cana-de-açúcar de 5,6 e 7,4 milhões de toneladas por ano, respectivamente. **Ambas as usinas estão localizadas a 45 km de distância e formam um *cluster* cercado por uma grande plantação de cana-de-açúcar.** Angélica e Ivinhema são equipadas com caldeiras a vapor de alta pressão e turbogeradores com capacidade de aproveitar todo o subproduto do bagaço da cana para gerar eletricidade. (ADECOAGRO, 2022, p. 57-58, tradução e negrito meus).

Observa-se no trecho que compõe o Relatório Anual da empresa, que a concentração territorial promovida é denominada como “*cluster* cercado por uma grande plantação de cana-de-açúcar.” Enfatiza-se precisamente o controle territorial exercido pelo monopólio da propriedade da terra mencionado por Oliveira (2016). A respeito do banco de terras da Adecoagro, em Mato Grosso do Sul ela controla aproximadamente 180 mil hectares de canaviais, sendo 13 propriedades próprias, que totalizam cerca de 9 mil hectares, os demais canaviais são provenientes de contratos de arrendamento, que ocorrem tanto nos municípios que estão as usinas (Angélica e Ivinhema), quanto nos municípios adjacentes (GUIDA, 2023). O Mapa 1 foi elaborado a partir de um material divulgado pela empresa em 2014<sup>5</sup>, em que ela destacava a área em que possuía seus canaviais.

**Mapa 1 – Fusão Territorial Monopolística da Adecoagro Vale do Ivinhema (2014).**

---

<sup>5</sup> Cf. em ALMEIDA; GUIDA, 2017, p.167



Fonte: GUIDA, 2023, p. 155.

A análise do Mapa 1 expressa, portanto, a fusão territorial monopolística da Adecoagro Vale do Ivinhema em Mato Grosso do Sul. Observa-se que a área circulada em vermelho corresponde ao território controlado pela empresa, com canaviais nos municípios de Angélica e Ivinhema, onde foram construídas as usinas, mas também nos municípios vizinhos: Deodápolis, Jateí e Novo Horizonte<sup>6</sup>. Evidencia-se a informação

<sup>6</sup> Não é possível afirmar que os canaviais presentes nesses municípios são exclusivos para abastecimento das usinas da Adecoagro, contudo, em nenhum deles há outras usinas concorrentes, as usinas mais

reproduzida no Relatório Anual (2022, p.57) sobre a empresa ter “uma grande área de plantação de cana sob seu controle e que fornece para as duas usinas”. Importante mencionar que os dados referentes às áreas dos canaviais estão desatualizados (2014), contudo, neste material cartográfico, não se pretende verificar a expansão e tamanho atual dos canaviais, mas, destacar a área controlada pela empresa, o alcance de sua territorialização.

Semelhante às demais transnacionais do agronegócio sucroenergético<sup>7</sup>, para materializar sua territorialização a Adecoagro utilizou diferentes instrumentos financeiros, como abertura de capital na bolsa de valores (lançamento de IPO), financiamentos públicos (via BNDES e Banco do Brasil, por exemplo) e privados, negociação de títulos do agronegócio (como os Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA e Letras de Crédito do Agronegócio – LCA) (GUIDA, 2023). Após a análise do Gráfico 2, reflete-se sobre como o Programa RenovaBio pode ser compreendido como o mais recente mecanismo financeiro disponível para o setor sucroenergético.

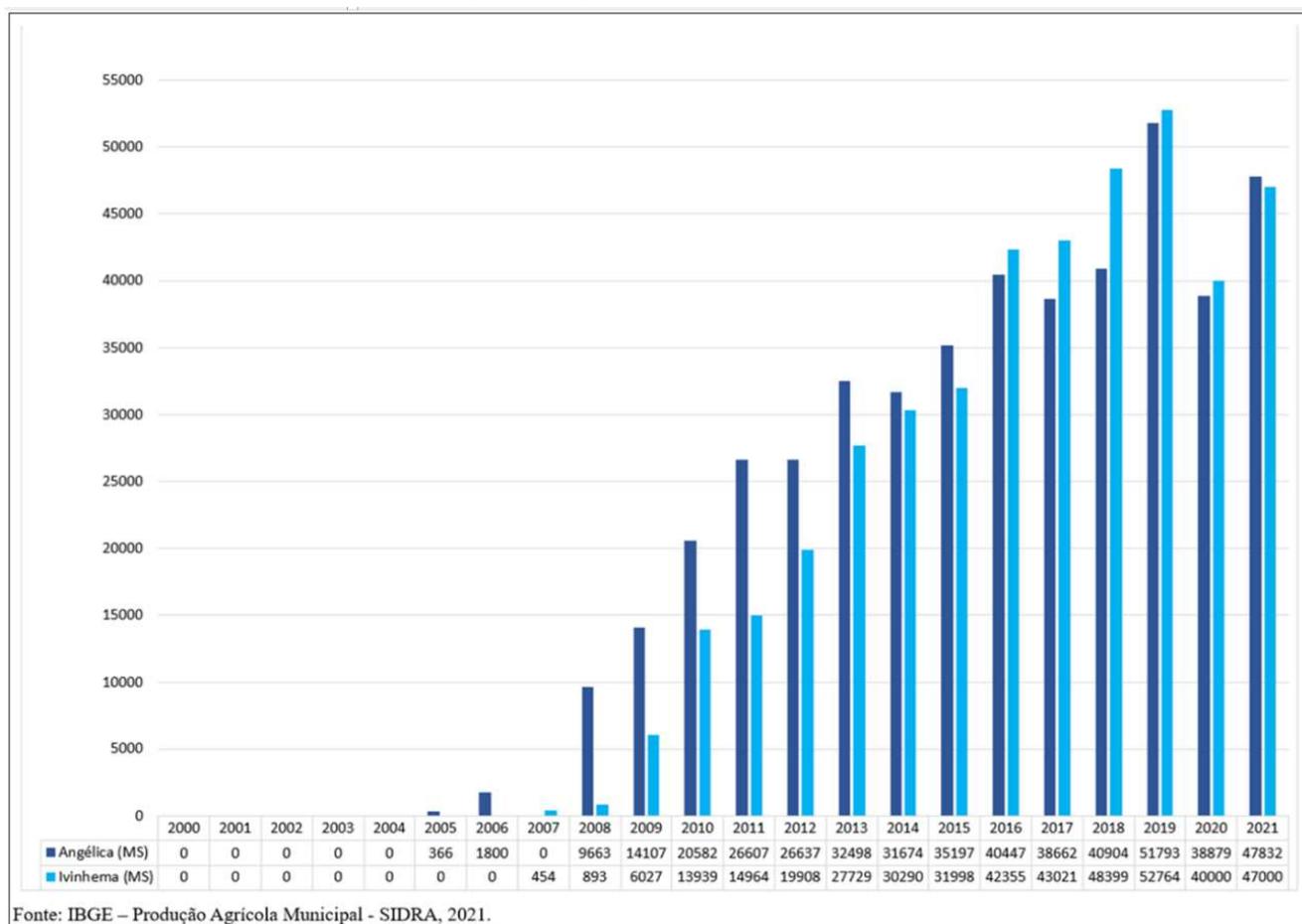
Por fim, para elucidar a territorialização da empresa, o Gráfico 2 demonstra a série histórica (2000-2021) da área plantada de cana-de-açúcar (hectares) nos municípios das usinas da Adecoagro. Observa-se que em Angélica o primeiro registro de cana ocorre em 2005, justamente o ano em que a empresa inicia a construção da sua agroindústria; em 2008 ocorre considerada expansão da área plantada, ano em que a unidade iniciou suas operações. A unidade de Ivinhema foi inaugurada em 2013, nota-se neste município que nos anos anteriores (primeiro registro em 2008) há crescente expansão dos canaviais. Portanto, os dados corroboram com a discussão feita por Oliveira (2016), sobre esses grupos transnacionais monopolizarem a propriedade privada da terra, através desse controle pela “fusão territorial monopolista”.

---

próximas e que também podem ter canaviais nos municípios citados estão em: Nova Andradina (Energética Santa Helena), Rio Brilhante (Atvos Eldorado, Raízen Rio Brilhante e Raízen Passa Tempo), Nova Alvorada do Sul (Atvos Santa Luzia) e Fátima do Sul (Fátima do Sul Agro-Energética). Informações: Biosul. Mapa de bioenergia de MS Disponível em: <<https://biosulms.com.br/setor/mapa-da-bioenergia-de-ms/>> Acesso em jan. 2024 e Arruzzo e Cunha (2019).

<sup>7</sup> Pitta (2016) pesquisa o endividamento das agroindústrias canavieiras que ocorreu, sobretudo, a partir de diversos mecanismos financeiros, onde as empresas mantiveram sua produção a partir de rolagem de dívidas contraídas de diferentes maneiras, como abertura de capital no mercado de ações, negociações de vendas futuras por meio de cédulas de produto rural (CPRs), adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACCs), pré-pagamentos de exportação e as cédulas recebíveis do agronegócio (CRAs).

**Gráfico 2 – Série histórica (2000-2021) da área plantada de cana-de-açúcar (hectares) em Angélica-MS e Ivinhema-MS.**



Fonte: GUIDA, 2023, p. 161.

## **2. Financeirização da agricultura e finanças verdes: RenovaBio, novo instrumento financeiro para o setor sucroenergético (?)**

Delgado (2012) considera que os anos 2000 representaram um marco na concretização do projeto político-econômico voltado para a promoção do agronegócio brasileiro, caracterizado sobretudo pela maior circulação do capital financeiro, por via de financiamentos que aumentou o monopólio de grupos transnacionais. Essa reestruturação só foi possível mediante políticas públicas que viabilizaram e favoreceram diversos mecanismos financeiros atrelados à produção agrícola. A esse respeito, Frederico e Gras (2017, p.12) consideram que neste período ocorreu “a chegada de uma nova safra de capitalistas no campo brasileiro. Trata-se de grandes empresas controladas por fundos financeiros e corporações ligadas a outros ramos da economia [...]”. A novidade é que, em sua maioria, os investidores financeiros por trás destas empresas não investiam em atividades agropecuárias, “[...] encontram-se grandes

grupos financeiros, como fundos de pensão, fundos soberanos, empresas de *private equity*, fundações universitárias, instituições bancárias, seguradoras e grandes corporações.”

Essa conjuntura de financeirização da agricultura e desregulamentação de mercados financeiros multiplicou as formas de investimentos no setor agrícola “expandiu-se o leque de atores financeiros interessados em investimentos no meio rural e diversificaram-se os instrumentos financeiros conectados com a agricultura e a terra” (KATO; LEITE, 2020, p. 468). Como salientado por Delgado (2012), políticas públicas de crédito rural não são recentes, entretanto o que se entende por financeirização da agricultura é o aumento da participação e diversificação de diferentes mecanismos financeiros atrelados à esta produção.

O novo arranjo financeiro que vamos assistir começa em 1994 com a Cédula do Produto Rural (CPR), com liquidação física e financeira (essa última em 2000). A partir de 2004, o repertório de instrumentos ganhou novo impulso com as diversas modalidades dos títulos do agronegócio (como os Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA, Letras de Crédito do Agronegócio – LCA, etc.), contando com mercados derivativos específicos e ampliando o conjunto de investidores para além do universo rural. Desde 2019, uma série de inovações legislativas e financeiras estimulou uma importante expansão dos instrumentos privados de financiamento da agricultura brasileira, que durante um longo período tiveram um baixo poder de captação. As mudanças observadas passaram a apresentar a agricultura como oportunidade para atores do mercado financeiro, profissionais e pessoas físicas, tornando estes instrumentos essenciais para a captação de recursos privados e a terra um lastro essencial ao desenvolvimento do setor (DELGADO; LEITE, 2023).

Ao lado destes mecanismos e instrumentos financeiros voltados para agronegócio, destacados no excerto, o setor também se beneficiou das políticas e instrumentos associados ao mercado de ativos verdes (*green bonds*<sup>8</sup>), em decorrência da “corrida” pelas finanças verdes (MORENO, et. al, 2021; MIOLA et. al., 2022). Com a crescente narrativa da emergência de uma economia sustentável atrelado aos compromissos assumidos por diferentes nações para cumprir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030<sup>9</sup>, a questão da preservação e

---

<sup>8</sup> Esse termo se popularizou para se referir aos títulos financeiros negociados no mercado bursátil, “cujos recursos são destinados ao financiamento de projetos associados a benefícios ambientais,” sendo considerados “como uma ferramenta financeira promissora com o potencial de ser um meio simples e fácil de financiar a transição de baixo carbono” (MIOLA, et. al., 2022, p.172).

<sup>9</sup> A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável corresponde a um plano de ação deve ser viabilizado através de metas e compromissos assumidos por nações para avançar na direção de mitigar danos ambientais. Foram propostos 17 ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) e 169 metas, na Conferência da ONU realizada em 2015 (ONU, Brasil, 2024).

proteção ambiental surge como novo “filão” para especulação no mercado financeiro mundial.

A agenda de governança ambiental e social corporativa (sigla em inglês, ESG) pretende alinhar globalmente o apoio às causas sociais e ambientais como condição de acesso a fluxos de investimento e aos novos instrumentos “verdes” para alavancar dinheiro nos mercados financeiros. Este ajuste “verde” das práticas corporativas por meio do mercado e do mercado de capitais, pretende trazer um vasto portfólio de oportunidades de investimentos de ‘impacto’ e de novos ativos – de capital natural e capital humano – baseado em capturar e valorizar resultados ambientais e sociais que possam ser quantificados, mensurados e transacionados (MORENO, et. al., 2021, p. 21).

No bojo dos arranjos institucionais das políticas públicas para promover a transição para uma “economia verde” no Brasil, o setor do agronegócio passa a concorrer aos subsídios e financiamentos por diferentes frentes, “como o REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação), monoculturas para geração de agrocombustíveis ou para reflorestamento com plantio industrial de árvores, como de eucaliptos, plantio direto do agronegócio e agricultura de baixo carbono [...]” (MORENO, et al, 2021, p. 12), são exemplos da denominada “Soluções Baseadas na Natureza” (*Nature Based Solutions*, NBS). Nesse sentido, as políticas do mercado de finanças verdes estabelece forte relação no agronegócio brasileiro, através da “integração de novos ‘ativos’ ambientais (como carbono, biodiversidade, água) às cadeias globais de suprimentos e *commodities* agrícolas” ( Idem, ibdem, p. 20).

A exemplo desta relação entre finanças verdes e agronegócio, Marques (2022) elenca as políticas e programas de financiamento ambiental no Brasil e demonstra as que se relacionam com a agricultura e o uso do terra, ou seja, que foram apropriadas pelo setor do agronegócio, servindo-lhe como mais uma fonte de captação de recursos, inclusive por via de financiamentos públicos. “Dentre as iniciativas relacionadas à agricultura e ao uso da terra que contam com o apoio do BNDES, destacam-se o Plano ABC [...] e os projetos de ‘reflorestamento’ que, em geral, são implementados como monoculturas de eucalipto”, além disso, o “banco também está envolvido com a criação de instrumentos financeiros para estimular boas práticas ambientais como os títulos verdes” (Idem, Ibidem, p.156-157). Sobre os financiamentos advindos do BNDES a autora destaca que em 2017 ele foi o primeiro banco brasileiro a emitir *green bonds* (títulos verdes) no mercado internacional.

Foi nesse contexto de financeirização da agricultura brasileira e da aproximação entre financiamento ambiental e agronegócio que o Congresso Nacional elaborou e sancionou a Lei Nº 13.576, em 26 de dezembro de 2017, que institui a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) como parte integrante da Política Energética Nacional, que objetiva contribuir no cumprimento dos compromissos determinados pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris - tratado global adotado em dezembro de 2015 pelos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). O principal instrumento para reduzir a emissão de GEE é a regulação do mercado de Créditos de Descarboxinação (CBio), ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis (MME, 2023).

O Crédito de Descarboxinação (CBIO) é um dos instrumentos adotados pela RenovaBio como ferramenta para o atingimento desta meta. Ele será emitido por produtores e importadores de biocombustíveis, devidamente certificados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com base em suas notas fiscais de compra e venda. Em contrapartida, os distribuidores de combustíveis fósseis possuirão metas anuais de descarboxinação calculadas pela ANP, com base na proporção de combustíveis fósseis que comercializam, e adquirir CBIOs é a única forma de atingimento destas metas.

Cada CBIO corresponderá a uma tonelada de CO<sub>2</sub> evitado, ele não terá data de vencimento e será retirado de circulação somente quando for solicitada sua aposentadoria. A cada ano os distribuidores de combustíveis deverão solicitar a aposentadoria de CBIOs de sua titularidade em quantidade equivalente às metas de descarboxinação que lhe foram estabelecidas (B3<sup>10</sup>, Crédito de descarboxinação, 2022).

Como o RenovaBio faz parte da Política Energética Nacional, portanto, está inserido na pasta do Ministério de Minas e Energia - MME, desde o momento da elaboração da proposta de lei existiram certas disputas políticas na sua construção, envolvendo, basicamente, representantes do agronegócio, ou melhor, produtores de biocombustível e representantes da distribuição e comercialização. Segundo pesquisa de Andrade e Rodrigues (2024), nas consultas públicas para elaboração da lei realizadas tanto pelo MME, quanto pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, as associações e representantes mais constantes foram: UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia), PETROBRÁS, APROBIO (Associação do Produtores de Biocombustíveis do Brasil), ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais) e PLURAL (desfeita em 2019, era a

---

10

Fonte: [https://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/outros-servicos/servicos-de-natureza-informacional/credito-de-descarboxacao-cbio/](https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/outros-servicos/servicos-de-natureza-informacional/credito-de-descarboxacao-cbio/) Acesso em 16 de maio de 2022.

associação nacional que representava as maiores empresas distribuidoras de combustíveis e lubrificantes do país, como BR Distribuidora, Ipiranga e Raízen). O trabalho de Gonçalves; Vecchia; Godward (2022) corrobora sobre o interesse do agronegócio, em especial do sucroenergético, em regulamentar um mercado de precificação do carbono por instrumentos do mercado financeiro.

Responsável pela maior produção de biocombustíveis no Brasil, a partir da produção de etanol de cana-de-açúcar (ANP, 2023) o setor sucroenergético “saiu na frente” na “corrida” para certificação da ANP para poder negociar os CBios. De acordo com o levantamento feito por Andrade e Rodrigues (2024) até setembro de 2023, 317 usinas estavam certificadas, e o *ranking* da certificação de usinas por estado coincide com os estados do Centro-Sul que são os maiores produtores do setor: 1º- São Paulo: 126; 2º- Goiás: 39; 3º- Minas Gerais: 31; 4º- Mato Grosso: 22; 5º- Paraná: 21; e 6º- Mato Grosso do Sul: 18. Ou seja, os principais produtores nacionais concentram as certificações.

Além da captação de recursos advindos da comercialização dos Cbios, desde 2021 os produtores de biocombustíveis (usinas de etanol, usinas processadoras de grãos e usinas de biometano) contam com uma linha de financiamento via BNDES exclusiva para o RenovaBio, o programa foi concebido no âmbito das iniciativas do banco público de fomento à difusão de práticas Ambientais, Sociais e de Governança – ASG, dessa forma não há necessidade de projetos ou planos de gastos, é um empréstimo vinculado ao alcance das metas ASG das empresas/beneficiárias da linha de crédito. À medida que a beneficiária comprova a redução da emissão de GEE, dentro de um prazo de carência de 2 anos, ela obtém redução na taxa de juros do empréstimo. Entre os impactos esperados pelo programa de crédito está a garantia de oferta de CBios, fortalecendo a criação deste mercado (BNDES, 2024). Desde o começo do programa até início de 2023 o banco financiou 13 operações com desembolsos de R\$ 1,5 bilhão, para a vigência de 2023 – 2024, o banco aumentou os recursos disponíveis que agora somam R\$ 3,5 bilhões<sup>11</sup>.

Observa-se, portanto, que o RenovaBio funciona como um instrumento econômico-financeiro que aprofunda a relação entre finanças e agronegócio, sobretudo no setor sucroenergético que é o maior produtor de biocombustíveis (etanol), servindo

---

<sup>11</sup> EPBR. “BNDES amplia financiamento do RenovaBio para R\$ 3,5 bi”. Publicado em: julho de 2023. Disponível em: <https://epbr.com.br/bndes-amplia-financiamento-do-renovabio-para-rs-35-bi/> Acesso em janeiro de 2024.

de fonte de financiamento ao menos em duas modalidades: a comercialização no mercado de CBios e a disponibilidade de mais uma linha de crédito, como a do BNDES. Desde o momento da elaboração do texto da Lei do RenovaBio até a sua aprovação (extremamente) rápida no Congresso Nacional, os representantes do setor sucroenergético interferiram e pressionaram a implementação do mesmo, para Andrade e Rodrigues (2024, p.10) o programa “se trata da resposta política aos anseios das usinas sucroenergéticas na criação de um mecanismo que rentabilizasse a atividade.” Nesse sentido, as autoras concluem que o RenovaBio foi pensado para atender às demandas do setor, “essa rede de atores [setor sucroenergético] trabalhou para a construção do texto de lei que lhe favorecesse, aprovação do PL [Projeto de Lei] em tempo recorde, regulamentação direcionada, flexibilização de requisitos e fixação de altas metas de aquisição de CBios” (Id. Ibidem, p. 11). A disputa de poder em torno das regras de certificação, valores dos Cbios e demais normas de funcionamento do RenovaBio, em partes apontada pelas autoras, continua em processo. Fato que valida o argumento sobre a disputa do poder político em torno do programa<sup>12</sup>.

### 2.1. RenovaBio e a complexa relação com a produção sustentável: caso Adecoagro Vale do Ivinhema

As contradições das narrativas sobre as políticas associadas às finanças verdes e sustentáveis e seus resultados efetivos, têm sido discutidas por diversos pesquisadores, justamente porque os arranjos institucionais para viabilizá-las parece se preocupar muito mais com “as finanças” do que com o “verde”, pois na realidade “a lógica do capital financeiro global não se altera, garantindo a continuidade do acesso a fontes de financiamento a grandes corporações e projetos com impactos ambientais negativos”. Logo, as práticas das empresas permanecem as mesmas “com a diferença que a linguagem da sustentabilidade abre espaço para que novas formas de expropriação se

---

<sup>12</sup> Atualmente o Programa está sendo reformulado basicamente por uma disputa entre os produtores e os distribuidores de biocombustíveis. Veja, por exemplo:

(1) “Distribuidoras acusam programa do governo de subsidiar Raízen e inflar etanol”, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2023/09/distribuidoras-acusam-programa-do-governo-de-subsidiar-raizen-e-inflar-etanol.shtml> Acesso em dezembro de 2023; (2) “Distribuidoras vão à Justiça para evitar multa por descumprimento de metas de biocombustíveis”, disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/distribuidoras-justica-multas-programa-biocombustivel/>, acesso em dezembro de 2023; (3) “Partido vai ao Supremo contra o RenovaBio”, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2024/02/partido-vai-ao-supremo-contra-o-renovabio.shtml> Acesso em março de 2024.

concretizem, sob o argumento da promoção de uma ‘transição verde’” (MORENO, et. al., 2021, p.36).

Em lugar de enfrentar de fato a problemática ambiental em sua complexidade, capitalistas e gestores alinhados ao ideário neoliberal vêm trabalhando há cerca de uma década e meia em favor do entendimento de que a solução para a questão ambiental passa sobretudo pelo mercado e pelo incremento de incentivos financeiros para a promoção da economia verde, ou capitalismo verde. Esse é um fato que tem contribuído para mudanças na política e para a diversificação das formas de financiamento ambiental, com uma maior participação do investimento privado, aliado a aportes estatais, bilaterais e multilaterais (MARQUES, 2022, p. 144).

No caso específico das empresas do agronegócio, as políticas de “financiamento verde” incentivam e facilitam a captura de terras e bens comuns no Brasil, exatamente porque reforça a estratégia rentista/financeira por meio de discurso ambientalista.

As principais corporações agroalimentares e os investidores institucionais bancários e não bancários, como fundos de pensão e de investimentos estabelecidos no Brasil, estão redesenhando suas estratégias produtivas e de mercado a partir da narrativa de melhores práticas ambientais a fim de, simultaneamente, aumentar uma elevação já em curso na produção e exportação de *commodities* agrícolas, em especial na cadeia da soja, ao mesmo tempo em que se pretende garantir maior rentabilidade dos investimentos financeiros em ativos “verdes” ancorados em terra, recursos naturais e na cadeia agroalimentar (BARROS JR., 2021, p.42).

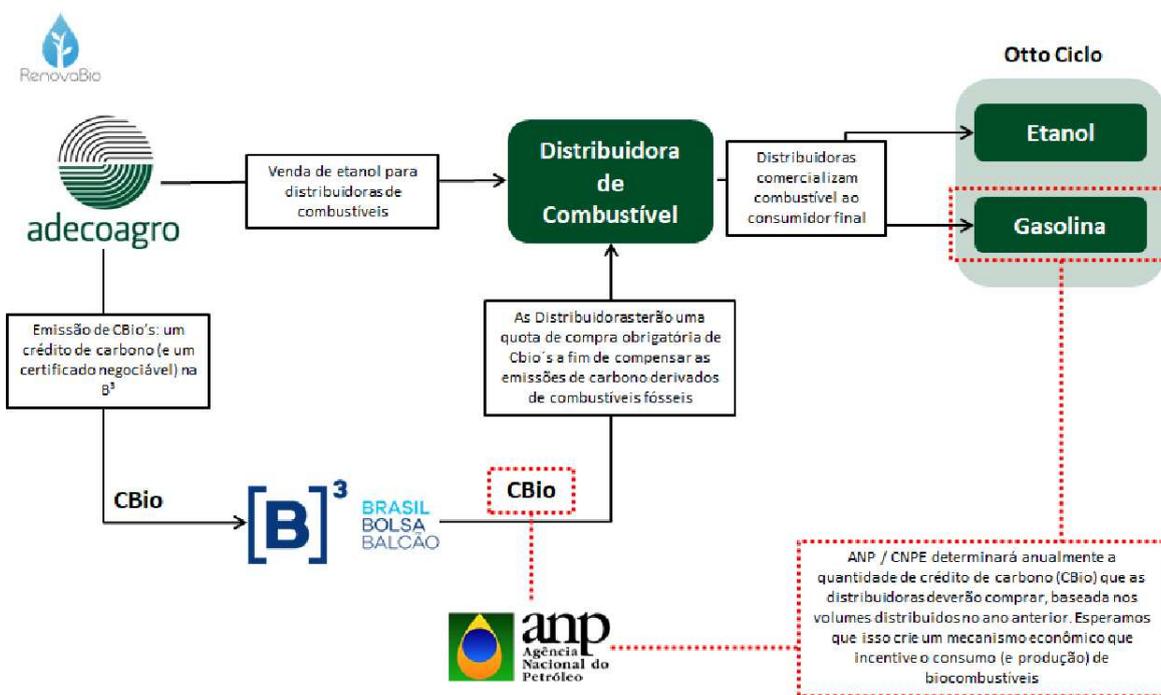
Como visto, agroindústria canavieira vivenciou recentemente período de expansão e crise, o que levou a maior concentração da produção por empresas transnacionais. Sendo o RenovaBio o mais recente instrumento financeiro que atinge o setor sucroenergético nacional, e tendo em vista toda disputa política que o envolve (vide nota 12), a tendência é que o programa centralize ainda mais a produção nos grupos monopolistas deste setor, o que agrava os problemas fundiários, ambientais e sociais atrelados a ele, como consideram Neves e Mendonça, (2020); Andrade e Rodrigues, (2024).

Um caso emblemático da complexa relação entre “finanças verdes” e políticas públicas de “transição verde” e das contradições e fragilidades no discurso sustentável por parte das empresas envolvidas nesses programas, é o que ocorreu com a Adecoagro Vale do Ivinhema. As três usinas sucroenergéticas da empresa foram certificadas em 2020 pelo RenovaBio e ela foi a primeira a negociar créditos de descarbonização os CBios. Tal fato teve grande repercussão midiática, sobretudo porque se tratava de 2020, segundo ano da pandemia da Covid-19, na ocasião o diretor do grupo afirmou: “o

cenário atual é muito melhor do que se esperava<sup>13</sup>". De acordo com a empresa no ano de 2021 ela vendeu mais de 500 mil Cbios que gerou um ganho de aproximadamente R\$ 20.664.000, o trecho abaixo e a Figura 1 demonstram o esquema de comercialização de Cbios pela Adecoagro.

No âmbito deste programa, é estabelecido um mercado de créditos de carbono no qual os vendedores de combustíveis fósseis têm de adquirir uma quota obrigatória de créditos de carbono definida com base na quantidade de combustíveis não renováveis por eles vendidos no ano anterior. Os emissores de CBios são produtores de biocombustíveis cujas usinas foram certificadas pela ANP e receberam uma pontuação baseada no quão “verde” é a operação de sua usina. Essa pontuação funciona como um multiplicador da quantidade de CBios que a usina pode emitir para cada metro cúbico de etanol vendido. Os CBios, por sua vez, são instrumentos financeiros negociados na B3. Os preços baseiam-se na oferta e na procura desses créditos. Em 2021, vendemos 504 mil CBios ao preço unitário médio de R\$ 41,20 (preço líquido médio de US\$ 7,30) (ADECOAGRO, 2022, p.44, tradução e grifos meus).

**Figura 1 – Esquema da comercialização de Cbios pela Adecoagro.**



Source: BTG Bank / MME / EPE / CNPE

Fonte: GUIDA, 2023, p. 174.

Entretanto, se por um lado a Adecoagro foi a pioneira em comercialização de crédito de descarbonização e tem lucrado neste mercado em ascensão, por outro lado,

<sup>13</sup> “Cenário atual é muito melhor do que se esperava” Publicado em Jornal Cana, 17 de junho de 2020, disponível em: <https://jornalcana.com.br/cenario-atual-e-muito-melhor-do-que-se-esperava/>, acesso em dezembro de 2023.

nos últimos anos, a empresa tem respondido por Ações Cíveis Públicas, movidas pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – MPMS, “por irregularidades na pulverização de agrotóxicos em áreas extensas de plantio de cana-de-açúcar, na região de Novo Horizonte do Sul, Glória de Dourados, Ivinhema e Deodápolis” (VASQUES, 2021).

Desde 2015 os sericultores (criadores/produtores da cultura de bicho-da-seda) de Glória de Dourados-MS perceberam que a pulverização de agrotóxico feita por avião nos canaviais da Adecoagro estava atingindo os pés de amoreiras, principal fonte de alimento dos bichos-da-seda. "Só tem uma cerca dividindo a cana de nossas terras. Se eles pulverizam a 200 metros via terrestre, não acontece nada aqui, mas com avião, pode estar a mais de 15km que com certeza o veneno vai nos atingir", relatou um sericultor<sup>14</sup>. Em 2016, inúmeras famílias sericultoras perderam suas produções justamente em decorrência da aplicação aérea de agrotóxicos, a partir disso, iniciou-se um processo de mobilização para a criação de uma lei que impedisse a prática utilizando aviões. Os sericultores procuraram os Ministérios Públicos Estadual e Federal e conseguiram criar a Lei Municipal nº 1.087, de 23 de novembro de 2016, que proíbe no município de Glória de Dourados a pulverização aérea de agrotóxicos - o descumprimento prevê a aplicação de multa (OLIVEIRA, 2021).

Por parte do MPMS, a Ação Civil Pública contra a Adecoagro comprovou em 2018 que a pulverização de agrotóxico pela empresa foi a responsável pelos prejuízos financeiros sofridos pelos sericultores, no montante de R\$ 84.040,31. Além disto, o Promotor de Justiça titular da 2ª PJ de Ivinhema-MS considerou que os danos ambientais extrapolam a cultura de bichos-da-seda, e que o meio ambiente em geral foi afetado pela pulverização de agrotóxicos naquela localidade.

Diante do caso, o Ministério Público Estadual requer a condenação da empresa na obrigação de pagar quantia certa (indenização), atinente à compensação de todos os danos materiais causados ao meio ambiente nos Municípios de Ivinhema e de Novo Horizonte do Sul, e danos morais ambientais, ante à execução de pulverização aérea de agrotóxicos pela Adecoagro, os quais degradaram os recursos ambientais atinentes ao ar, solo, fauna e flora, em valor a ser arbitrado pelo Juízo (VASQUES, 2021).

Além desta condenação, na ocasião foi firmado entre o MPMS e a Adecoagro um acordo (Termo de Ajustamento de Conduta – TAC) em que a empresa assumia, entre outras obrigações, não realizar mais a pulverização de agrotóxicos. Entretanto, a empresa não honrou com as obrigações assumidas no TAC, em especial sobre o uso de

---

<sup>14</sup> Extraído da reportagem de Oliveira (2021).

agrotóxicos, e em 2023 o MPMS e o MPF (Ministério Público Federal) moveram nova Ação Civil Pública contra a empresa, que solicita indenização de R\$ 10 milhões, pelo descumprimento do acordo e novos danos ambientais e sociais provocados (PORTELA, 2023).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo recente da financeirização do agronegócio brasileiro, viabilizado pelo próprio Estado, provocou maior circulação do capital financeiro nesta atividade, consequentemente fortaleceu o monopólio dos grandes conglomerados, principalmente os grupos transnacionais. Numa relação de causa e consequência, ocorreu a entrada de diferentes investidores financeiros na produção agropecuária, que, por meio de políticas públicas, se beneficiam de diferentes instrumentos financeiros para captação de recursos. Concomitantemente, no Brasil os “financiamentos verdes” ganham “maior espaço de circulação” e apoios governamentais. Por via de programas de redução de desmatamento, agricultura de baixo carbono, entre outros, o agronegócio passa a ser beneficiado também pelos instrumentos financeiros dos ativos verdes (*green bonds*), estreitando ainda mais os laços entre finanças e agronegócio.

Por sua vez, as transformações recentes ocorridas no setor sucroenergético são sintomáticas do contexto nacional. Do lado da “onda” da financeirização, o setor vivenciou forte momento de expansão devido ao elevado preço do açúcar no mercado internacional na ocasião do *boom das commodities*, com a consequente crise no setor, as empresas lançaram mão de vários mecanismos financeiros, de empréstimos, que provocou centralização e concentração da produção sucroenergética por empresas transnacionais. A territorialização do grupo Adecoagro Vale do Ivinhema na agroindústria canavieira em Mato Grosso do Sul é um exemplo deste fenômeno no setor.

Atualmente o Programa RenovaBio, que estimula a produção de biocombustíveis através da precificação dos créditos de descarbonização, é entendido como o mais recente mecanismo político, econômico e financeiro que beneficia o setor sucroenergético. Como visto, desde a elaboração, passando pela aprovação no Congresso Nacional e atualmente as necessárias reformulações, o programa é acompanhado de certa pressão política dos principais representantes da cadeia de biocombustíveis. Além disso, o BNDES disponibilizou outra linha de crédito que os

beneficia. Portanto, atrelado aos demais arranjos financeiros específicos do agronegócio, observa-se que o financiamento e regulação do mercado de CBios, objetiva, direta ou indiretamente, financiar o agronegócio sucroenergético, agravando os problemas de concentração territorial e impactos fundiários, sociais e ambientais advindos deste setor. Novamente, o caso da empresa Adecoagro ilustra essa reflexão, ela foi pioneira em negociar e lucrar com os CBIOs, ao mesmo tempo que responde por Ação Civil Pública de danos ambientais e sociais provocados pela pulverização de agrotóxicos em seus canaviais. Expondo assim, as fragilidades e contradições da narrativas de uma “transição verde” feitas pelo agronegócio brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADECOAGRO. Annual Report for the fiscal year ended on december 31, 2021. United States Securities and Exchange Commission (SEC). Washington D. C. 2022. Disponível em: <https://www.sec.gov/ix?doc=/Archives/edgar/data/0001499505/000162828022011147/agro-20211231.htm>. Acesso em janeiro de 2024.

ALMEIDA, Marina Castro de; GUIDA, Larissa Chiulli. Renda da terra e setor sucroenergético brasileiro: as estratégias territoriais da Adecoagro. **Globalização do Agronegócio e land grabbing**: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Júlia A. Bernardes [et. al] (org.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017.

ANDRADE, Virgínia Corrêa Santos de; RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza C.; (2024) Análise da Formulação da Política Nacional de Biocombustíveis - Renovabio: o Territorial, o Político e o Econômico. **Sociedade & Natureza**, v.36. Uberlândia-MG, março 2024, p.1-13.

ANP (2023) (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis: 2023 / Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. - Rio de Janeiro: ANP, 2006- Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico/arquivos-anuario-estatistico-2023/anuario-2023.pdf>. Acesso em jan. 2024.

ARRUZZO, Roberta Carvalho; CUNHA, Lívia Domiciano. O setor sucroenergético em Mato Grosso do Sul: aspectos econômicos, vulnerabilidades e conflitos territoriais. **Espaço geográfico e competitividade**: regionalização do setor sucroenergético do Brasil. Júlia A. Bernardes e Ricardo Castillo (org.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

BACKES, Thaine Regina. O capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul e a internacionalização da produção. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, 2009.

BERNARDES, Júlia Adão; CASTILLO, Ricardo. (org). **Espaço geográfico e competitividade**: regionalização do setor sucroenergético do Brasil. Júlia A. Bernardes e Ricardo Castillo (org.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) (2024). **BNDES RenovaBio**. Apresentação. Programa BNDES Renovabio – 2023/2024. Disponível em: [www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/3f1baef8-81a1-4ca6-b8ec-9a5e12bac41c/Apresentacao+BNDES+RenovaBio+externo.pdf?MOD=AJPERES&CVID=ojP3SQK](http://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/3f1baef8-81a1-4ca6-b8ec-9a5e12bac41c/Apresentacao+BNDES+RenovaBio+externo.pdf?MOD=AJPERES&CVID=ojP3SQK). Acesso em janeiro de 2024.

BOECHAT, Cássio Arruda. (org.) **Geografia da crise no agronegócio sucroenergético: land grabbing e flex crops** na financeirização recente do campo brasileiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BARROS JUNIOR, Orlando Aleixo de. O “ecossistema” financeiro de uma agronegócio verde facilita a captura de terras e bens comuns no Brasil. **O Brasil na retomada verde**: Integrar para entregar. MORENO, Camila. et. al. (org.) Brasília: Grupo Carta de Belém, dezembro de 2021.

BORRAS JUNIOR, Saturnino M.; FRANCO, Jennifer C.; ISAKSON, S. Ryan; LEVIDOW, Les.; VERVEST, Pietje. *The rise of flex crops and commodities: implications for research*. The Journal of Peasant Studies, London, v. 43, n.1, p. 93-115, 2015.

CASTILLO, Ricardo; SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. Reestruturação produtiva e regionalização do agronegócio canavieiro no Brasil no século XXI. **Espaço geográfico e competitividade**: regionalização do setor sucroenergético do Brasil. Júlia A. Bernardes e Ricardo Castillo (org.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa; LEITE, Sérgio Pereira. (2023) O agro é tudo? Financeirização como novo atributo de economia agrária (parte 2). **Le Monde Diplomatique Brasil** (Online). Publicado em 21 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/agro-financeirizacao-economia-agraria/>. Acesso jan. de 2024.

DOMINGUES, Alex Torres. **A territorialização do setor agroindustrial canavieiro em Mato Grosso do Sul** [livro eletrônico] / Alex Torres Domingues -- Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla. Globalização financeira e land grabbing: constituição e translatinização das megaempresas argentinas. **Globalização do Agronegócio e land grabbing**: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Júlia A. Bernardes [et. al] (org.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017.

GONÇALVES, Verônica Korber; VECCHIA, Veridiana Dalla; GODWARD, Marina. Debate sobre precificação de carbono no Brasil: atores e posicionamentos. **Finanças verdes no Brasil: perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde**. Iagê Z. Miola et. al. (org.). São Paulo: Blucher, 2022.

GUIDA, Larissa Chiulli. Ajuste espacial, capital financeiro e agronegócio: fusão territorial monopolística do grupo Adecoagro em Mato Grosso do Sul. **Dissertação** (Mestrado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 2023.

KATO, Karina Yoshie Martins; LEITE, Sérgio Pereira (2020). *Land grabbing*, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. **Revista Da ANPEGE**, 16 (nº 29), 458–489, 2020. <https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12506>

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Financiamento ambiental, mudanças climáticas e o agronegócio no Brasil. **Finanças verdes no Brasil: perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde**. Iagê Z. Miola et. al. (org.). São Paulo: Blucher, 2022.

MME (2023) (Ministério de Minas e Energia). Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. “Sobre o RenovaBio”. Publicado em: 28 de agosto de 2023. ANP. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/renovabio/sobre-o-renovabio>. Acesso jan. 2014.

MIOLA, Iagê Z.; JUNQUEIRA, Gabriela de Oliveira; FERRANDO, Tomaso; COUTINHO, Diogo R.; PROL, Flávio M; VECCHIONE-GONÇALVES, Marcela. **Finanças verdes no Brasil: perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde**. Iagê Z. Miola et. al. (org.). São Paulo: Blucher, 2022.

MIOLA, Iagê Z.; JUNQUEIRA, Gabriela de Oliveira; FERRANDO, Tomaso; COUTINHO, Diogo R.; PROL, Flávio M. Títulos verdes: dívida na encruzilhada entre finanças, direito e ecologia. **Finanças verdes no Brasil: perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde**. Iagê Z. Miola et. al. (org.). São Paulo: Blucher, 2022.

MORENO, Camila; PACHECO, Fábio; PACKER, Larissa; VECCHIONE, Marcela; CAMPOS, Mariana; SANTOS, Maureen. **O Brasil na retomada verde: Integrar para entregar**. Camila Moreno. et. al. (org.) Brasília: Grupo Carta de Belém, dez. de 2021.

NEVES, Pedro Dias M.; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. RenovaBio e o agrohídronegócio canavieiro em Goiás. **GeoTextos**, [S. l.], v. 16, n. 1, 2020. DOI: 10.9771/geo.v16i1.35901. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/35901>. Acesso jan. 2024.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: um retorno aos dossiês. In: **Agrária**, nº. 12, São Paulo, USP, p. 3-113, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Rafael (2021). “Mobilização social resulta em criação de lei que proíbe pulverização de agrotóxicos no MS”. Colunas - Agroecologia e Democracia. **Brasil de Fato**. Publicado em 01 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/01/mobilizacao-social-resulta-em-criacao-de-lei-que-proibe-pulverizacao-de-agrotoxicos-no-ms>. Acesso em janeiro de 2024.

PITTA, Fábio Teixeira; XAVIER, Carlos Vinicius; NAVARRO, Cristiano; MENDONÇA, Maria Luisa. **Empresas Transnacionais e Produção de Agrocombustíveis no Brasil**. São Paulo: **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**, Editora Outras Expressões, 2014.

PITTA, Fábio Teixeira. **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2016.

PITTA; Fábio Teixeira; LEITE, Ana Carolina Gonçalves; KLUCK, Erick Gabriel Jones. **O boom e o estouro da bolha de commodities no século XXI e o agronegócio sucroenergético brasileiro: da mobilização à crise do trabalho**. **Geografia da crise no agronegócio sucroenergético: land grabbing e flex crops** na financeirização recente do campo brasileiro. Cássio A. Boechat (org.). Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

PORTELA, Renata (2023). “Ação pede R\$ 10 milhões de usina de danos ambientais por uso de agrotóxico”. Midiamax. **UOL**. Publicado em 15 de agosto de 2023. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/politica/transparencia/2023/acao-pede-r-10-milhoes-de-usina-acusada-de-danos-ambientais-por-uso-de-agrotoxico/>. Acesso em dezembro de 2023.

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. **Mercado sucroenergético mundial: dinâmicas do início do século XXI**. **Espaço geográfico e competitividade: regionalização do setor sucroenergético do Brasil**. Júlia A. Bernardes e Ricardo Castillo (org.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

VASQUES, Ana Carolina (2021). “MPMS ajuíza Ação Civil Pública contra empresa que causou dano ambiental a sericultores da região de Ivinhema”. MP Notícias - **MPMS**. Publicado em 01 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.mpms.mp.br/noticias/2021/04/mpms-ajuiza-acao-civil-publica-contra-empresa-que-causou-dano-ambiental-a-sericultores-da-regiao-de-ivinhema>. Acesso em jan. de 2024.

---

### **Larissa Chiulli Guida**

Graduada em Geografia bacharelado pela UNIFAL-MG e Licenciatura em Geografia pela UNESP-Rio Claro. Mestra em Geografia Humana pela USP. Professora da Educação Básica e pesquisadora de temas da geografia agrária.

Email: [larissa.chiulli@alumni.usp.br](mailto:larissa.chiulli@alumni.usp.br)